

AUGUSTO CÉSAR ACIOLY PAZ SILVA



“PEDREIROS DO MAL”:
MAÇONARIA, IMPRENSA E
RELACIONAMENTOS CONFLITUOSOS
ENTRE MAÇONARIA E IGREJA
CATÓLICA EM PERNAMBUCO
(1900-1912)


EDITORA
OLYVER

“PEDREIROS DO MAL”:
MAÇONARIA, IMPRENSA E
RELACIONAMENTOS CONFLITUOSOS
ENTRE MAÇONARIA E IGREJA
CATÓLICA EM PERNAMBUCO (1900-1912)

DIREÇÃO EDITORIAL: Maria Camila da Conceição
DIAGRAMAÇÃO: Luciele Vieira / Jeamerson de Oliveira
DESIGNER DE CAPA: Jeamerson de Oliveira

O padrão ortográfico, o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas do autor. Da mesma forma, o conteúdo da obra é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor.



Todos os livros publicados pela Editora Olyver estão sob os direitos da Creative Commons 4.0 https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

2019 Editora Olyver
Aldebaran | Tv. José Alfredo Marques, Loja 05
Antares, Maceió - AL, 57048-230
www.editoraolyver.org
editoraolyver@gmail.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S188p

SILVA, Augusto César Acioly Paz

“Pedreiros do mal”: Maçonaria, imprensa e relacionamentos conflituosos entre Maçonaria e Igreja Católica em Pernambuco (1900-1912). [recurso digital] / Augusto César Acioly Paz Silva – Maceió, AL: Editora Olyver, 2022.

ISBN: 978-65-81450-81-6

Disponível em: <http://www.editoraolyver.org>

1. Maçonaria. 2. Igreja Católica. 3. Imprensa. 4. Pernambuco. 5. Republica I. Título.

CDD: 981

Índices para catálogo sistemático:

1. História do Brasil 981

AUGUSTO CÉSAR ACIOLY PAZ SILVA

“PEDREIROS DO MAL”:
MAÇONARIA, IMPRENSA E
RELACIONAMENTOS CONFLITUOSOS
ENTRE MAÇONARIA E IGREJA
CATÓLICA EM PERNAMBUCO (1900-1912)

DIREÇÃO EDITORIAL

Maria Camila da Conceição

COMITÊ CIENTÍFICO EDITORIAL

Prof. Dr. José Adelson Lopes Peixoto

Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

Prof. Dr. Edson Hely Silva

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (Brasil)

Prof. Dr. Constantino José Bezerra de Melo

Secretaria de Educação de Pernambuco - SEE-PE (Brasil)

Prof. Dr. Francisco Pereira Sousa

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

Prof^a. Me. Francisca Maria Neta

Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

Prof^a Dr^a. Ana Cristina de Lima Moreira

Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

Prof^a Dra. Denize dos Santos

Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

Prof. Dr. Siloé Soares de Amorim

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

Prof^a Dr^a. Nara Salles

Universidade Federal de Pelotas | UFPel (Brasil)

Prof^a Dr^a. Urânia Auxiliadora Santos Maia de Oliveira

Universidade Federal da Bahia | UFBA (Brasil)

Prof. Dr. Fernando José Ferreira Aguiar

Universidade Federal de Sergipe | UFS (Brasil)

Prof^a Dr^a. Karina Moreira Ribeiro da Silva e Melo

Universidade de Pernambuco | UPE (Brasil)

Prof^a Me. Deisiane da Silva Bezerra

Universidade Federal Rural de Pernambuco | UFRPE (Brasil)

Prof^a Me. Iraci Nobre da Silva

Universidade Católica de Pernambuco | UNICAP (Brasil)

Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

Profª Me. Gisely Martins da Silva

Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva

Universidade do Estado da Bahia | UNEB (Brasil)
Universidade Federal de São Carlos | UFSCar (Brasil)

Prof. Me. Joseildo Cavalcanti Ferreira

Centro de Ensino Superior de Arcoverde | CESA (Brasil)

Prof. Dr. Hélder Manuel Guerra Henriques

Professor da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do
Instituto Politécnico de Portalegre (Portugal)

Profª Dra. Maria Aparecida Santos e Campos

Doutorado em Actividad física y salud. Universidade de Jaen, UJAEN, (Espanha)

Prof. Dr. Diosnel Centurion, Ph.D

Universidad Católica Ntra. Sra. de la Asunción | Asunción (Paraguay)

Profª Dra. Marta Isabel Canese de Estigarribia

Universidad Nacional de Asunción, Escuela de Ciencias Sociales y
Políticas | Asunción (Paraguay)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	08
INTRODUÇÃO.....	10
Capítulo I	
MAÇONARIA EM PERNAMBUCO: ORGANIZAÇÃO E DIFUSÃO NO CONTEXTO REPUBLICANO.....	27
1.1. Organização tradicional e história.....	27
1.2. Difusão e propaganda no contexto republicano.....	47
1.3. As ações da Maçonaria em Pernambuco: imprensa, escola e propagação das lojas (1900-1912).....	54
Capítulo II	
IGREJA CATÓLICA, REPÚBLICA E GÊNESE DO CONFLITO MAÇONARIA X IGREJA.....	83
2.1. A Igreja e a república em Pernambuco.....	83
2.2. Romanização em Pernambuco.....	88
2.3. Os espaços da romanização.....	97
2.4. A cruz versus o compasso: a gênese do conflito Igreja Católica e Maçonaria.....	104
Capítulo III	
IGREJA CATÓLICA E MAÇONARIA, TEMORES MÚTUOS: UM IDEÁRIO DE MEDO E DE INTOLERÂNCIA.....	133
3.1. visão da Maçonaria sobre a Igreja.....	133
3.2. “A BESTA ANTICLERICAL A SOLTA”: Igreja Católica, os intelectuais e conflitos com a Maçonaria.....	158
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	172
REFERÊNCIAS.....	175

APRESENTAÇÃO

O livro que o leitor tem em mãos, que discute a história da Maçonaria em Pernambuco nas primeiras décadas do século XX, constitui-se em uma fundamental contribuição historiográfica. A Maçonaria já foi objeto de numerosas polêmicas, por duas razões principais. Uma delas é a aura de mistério com a qual os seus membros procuram cobrir a Maçonaria. Outra é o conjunto de mitos criados há séculos acerca da Maçonaria, herdados tanto de histórias falsas criadas por seus inimigos como de tensões políticas e sociais ligadas às revoluções burguesas na Europa.

Esse cenário coloca a necessidade de que sejam escritas obras como esta que o leitor tem agora a oportunidade de ler. Nas últimas décadas cresceu no Brasil o número de estudos acerca da Maçonaria, ajudando a reduzir a proliferação de mitos e mistérios acerca da atuação política e social dos maçons no passado. Esse desenvolvimento nas pesquisas se deve, em grande medida, à influência da renovação teórica e metodológica que vinha se produzindo em outros países, da qual se destacam nomes como Maurice Agulhon, Margaret Jacob e José Ferrer Benimeli.

Entre outros, foram aspectos fundamentais para essas conquistas na historiografia o desenvolvimento de conceitos como sociabilidade e cultura política, o uso da imprensa como fonte da pesquisa e as contribuições metodológicas da Nova História Política. Este último aspecto, em particular, aponta para uma perspectiva teórica onde os processos políticos não são centrados meramente nos governantes, superando a ideia de que são “históricos” apenas aqueles fatos ligados à construção dos Estados nacionais. Com esse influxo teórico, passa-se a priorizar a historicidade dos processos, em sua dinâmica e contradições.

Nas pesquisas realizadas acerca da Maçonaria no Brasil foram centrais os trabalhos de Alexandre Mansur Barata e Eliane Lucia Colussi, bem como do maçom José Castellani. Recentemente, novos historiadores vêm se destacando, renovando as temáticas e os objetos em suas pesquisas, auxiliando em uma melhor compreensão acerca da Maçonaria.

Parte dessa nova historiografia foi reunida no livro *Maçonaria no Brasil*, que tive o prazer de organizar em 2015.

O livro que o leitor tem em mãos discute um dos temas mais controversos da historiografia relacionado à Maçonaria: sua relação quase sempre tensa com a Igreja. Em sua trajetória é comum que maçons tenham se colocado como livres-pensadores, especialmente na sua atuação nos processos de transformação econômica e social ocorridos nos séculos XVIII e XIX, defendendo a secularização da sociedade e criticando a estreita relação entre o Estado e a Igreja. No Brasil o acontecimento mais conhecido desse embate foi a chamada Questão Religiosa, abordada neste livro.

Outro aspecto de destaque nessa historiografia mais recente acerca da Maçonaria é sua preocupação com as particularidades regionais. Embora não deixem de lado os processos nacionais ou mesmo internacionais, essas pesquisas centram sua narrativa nas dinâmicas, conflitos e desdobramentos relacionados à Maçonaria em estados ou mesmo em municípios. Essa perspectiva permite trabalhar conceitos como sociabilidade e cultura política, discutindo a influência dos processos mais gerais nas tensões e dinâmicas locais. Essa perspectiva se diferencia em diversos aspectos das pesquisas centradas em debates ideológicos abstratos ou mesmo daquelas que priorizavam as disputas institucionais na capital federal ou nas grandes cidades.

Este livro é um excepcional exemplo da renovada historiografia desenvolvida nas últimas décadas acerca da Maçonaria. Por meio de uma pesquisa rigorosa e muito bem fundamentada, que incorpora as contribuições historiográficas e teóricas, o autor apresenta um fundamental estudo acerca da Maçonaria, que deve ser lido e estudado por todos aqueles que se interessam pelo assunto.

Michel Goulart da Silva¹

Blumenau, 13 de novembro de 2020

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Realizou estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Atua no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC).

INTRODUÇÃO²

O presente trabalho tem como objeto de estudo os relacionamentos entre a Igreja Católica e a Maçonaria na primeira década do século XX (1900-1912). A escolha da presente temática deve-se, inicialmente, a termos observados na historiografia brasileira e pernambucana uma espécie de “silêncio” a respeito da Maçonaria e de suas práticas, nos anos iniciais da República, no Brasil e em Pernambuco, passando uma idéia de que a citada instituição se encontrava “adormecida”.

Esta perspectiva foi se modificando a partir do contato com uma literatura preocupada em mostrar a ação da Maçonaria durante a fase republicana. Segundo esses autores, o que na verdade mudava era a sua forma de atuação na sociedade, ultrapassando as preocupações com questões meramente partidárias para ampliar o seu foco de discussão, em aspectos importantes que ocorreram durante a fase de implantação e consolidação do regime republicano. Algumas das suas posturas geraram controvérsias com os setores mais conservadores da sociedade brasileira, principalmente, os ligados à Igreja Católica. Nesta fase ela também, como a Maçonaria, reorganizou mudanças na sua fisionomia institucional para adequar-se aos novos tempos. (BARATA, 1999; SILVA, 2013; OLIVEIRA, 2018; VÉSCIO, 2001)

Tais controvérsias ocasionaram muita polêmica na sociedade brasileira e, em particular na pernambucana. Dentre elas, encontramos a gerada entre estes dois espaços, devido ao processo de separação entre o Estado e a Igreja, resultando num dos pontos de discussão mais acirrados entre os intelectuais maçons e os católicos na primeira década do século XX. Tal problemática já vinha sendo debatida, tendo um dos primeiros momentos de configuração durante a Questão Religiosa, no século XIX.

² **Nota:** para essa publicação foram realizadas poucas modificações na redação do texto original da Dissertação concluída em abril 2007.

Dentre as bandeiras de combate defendidas tanto pela Maçonaria quanto pelos maçons durante a implementação do sistema republicano, podemos ressaltar os seguintes pontos: a discussão sobre a ideia de secularização da sociedade; a constituição de um modelo mais democrático para a sociedade, advogado com mais ênfase por alguns setores da instituição; a luta pelo direito à liberdade de culto, demonstrando por parte da Maçonaria uma preocupação com a inserção do “diferente” do ponto de vista religioso. Tais assuntos foram temas recorrentes nos seus órgãos de imprensa e na sua literatura, desde meados do século XIX. Foram, porém, intensificados com a passagem do Império para a República, servindo-se sempre da imprensa maçônica sabendo-se que a partir das primeiras décadas do século, ocuparam espaço privilegiado nos enfrentamentos tecidos entre a Igreja e a Maçonaria.

Nesse cenário, uma questão que nos chamou a atenção e serviu como um guia para as nossas reflexões foi entender as formas utilizadas pela Igreja Católica na construção de um ideário negativo em torno da Maçonaria. Com efeito, com base na interpretação de dados coletados percebe-se a forma como muitos indivíduos ao falarem sobre a Maçonaria, deixavam externar nos seus discursos uma imagem negativa acerca dessa instituição, permeada por um forte preconceito, associando-a sempre a ações e práticas obscurantistas e rituais macabros³.

³ A Experiência de ter participado de uma organização juvenil financiada pela Maçonaria, denominada de Ordem Demolay, quando ainda residia no interior, mais especificamente na cidade de Paulo Afonso, Bahia, fez observarmos como os indivíduos da cidade, representavam e difundiam a ideia do que era a Maçonaria e quais as suas finalidades, na maioria das vezes, carregadas de uma concepção negativa. A visão de muitos dos meus colegas, era que a Maçonaria mantinha pactos e rituais demoníacos, usando o argumento de que uma sociedade que tinha o segredo como um dos postulados fundamentais, não podia disseminar ensinamentos muito confiáveis. Tal imaginário sempre nos chamou a atenção, então após a finalização do curso de História, o interesse em entender e estudar tais construções do ponto de vista histórico nos animou a pesquisar e propor um projeto de pesquisa sobre a presente temática, junto ao Programa de Pós-graduação da Universidade Federal da Paraíba.

A partir de tais observações, foi crescendo uma curiosidade em estudar a constituição dessa sociedade, tentando, principalmente, entender onde residiam as causas e motivações para a criação destes estereótipos. A curiosidade tornou-se um projeto acadêmico no qual reunimos um conjunto de informações que nos possibilitaram saber mais sobre a história, os mitos e o desenvolvimento da Maçonaria, no mundo ocidental, no Brasil e, mais especificamente em Pernambuco, cenário principal de nossas análises.

Observamos, então, que as relações de conflito entre a Maçonaria e a Igreja são de longa data. Dentro deste embate, o lugar reservado aos maçons e a sua organização foi sempre o de se ter muito cuidado com as suas posições. A preocupação com as posturas e ideias maçônicas pode ser percebida nas orientações dos discursos religiosos católicos, os quais sempre apresentavam um ar de desconfiança em relação aos pedreiros-livres.

É exatamente a partir deste clima de desconfiança, historicamente definido, que tentamos compreender como o ideário negativo e o conflito entre os dois setores foi constituído e difundido no meio dos indivíduos, principalmente os de fé católica. Uma representação assentada, portanto, numa áurea de que sempre seria preferível encontrar-se em estado de alerta, a toda e qualquer ação da Maçonaria e dos seus adeptos, ajudando a criar uma situação na qual o medo e o temor constituem-se como elementos importantes, sempre quando nos referimos, pensamos ou falamos sobre a Maçonaria.

Estabelecer as formas como a Igreja constrói o ideário negativo e estabelecer os espaços de conflito entre maçons e católicos é chamar, dentro de uma perspectiva mais global, a atenção para a composição de tal discurso e prática, amparados em elementos importantes na estruturação de um conjunto de atitudes em que a intolerância é o aspecto delineador das relações entre a Maçonaria e a Igreja. Essas posturas de não aceitação e intolerância da Igreja tem um recorte temporal específico que foi o do desenrolar da Questão religiosa, na década de 70 do século XIX.

A partir desse evento houve, por parte da Igreja, uma ampliação e enrijecimento das suas posturas no Brasil em relação aos grupos maçônicos, decorrentes das influências ultramontanas. Tais influências, compreendem um sistema de ideias que caracterizou o processo de restauração da Igreja Católica brasileira, de forma mais intensa entre o fim do século XIX e início do XX. O período histórico por nós delimitado (1900-1912) insere-se nesta fase quando a Igreja Católica, no Brasil, vislumbra a preocupação em organizar-se do ponto de vista espacial, preocupada na constituição de uma Igreja mais institucionalizada, objetivo alcançado pela criação de paróquias e bispados, com sentidos bem objetivos: o de tornar a Igreja Católica uma instituição mais forte se comparada ao período colonial e ao império.

As principais ações no sentido de restaurar⁴ foi o de rearticular as posturas e a ideologia do clero nacional às exigências de Roma, preocupando-se com a organização de um catolicismo mais disciplinado e militante, que pudesse fazer frente às “perdas” de influência da Igreja sobre a elite intelectual, principalmente após a implantação da República.

Não obstante existirem questões como a separação Igreja-Estado, a secularização da sociedade, a abolição do ensino religioso, a difusão de uma visão influenciada pelo cientificismo, o liberalismo e o positivismo pontos defendidos pelos setores maçônicos desde o século XIX, a efetivação desta agenda só foi implementada em sua integridade nas primeiras décadas da República. Essas concepções sempre foram consideradas perigosas pela elite intelectual religiosa, constituindo-se no ponto central para os conflitos entre Igreja e Maçonaria, nos anos iniciais da República e das primeiras décadas do século XX.

Tal ambiente gerou, entre estes dois grupos sociais, discussões intensas, veiculadas pelos seus intelectuais. Um dos argumentos

⁴ Termo utilizado por alguns estudiosos para referirem-se ao processo de romanização empreendido pela Igreja Católica no Brasil.

exaustivamente utilizado pelos setores da Igreja, na tentativa de desmoralizar o regime republicano junto à população, era o de frisar o caráter agnóstico e maçônico do estado. Estes conflitos abriam margem para a construção, por parte da Igreja, de um discurso no qual imperavam a não aceitação e uma visão negativa tanto da República como da Maçonaria, estruturada pela imprensa católica do Período, sendo o seu principal expoente, em Pernambuco, a Tribuna Religiosa.

Tanto o medo quanto a intolerância são, no presente trabalho, pontos centrais, pois a partir deles podemos entender como se deu o processo de não aceitação dos setores maçônicos, forjado, principalmente, pela intelectualidade católica. Tal observação pode ser visualizada no conjunto de discursos que constrói em torno da Maçonaria uma imagem baseada em aspectos como: a conspiração, a áurea diabólica emanada por esta sociedade, através de suas reuniões no qual o caráter secreto abre espaço para as mais diferentes especulações acerca dos seus objetivos e orientações. É, alias, esse caráter um dos temores permanentes trabalhados pela imprensa anti-maçônica, como um dos indícios de que tal instituição não podia ser considerada confiável.

Dentre todos estes aspectos, o medo e a intolerância (DELUMEU,1989; BARRET-DUCROQ, 2000), sentimentos trazidos nas mais recônditas estruturas de nossa personalidade, são, segundo alguns autores anteriores, assentados em nossas raízes biológicas. Estes dois elementos servem aqui como ponto de partida importante para situar as formas como se deram, em Pernambuco, os embates entre estas duas instituições, na primeira década do século XX.

Contudo, o interesse por estes dois conceitos não está em vê-los dentro das suas raízes biológicas, mas enquanto construções políticas e socioculturais, abrindo a perspectiva, para entendermos como a Igreja, através de suas doutrinas e de seus discursos, criou o ideário do medo e da intolerância em relação à Maçonaria. O nosso estudo, no entanto, circunscreve-se dentro da perspectiva sob a qual, estudar as motivações que levaram as instituições ou grupos sociais a se utilizarem de atitudes de intolerância, ajuda a entender os

mecanismos de constituição desse sentimento. As posições influenciadas por posturas intolerantes podem ser muito bem observadas nas publicações feitas por alguns intelectuais da Igreja, nas quais demonstravam uma forte preocupação na composição de uma maneira depreciativa e violenta, em alguns casos, de combater e representar a Maçonaria, com a finalidade de deixar expressa, nos seus argumentos, uma imagem do outro, sob a ótica de um ideal nocivo e perigoso.

É o medo do diferente, daquilo que é desconhecido, que anima a composição dos discursos da Igreja. Esses paradigmas, aliados à falta de informação ou a não aceitação ao diferente, auxiliam na formação de uma atitude de perseguição a grupos sociais, étnicos, culturais ou a adeptos de instituições que, por não se enquadrarem nas formas estabelecidas como “aceitáveis”, ajudam na formulação de considerações apressadas sobre estes setores.

É a partir desse sentimento, muitas vezes ativado pela falta de informações a respeito de uma doutrina ou filosofia ou por impulsos subjetivos, que se cria o nosso receio em relação ao outro, abrindo, então, espaço para a não aceitação. O sentimento de insegurança, medo ou de intolerância, aliado à difusão de argumentos baseados na não aceitação das diferenças, legitimava práticas de violência em relação aos setores “diferentes”, que passam a ser vistos como algo justificável. Um Exemplo claro da ação desses mecanismos pode ser observado nas perseguições sofridas pela Maçonaria.

Desvendar parte da estruturação de tais elementos criados pelos setores da Igreja através dos seus intelectuais, ajuda a entender como era formulada a lógica e a que finalidades esses grupos voltavam-se na difusão do ideário do medo e de uma atitude de intolerância. Tais conceitos são partes importantes na tentativa de compreensão das causas dos maçons e da sua sociedade, serem representados dentro de padrões, em que a apreensão, o temor e a suspeita eram adjetivos essenciais ao se falar deles.

Uma das formas de divulgação dessa imagem carregada de negativismo foi a imprensa católica, representada, no nosso trabalho,

pela Tribuna Religiosa, órgão que expressava as opiniões da diocese de Olinda e Recife. Com efeito, da pesquisa realizada na documentação do período de 1906 a 1912, depreende-se um conjunto de artigos com um forte discurso anti-maçônico, onde muitos desses artigos trazem referências claras ao ideal no qual a conspiração e o caráter demoníaco servem de parâmetros para enquadrar a organização maçônica.

Na maioria desses textos a Maçonaria é caracterizada como uma entidade conspiratória por excelência, sempre preparada para tramar e forjar planos contra a ordem instituída e para arquitetar meios de levar a sociedade à ruína. A ideia de desordem permeia e preocupa a intelectualidade católica, divulgadora do ideal, no qual o medo e as práticas de intolerância eram pontos bases. Podem-se observar, nas palavras e considerações dos que desenvolvem o discurso antimaçônico, a excessiva preocupação com a segurança, a estabilidade, a paz e a ordem constituída. Essas foram as principais bandeiras de defesa dos setores ligados ao catolicismo contra a Maçonaria. O medo e a intolerância serviram como elementos mobilizadores e de coesão dos setores católicos, no processo de articulação e manutenção da paz, estabilidade e ordem na sociedade.

Dentro dos padrões negativos de representação da Maçonaria, anteriormente citados, é visível que muitos artigos exploram, por exemplo, a visão da articulação internacionalista da Maçonaria, com fins de instaurar o plano de dominação mundial, forjado a partir de uma teia conspiratória, em que nenhuma parte do mundo ou da sociedade estaria fora do raio de influência dos maçons.

Tais argumentos, construídos por setores da Igreja através dos seus intelectuais, contribuíram como elementos importantes, para podermos apreender os modelos e as formas de como a Maçonaria foi sendo retratada pela Igreja, constituindo-se em ponto essencial no entendimento das causas e formulações do discurso antimaçônico.

Entender as formas como o discurso sobre o medo foi constituído, aponta questões importantes para a compreensão da sociedade atual, permeada por posicionamentos de intolerância dentro

das mais variadas dimensões, seja política, social, cultural ou religiosa. Em muitos dos artigos da imprensa católica, o mecanismo de construção ou os exemplos de temor frente à Maçonaria não são muito diferentes, por exemplo, dos utilizados nos dias atuais, nos quais são visíveis muitas práticas de incompreensão, principalmente em setores da política, religião, cultura e etnia.

Para comprovarmos isso, basta observar a posição que setores do mundo ocidental mantêm em relação à organização política, religiosa, cultural e à composição social de muitos grupos que não fazem parte da sua influência direta. Partindo para questões mais cotidianas, a não aceitação da opção sexual nos dá mostras de como o discurso intolerante age na sociedade, constituindo-se numa temática contemporânea e preocupante. Estudar as formas como a Igreja desenvolveu uma relação de temor e não aceitação em relação à Maçonaria, é perceber o medo e a intolerância enquanto construções políticas e socioculturais.

No presente trabalho, voltamos o foco de análise para uma instituição que, durante muitos anos, desempenhou um papel político, social e cultural importante e que, segundo a historiografia, a partir da República entrou num processo de perda de espaço, não se fazendo tão mais presente do ponto de vista política, como durante o Império. O que é importante entender, é que os maçons não participavam mais das discussões políticas da forma como atuavam durante a fase imperial, mas passaram a adotar “novas” posturas de ação na sociedade, com a preocupação de continuar a encaminhar-se para diversos campos, embora suas concepções do que era a política modificaram-se, pensando-a dentro de uma perspectiva mais ampla, desenvolvendo-a não mais dentro de uma posição político-partidária, mas supra-partidária; marcando também forte atuação na imprensa, suscitando a discussão de importantes questões para a sociedade pernambucana, englobando temas como a secularização da sociedade, o ensino leigo e primário, a tolerância religiosa, a problemática social e outros aspectos de ordem política, em evidência do início da República.(SILVA, 2004; SILVA, 2013).

Essa atenção da historiografia com uma sociedade por vezes incompreendida, pelas suas próprias especificidades, contribuiu para sua caracterização como uma entidade fechada, que cultivava rituais e uma filosofia pouco comuns a outras associações, formadas por homens. Nesse sentido, a renovação dos estudos históricos nos últimos anos, tem contribuído imensamente na inserção de novos objetos e temáticas no campo da historiografia mundial e especificamente nacional, neste tocante a influência dos Annales e da “Nova História”, na historiografia brasileira tem privilegiado o olhar sobre novos aspectos e instituições na História do Brasil, que anteriormente não eram entendidos enquanto objetos desta ciência. É exatamente dentro deste cenário que os estudos relacionados à Maçonaria vêm, gradativamente estabelecendo-se.

Têm-se assim, obras abordando as mais variadas dimensões dessa instituição. Trabalhos sobre sociabilidade, cultura política, imaginário social, todas tendo em comum a Maçonaria como ator principal. Ainda do ponto de vista teórico/metodológico, registram-se trabalhos inspirados no modelo de Ginzburg, como é o caso do livro de Luís Eugênio Vécio (2001), que será analisado de forma detalhada mais adiante.

Grande parte desse rejuvenescimento, vivido, em particular, pela historiografia mundial e brasileira, reside no fato de a história estabelecer associação com outras disciplinas das Ciências Humanas, como Sociologia, Antropologia, Psicologia, Psicanálise, Geografia, Economia e outras que possibilitaram aos historiadores um alargamento de métodos e conceitos.

O aumento das perspectivas teórico-metodológicas, ao mesmo tempo em que foi frutífero por possibilitar uma nova visão e uma maior variedade metodológica, segundo alguns estudiosos, criaram problemas como a possível perda de identidade do historiador e da história, gerando antes, antropólogos, sociólogos ou geógrafos historiadores, em vez de criarem historiadores preocupados em dominar conceitos dessas disciplinas, afinados aos seus objetos de

pesquisa, sem esquecer a identidade própria de historiador.(BURKE, 1992).

Outro grande problema, a nosso ver, foi a especialização desmedida que, muitas vezes gerou um estudioso sem a capacidade de criar correlações com outros tempos históricos e outras temáticas. Apesar dos problemas teórico-metodológicos inerentes a toda e qualquer modificação e ampliação de visão, no campo do conhecimento humano, não podemos negar as contribuições das mencionadas disciplinas à História neutralizando, em parte, os efeitos negativos trazidos por essas modificações, de forma a contribuir para um maior alargamento, diversidade e fertilidade na produção historiográfica local e nacional.

Dentro deste turbilhão de renovação do fazer historiográfico na academia com a emergência de novas temáticas, é explicável o interesse que alguns historiadores vêm devotando ao estudo da ação maçônica no Brasil. Grande parte destes estudos se localizam nas atividades dessa instituição durante o século XIX, momento em que ela surgiu no Brasil e desenvolveu-se. É inegável a contribuição da maçonaria em momentos políticos decisivos na História do Brasil como: Revolução de 1817, Independência do Brasil, Campanha Abolicionista, Questão Religiosa e Proclamação da República, tendo a sua frente figuras do porte de Frei Caneca, Cruz Cabugá, Gonçalves Ledo, José Bonifácio, Saldanha Marinho, Deodoro da Fonseca, Barão de Rio Branco, Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, Quintino Bocaiúva e outros. Em cada um desses eventos, a maçonaria e seus adeptos estiveram presentes na articulação e divulgação dos ideais que deram base, para que eles se concretizassem.

Mas a ação dessa instituição suplantou a política e influenciou, também, o cenário cultural e social. É exatamente essa dimensão que tem sido explorada pela nova historiografia desenvolvida nos últimos 12 anos. Apesar de existirem estudos clássicos como o de David Gueiros(1989), Boaventura Kloppenburg (1993) e uma quantidade imensa de obras escritas pelos próprios maçons, decidimos analisar a última leva da produção historiográfica, iniciada nos anos, pelo fato de

serem trabalhos antenados com as “novas” concepções de História, além de se tratarem de trabalhos acadêmicos não ligados à Igreja ou à Maçonaria, percebendo a atividade maçônica no ambiente político, mas a relacionando à cultura, às sociabilidades políticas, à sociedade e à formação da mentalidade liberal no país. (AZEVEDO, 2010; MOREL, SOUZA, 2008; KOFES, 2015).

A influência da Maçonaria nesses espaços se deu através do combate à mentalidade conservadora imposta pela Igreja na organização, participação e defesa da campanha abolicionista, bem assim na melhoria da situação dos menos favorecidos, a partir da proposta de organização do sistema de escolas disseminadoras dos ideais da ilustração e da formação de uma sociedade moderna e desenvolvida. Esses são os traços contemplados nos estudos dos historiadores que têm se debruçado sobre a história da Maçonaria no Brasil, nos últimos anos. Dentro destas novas contribuições, achamos importante, para que os leitores tenham a dimensão dessa fecunda produção, expor as principais reflexões empreendidas em alguns desses estudos que têm servido como norteadores na construção de uma nova historiografia sobre a Maçonaria no Brasil.

Como havíamos delimitado acima, a predileção aos estudos desenvolvidos, nesses últimos, sobre a Maçonaria no Brasil mudou de foco a partir do trabalho de Alexandre Mansur Barata (BARATA, 1999), o iniciador, de certa maneira, de uma nova forma de abordagem a essa instituição. O seu livro centra-se no período que vai de 1870-1910, e mostra como os maçons ajudaram no desenvolvimento da ideologia liberal no Brasil, na campanha abolicionista, na República e no cultivo de uma “alta política”, preocupados com a problemática social, que afligia o país e suas classes populares, durante a República. Tal preocupação tornou-se num conjunto de práticas que se efetivaram a partir da constituição de um sistema de escolas voltadas para as classes populares, de asilos e de hospitais, entendidas pelos maçons como formas de ajudar a diminuir as desigualdades sociais.

Alexandre Mansur realizou um quadro comparativo entre o sistema de escola patrocinada pelos grupos ligados à Igreja Católica e os da Maçonaria, chegando à conclusão de que, enquanto os maçons preocupavam-se com a instrução pública e universal voltada às pessoas ligadas às classes menos favorecidas, a Igreja estava mais ocupada em influenciar, através da educação, a formação das elites do País, através do sistema de colégios católicos que se disseminaram nos últimos anos do século XIX e início do século XX.

Em seu último trabalho, com base no conceito de sociabilidade desenvolvido por Maurice Agulhon em seu livro *Pénitents et Francs-maçons d'ancienne Provence* (1984), Mansur recompõe a trajetória e o papel da maçonaria e dos maçons brasileiros no contexto pré-independência, vendo como eram as formas de recrutamento de membros, o significado de ser maçom naquele contexto, sua organização e as relações entre os maçons e as autoridades portuguesas, bem como a sua participação no processo de independência.(AZEVEDO, 1996-1997; COLUSSI, 1998; BARATA, 2002).

A postura adotada por Alexandre Mansur, tendo a Maçonaria como objeto de estudos, contribuiu para que, nos últimos anos, surgisse, no meio acadêmico, outros trabalhos dedicados ao estudo da maçonaria, como os da professora Célia M. Marinho de Azevedo (1996;2010), Eliane Lucia Colussi(1998; 2002), Carmen Gessilda Burgert Schiavon(1999, pp.101-106) e Luís Eugênio Vécio (2000), Carmen Silva (2018), Suely Kofes(2015), Carmem Oliveira (2017; 2018) e coletâneas como a organizada por Michel Silva (2015), que reúne vários estudos recentes sobre a maçonaria no Brasil. O que estes estudos possuem em comum é o esforço em compreender a relação Maçonaria, sociedade e cultura, procurando lançar através do uso de referências teóricas e metodológicas experimentadas a partir de pesquisas acadêmicas em vários programas de pós-graduação no Brasil.

Célia M. Marinho de Azevedo, em artigo publicado na Revista da USP faz uma retrospectiva historiográfica sobre a História da

maçonaria, com base na literatura maçônica e documentos tidos como importantes na elucidação da origem dessa ordem. Baseada em autores clássicos, como Varnhagen, Oliveira Lima e Caio Prado, ela tenta detectar o contexto e a importância que esses expoentes clássicos deram à maçonaria e ao significado de ser maçom, levantando, por último, um questionamento muito pertinente para os que têm se preocupado com o estudo desta instituição: o porquê de uma espécie de silêncio historiográfico, em relação à maçonaria.

Além dessas, outras reflexões foram expostas pela autora. Uma das grandes mensagens deixada por Célia Marinho em seu texto é sobre a necessidade de se fazer um resgate em torno da história da Maçonaria, pois ela nota que:

Há muito que a Maçonaria deixou de ser tema corrente de estudos históricos, tornando-se tão somente um assunto de maçons, ou quando muito tema obrigatório de autores maçons interessados em construir uma história maçônica do Brasil [...] Para romper com essa postura ambígua da historiografia do presente, que reconhece a presença da Maçonaria na nossa história, sem porém se aprofundar ao nível de pesquisas e estudos acadêmicos a respeito, é preciso inquirir sobre o significado da Maçonaria ao longo do processo de constituição da nação brasileira[...] alargando-se porém o olhar instituído pelos nossos primeiros historiadores, cujos horizontes não iam muito além da participação da Maçonaria nos grandes eventos políticos e seus bastidores. (AZEVEDO, 1999, 101-106)

Esse aspecto chama a atenção, pois, num período de questionamento histórico, em que os historiadores reivindicam um olhar não somente para os grandes fatos, mas também para aqueles até então vistos como “sem importância”, nos quais o grande herói e os grandes temas não seduzem mais, tanto como antigamente, faz-se necessário, como alerta Célia Marinho, criarmos novos questionamentos em torno da história da Maçonaria e da sua ação na sociedade brasileira.

Por isso, como já havíamos ressaltado, grande parte dos historiadores que têm voltado seus olhares para essa temática, escolheu uma abordagem que não desconhece o grande fato, mas se prende em torno da mentalidade, do significado de ser maçom e do papel provocado pelas suas ações no campo da cultura, educação, política, visando à construção de uma nação consciente e desenvolvida.

Outros estudos ainda, como o da Eliane Colussi (1998, 2002 p.47), trabalham o papel político da Maçonaria durante o século XIX, no Rio Grande do Sul, tentando compreender como os historiadores escreveram a história da Maçonaria no Brasil e quais as principais fases dessa história. Além desse livro que foi derivado de sua tese de doutorado, ela também tem um trabalho paradigmático, expressando sua intenção de colocar a Maçonaria como temática importante a ser estudada no ensino médio. Esse trabalho retrata a natureza da instituição e aponta uma série de trabalhos políticos, sociais e culturais empreendidos pela maçonaria no Brasil, Eliane ressalta a importância de provocar, no ensino médio, o estudo de uma instituição importante para a História do Brasil, que exerceu papel fundamental na política, cultura e sociedade brasileira.

O trabalho de Carmen Gessilda Burget Schiavion centra suas análises em torno da participação da maçonaria na libertação dos escravos, no Rio Grande do Sul, mostrando a relação de vários dos seus membros na causa abolicionista, utilizando o espaço maçônico e o ideal filantrópico, para empreenderem trabalhos no sentido de angariar fundos para libertação dos escravos. O trabalho dessa autora mostra como a maçonaria gaúcha se posicionou e ajudou na causa abolicionista, evidenciando o papel das festas brancas, momentos de festividades quando a Maçonaria abre as portas dos seus edifícios e aceita em seu seio, profanos, ou seja, os não iniciados na ordem. Tais festas tinham duplo sentido, mostrar o que era a maçonaria, suas finalidades na comunidade e angariar recursos financeiros para a causa abolicionista.

Outro que mantém seus estudos centralizados no Rio Grande do Sul é Luiz Eugênio Vécio (2001). Lançando mão de uma análise dentro da micro-história, ele reconstrói todo o ambiente vivido pela maçonaria nesse estado, no período que vai de 1893 a 1928, partindo da morte de um padre, que, segundo a tradição oral da cidade de Silveira Martins (RS), foi morto a mando da maçonaria. A partir de tal fato, Luís Eugênio vai em busca de indícios que comprovassem a veracidade do fato, para isso mostra a trajetória da maçonaria no Rio Grande do Sul, sua relação com a Igreja e a política, nos fins do século XIX e início do século XX. Vécio conclui que o clima de discussão entre a Igreja Católica e a Maçonaria no Rio Grande do Sul ajudou a criar uma visão negativa da maçonaria, auxiliando na construção da versão de ter a maçonaria um papel importante no espancamento e morte do padre Sório.

Como podemos verificar, estes estudos que vêm se desenvolvendo em torno da maçonaria no Brasil residem em grande parte, como já foi discutido anteriormente, nos modelos propostos pelo que se convencionou chamar de “Nova História”. Influência que se faz sentir com base nas concepções teórico-metodológicas, na utilização de alguns de conceitos e da emergência de novos objetos de preocupação, como por exemplo, a Maçonaria. Tudo isso instaura o interesse por uma instituição vista, até pouco tempo, por alguns, como incompreensível, hermética, obscura e sem sentido, para que fossem efetuados estudos sobre sua história e suas práticas sociais e culturais.

Com base nas considerações feitas, podemos perceber a importância que ela teve na formação histórica, política, social e cultural do país, uma vez que a suas ideias e ações sempre estiveram baseadas, ideologicamente, na construção de um país desenvolvido, no qual o esclarecimento e a luta contra a opressão e a intolerância fossem pontos recorrentes nos seus órgãos oficiais e nos vários discursos dos seus membros. Feitas estas considerações passaremos para o plano geral de como estarão configurados os capítulos do presente trabalho, apontando as principais ideias que os constituirão.

O ponto principal que norteará a construção do primeiro capítulo é dissertar sobre como a Maçonaria se encontrava no contexto de implantação da República e na primeira década do século XX, chamando a atenção para o entendimento de como se deu, em Pernambuco esse processo, e a forma de organização estabelecida por essa instituição nesta fase. O capítulo também tece considerações sobre questões relacionadas a sua constituição histórica e organizacional, além de observar quais os principais espaços de atuação dos maçons e da instituição na sociedade pernambucana nas primeiras décadas do século XX.

Outro aspecto a ser contemplado será o de visualizar como do ponto de vista organizacional e administrativo essa sociedade se estabeleceu no início do século XX, recompondo a historicidade da Maçonaria nessa fase. Esse aspecto é de vital importância, para se perceber até que ponto as representações negativas e os conflitos estabelecidos entre ela e a Igreja Católica, através dos seus discursos na imprensa católica, justificavam-se.

O segundo Capítulo terá como foco de preocupação as relações e a fisionomia da Igreja Católica durante os anos iniciais da República, e as principais preocupações desta instituição com relação à sociedade, cultura e política. Mostra também, como do ponto de vista organizacional, a Igreja irá atuar no período pós-separação do Estado. Além disso, ressalta os novos locais de ação da hierarquia católica, tendo como preocupação a luta contra a falta de influência em determinados espaços. Sendo assim, o presente trabalho manifesta a preocupação em demonstrar aquilo que chamamos de espaços da romanização, que foram a imprensa, a assistência às classes operárias, através de proporção da doutrina social. Cumpre registrar a experiência da fábrica Camaragibe, que pretendia uma administração dentro dos princípios da doutrina social Cristã.

Outro aspecto que achamos importante analisar ainda no segundo capítulo, refere-se à reconstrução do início dos conflitos entre Igreja Católica e Maçonaria, estudando as encíclicas e cartas pastorais para que seja possível entender como se estabeleceu o conflito Igreja-

Maçonaria. Tais aspectos são de vital importância para a compreensão da gênese do conjunto de discursos e representações negativas criados pela intelectualidade católica, durante o período de 1900-1912, pois elas nos dizem muito dos conflitos estabelecidos entre estes dois setores no sentido de influenciar a sociedade, com suas visões de mundo.

O Terceiro Capítulo se deterá, mais especificamente, na análise dos argumentos e discursos criados pela Igreja acerca da Maçonaria, principalmente os que difundiram de maneira mais intensa, o ideário do medo e da intolerância e estabeleceram os pontos de conflito entre eles. Os artigos de jornal tanto da Igreja quanto os ligados à Maçonaria, ajudam no estabelecimento de como acontecia a estruturação e a composição do ideário negativo e o conflito entre estes dois espaços. A partir desta perspectiva, acreditamos ser possível recompor os objetivos principais da criação dessa visão sobre a Maçonaria e como ela própria representava a Igreja. Ainda é possível rastrear a quem interessava e quais os grupos sociais impositores destas composições, ressaltando os elementos fundantes do arsenal de imagens, discursos e práticas formulados pela Igreja Católica.

Esperamos ainda, a partir de todo o cenário desenhado pelos capítulos do nosso trabalho, tornar mais claro o que é a Maçonaria, quais as suas finalidades e relações com grupos sociais e com a Igreja na primeira década do século XX. Além de tornar claro ao nosso leitor quais motivações, opções e caminhos utilizados por nós na exposição da temática e das questões levantadas. Este trabalho representa mais uma contribuição no sentido de desvendar os “mistérios da Maçonaria”, suas relações com a Igreja e a sociedade Pernambucana e, de maneira mais geral, brasileira.

Capítulo I

MAÇONARIA EM PERNAMBUCO: ORGANIZAÇÃO E DIFUSÃO NO CONTEXTO REPUBLICANO.

1.1. Organização tradicional e história:

Uma questão importante para compreender a instituição maçônica, e a sua diferença e singularidade em relação a outras sociedades, é entender como se constitui a sua organização, principalmente no que tange à estrutura e trajetória histórica. A partir desse entendimento poderemos diminuir a área de “complexidade” ou “obscurantismo”, muitas vezes, criados sobre esta instituição no espaço fora das suas ações mais restritas, no mundo profano⁵, exterior às muralhas das lojas e dos templos.

Muitas pessoas, que adentram numa loja Maçônica ou participam de cerimônias desta sociedade, não entendem muito bem quais os seus fins e o que toda aquela rede simbólica existente no ambiente maçônico encerra. Apesar da suposta complexidade que tais elementos possam transparecer para os indivíduos não iniciados nos seus “mistérios”, é importante salientar que cada um daqueles elementos integrantes das suas posturas e práticas tem um significado especial e moral para os indivíduos iniciados na maçonaria.

Uma das primeiras questões colocadas por nós é que, na maioria das vezes, tudo o que integra o universo maçônico constitui algo incompreensível para os não iniciados. Este fator dificulta a compreensão do que realmente é a maçonaria e quais os seus objetivos. Para esclarecer o significado de todo este conjunto simbólico, recorreremos à explicação de um dos mais importantes escritores maçônicos, A. Tenório de Albuquerque, que compreende a finalidade e o sentido da Maçonaria da seguinte forma:

⁵ Esta expressão significa no mundo externo a loja e aos rituais e filosofia maçônica.

A Maçonaria é uma instituição que conserva bem vivas certas formas tradicionais de ensino secreto-iniciático. O que domina nela é o princípio de tolerância para com as doutrinas religiosas e políticas, porque ela está acima e fora das rivalidades que as põem em luta[...] Uma instituição humanitária e sublime que exalta tudo o que une e repudia tudo aquilo que divide, porque aspira a fazer da Humanidade uma grande família de Irmãos, e que se põe sempre a serviço dos movimentos moralizadores[...]de paz e amor, aberta às mais nobres aspirações, onde se realiza a união necessária e fecunda do coração e do espírito, onde se adquire o equilíbrio interior, onde os caracteres se afirmam e se consolidam[...]em que a fraternidade é uma influência ou guia espiritual para a concepção mais nobre e mais elevada da vida, que não seja contra ninguém, porque é uma força indestrutível, nobre e generosa [...] que prepara o terreno onde florescerão a justiça e a paz. Sua única arma é a espada da inteligência, sabe que o único modo de produzir mesmo socialmente, uma mudança profunda e durável de um meio é o de modificar a sua mentalidade. (ALBUQUERQUE, s.d, 17-19)

Como podemos observar, a conceituação acima de um dos mais importantes autores maçônicos, coloca vários dos objetivos almejados pela maçonaria, além de frisar o seu caráter iniciático e secreto, o que a torna uma agremiação diferenciada em relação a outros grupos sociais existentes. Esta definição da maçonaria, enquanto uma sociedade secreta é atualmente substituída, pelo adjetivo discreta, pois a maçonaria não precisa mais agir em segredo como foi necessário em outras fases. Nos dias atuais, a sociedade sabe os seus fins e locais onde funcionam suas lojas⁶.

Outra característica importante, dentro do conjunto simbólico que envolve a maçonaria, é o de ser uma sociedade iniciática. Aliados à característica do segredo, tal questão gerou, durante a história da

⁶ O termo loja é utilizado maçonicamente para expressar o local onde é se reúnem os maçons. Pode ser entendido também dentro da terminologia maçônica como o templo das reuniões ritualísticas ou ainda a agremiação maçônica que confere os três primeiros graus que são os de: aprendiz, companheiro e mestre.

instituição, muitas perseguições e construções nem sempre muito fiéis às suas verdadeiras intenções. Sociedades iniciáticas sempre existiram na história da humanidade e sua identificação com a revelação de um grande segredo constrói a ideia de um indivíduo entrando em contato com ensinamentos reprodutores de ideais nobres, atribuindo, de certa forma, um charme e atizando a curiosidade dos que não pertencem a estas sociedades. Muitas vezes, no caso da maçonaria, esta distinção motivou algumas confusões no sentido de mostrar com certa precisão as origens da instituição, confundindo ou até mesmo construindo explicações míticas sobre a organização maçônica, como as que veremos mais adiante.

Dentro da estrutura organizacional, além da forma específica como a maçonaria se compõe, com seus participantes reunindo-se em locais denominados de lojas ou oficinas de trabalho, modelo que remete às suas origens de confraria de construção, nos tempos medievais, outro elemento distintivo é o seu ritual de iniciação vivenciado por todos os que pretendem entrar na ordem. Esse rito constitui um dos momentos mais importantes da vida dos indivíduos que se propõem a serem iniciados nos “mistérios” da Maçonaria, pois há toda uma concepção simbólica cercanda a cerimônia. Como todo rito de passagem, simboliza o início de uma nova fase na vida do indivíduo, como atesta Alexandre Mansur:

A cerimônia de iniciação maçônica reveste-se de um simbolismo bastante peculiar, apresentando grandes semelhanças com rituais de passagem da adolescência à idade adulta nas sociedades primitivas e com a ideia de morte simbólica e ressurreição, próprio de uma sociedade secreta que necessita enfatizar sua autonomia. (BARATA, 1999, p.43).

Essa ideia de morte e ressurreição, que é muito forte dentro do imaginário simbólico do mundo cristão ocidental, representa, na vida de qualquer indivíduo iniciado, um ponto de distinção em relação aos demais, os não iniciados, isso porque, na concepção dos maçons e da maçonaria, a distinção sofrida pelo indivíduo em relação aos que não

participam da maçonaria reside no fato de os iniciados entrarem em contato com doutrinas reveladoras de ideais supremos, fazendo-os ver além dos demais homens, além de voltar todas as suas forças e empenhos na construção e aperfeiçoamento interior. Esse é um dos projetos da maçonaria moderna, muito em consonância com os ideais iluministas, pois, ao conceder as luzes quase que de uma maneira natural, os homens e a humanidade aprimorar-se-iam fugindo e lutando contra qualquer tipo de obscurantismo e intolerância.

Para o leitor compreender melhor o significado de tal ritual e como ele é desenvolvido, traçaremos, de forma breve, a trajetória de um neófito que solicita entrada na maçonaria, tipificando-a com base em dois processos de iniciação coletados em nossas pesquisas, na biblioteca da loja Conciliação, localizada na cidade do Recife. A importância de descrever tal processo reside no fato de ser esta uma das etapas mais importantes para a sociedade maçônica, pois significa a entrada de novos indivíduos que irão, como eles, usufruir e ajudar na difusão da filosofia maçônica para a humanidade, além de ajudar na compreensão do que o ideal iniciático significa para a maçonaria.

Os processos de iniciação são da primeira década do século XX, entre os anos de 1911 e 1913, inserindo-se, dessa forma, dentro do corte temporal deste trabalho. No cerne da lógica iniciática, o primeiro momento para a organização da iniciação de qualquer um que solicitasse entrada na Maçonaria era a solicitação de uma proposta de petição, apresentada numa reunião específica para tratar sobre esse assunto. Nela definiam-se os sujeitos que pretendiam dar entrada na instituição a fim de conhecer a “*verdadeira luz*”, expressão utilizada pelos maçons ao se referirem ao processo de iniciação. Através de um formulário, intitulado “PEDIDO DE INICIAÇÃO”, relatava-se todo um conjunto de informações importantes sobre o candidato, tais como: naturalidade, data de nascimento, profissão, local de residência, estado civil, o nome do solicitante, do apoiador ou padrinho e a data da reunião em que o pedido de iniciação fora discutido.

Os dois documentos coletados na Loja Conciliação trazem respectivamente, todas essas informações, os dois candidatos

analisados, que requisitaram iniciação nesta loja foram: Antônio Francisco de Jesus e Álvaro Cordeiro Coutinho⁷. As informações sobre o seu processo de iniciação são ricas de informações, dando-nos margem para descrever todos os procedimentos inerentes à cerimônia.

Dentre os dados mais importantes nos respectivos processos, destacam-se aqueles referentes à ocupação profissional. Neles pudemos observar que tanto Antônio quanto Álvaro eram indivíduos ligados às classes populares. Um tinha como profissão a de mecânico e o outro era alferes da polícia, postos que não contavam com alto prestígio social.

Observando os livros de matrículas das lojas Conciliação e Segredo Amor da Ordem, ambas localizadas no Recife, é possível constatar a existência de muitos indivíduos iniciados que não são ligados a ocupações de elevado prestígio social, o que de certa forma ajuda a desconstruir uma visão de que a maçonaria era um espaço de sociabilidade privilegiado e voltado única e exclusivamente para indivíduos da elite, deixando-nos entrever a complexidade e a heterogeneidade social da maçonaria pernambucana no início do século XX.

O quadro de indivíduos e sua composição social era o mais variado possível, chegando, em alguns casos, a serem segmentados, a ponto de existirem lojas formadas majoritariamente de militares, como era o caso da Segredo e Amor da Ordem, durante um longo tempo, tendo um militar na sua administração, o tenente Ezequiel Medeiros.

Outras lojas contavam com uma maior diversidade de profissões, mas, na maior parte das oficinas maçônicas de Pernambuco, a estratificação social estava ligada às classes médias ou, em alguns casos, populares como podemos verificar com base nas seguintes profissões: empregados de comércio, professores, militares, operários, aqui entendidos também artistas e mecânicos, marítimos, médicos, advogados, empregados públicos, entre outros.

⁷ Estes processos foram encontrados na biblioteca da loja Conciliação localizada na cidade do Recife, eles não estão organizados de forma técnica seguindo os modelos arquivológicos.

Feita esta breve explanação sobre o caráter social dos grupos pertencentes à maçonaria no começo do Século XX, voltemos ao processo de iniciação. Acabada a fase de solicitação representada pelo preenchimento da petição ou pedido de iniciação, seguia-se a publicação de um edital, com a finalidade de deixar público à loja o desejo de um novo profano⁸ de adentrar na ordem. Neste caso, reproduziremos o edital de Antônio Francisco de Jesus, contendo as seguintes informações:

A Gl.: Do Sup.: Ach.: Do Um.: Secret.: Da Bem.:
Loj.: Cap.: Conciliação Or.: Do Recife em 3
Dezembro de 1912

Edital

Faço saber pelo presente que requereu inic.: Nesta Bem.: Off.: o prof.: Antônio Francisco de Jesus, natural deste estado nascido em 8 de novembro de 1889, casado, mechanico, exercendo a sua profissão nas obras do porto, e residente à rua das Ubaias nº 32[...] É para conhecimento de todas as ooff.: Mmaç.: deste Or.: foi este affixado de conformidade cm a disposição do Art. 207 § 18 do Reg.: Ger.: Da Or/:.⁹

Após a publicação do edital, quando a comunidade maçônica ficava ciente das intenções do individuo que solicitava ingresso na ordem, estabelecia-se uma comissão para iniciar um processo de sindicância que constava de uma minuciosa pesquisa sobre a vida e ações do solicitante. Era uma espécie de triagem, para não permitir a entrada de indivíduos que não tivessem uma moral ilibada no seio da ordem.

⁸ Entende-se por “novo profano” o indivíduo que vai ser iniciado na Maçonaria.

⁹ Edital pertencente ao processo de iniciação de Antônio Francisco de Jesus encontrado na biblioteca da Loja Conciliação, no primeiro semestre de 2004.

Ao fim da sindicância, redigia-se e era expedido um parecer sobre o profano, contando com o seguinte conteúdo:

A' gl:. do gr:. Ach:. do Un:.
Colhi boas informações do prof:. Antônio de Jesus pelo
que jugo digno de pertencer ao nosso quadro.
Recife 7 de fevereiro de 1913
Jeronymo Livio d' Azevedo grau 18¹⁰.

Estando o indivíduo apto a ser iniciado através do parecer do irmão escrutinador, mais uma atitude era tomada no sentido de resguardar a Maçonaria da infiltração de pessoas que não tivessem as qualidades buscadas por esta instituição. Divulgava-se um documento para todas as lojas do oriente, no formato de uma circular, com informações do profano que solicitava iniciação numa loja, para que, caso existisse, alguma informação contrária sobre o mesmo, fosse apresentada por parte de qualquer oficina de Pernambuco, qualquer tipo de manifestação ou provas impossibilitando a iniciação do indivíduo.

Passado todo este processo, o indivíduo era recebido na Loja para ser iniciado, desenvolvendo-se toda uma ritualística que imprimia os mais altos significados. Iniciada a cerimônia, o indivíduo era vendado e levado à câmara de reflexões, local dentro do prédio da loja, reproduzindo algumas vezes as feições de um calabouço. Nesse local, o profano deveria responder ao seu testamento Moral e Filosófico, composto por seis questões, no qual de sua resposta dependia o prosseguimento da iniciação. As questões a serem respondidas frisavam sobre os deveres do homem para com Deus, a humanidade, a pátria, a família e para com ele mesmo¹¹. Respondida as perguntas, datava-se e assinava-se o documento. O testamento era levado para o templo da loja, onde, após análise das respostas, os

¹⁰ Parecer deferido pela loja conciliação para continuar o processo de iniciação de Antônio Francisco, encontrado na biblioteca da loja conciliação junto com o edital no primeiro semestre de 2004.

¹¹ Estas informações foram coletadas do testamento moral e filosófico respondido por Antônio Francisco de Jesus, encontrado por nos no arquivo da Loja Conciliação.

maçons, em sessão ritualística de iniciação, mandavam preparar o candidato para o desfecho da cerimônia.

A finalização do ritual de iniciação se dava com a condução do profano para o interior do templo, acompanhado pelo mestre de cerimônias da Loja ou, pelo mestre preparador, como era denominado. Esse instante constituía um dos pontos altos da iniciação era simulada a realização de um conjunto de provas, de caráter simbólico, relembrando os desafios passados pelos indivíduos nos antigos ritos de iniciação.

Tais processos tinham a função de relembrar aos indivíduos os deveres que assumiriam a partir de então para com a aquela instituição. As provas eram compostas de atos de coragem, destemor e juramentos de fidelidade. Finalizada essa fase, seguiam-se:

[...]as chamadas “três viagens” dos aspirantes, que simbolizam: o deambular para a luz, o caminhar da câmara escura da morte, para a grande luz e a vida nova, antes de os seus olhos avistarem o misterioso interior da loja [...] Findas as três viagens simbólicas, o presidente em demorado discurso, chama novamente a atenção dos neófitos para a essência da maçonaria, para o ideal de humanidade que deve ligar todas as nações, raças, religiões e camadas sociais. O venerável pergunta-lhes, pela segunda vez, se querem ser mações e torna a afirmar que ainda podem desistir. Depois de longos diálogos prescritos pelo ritual, o presidente ordena ao mestre preparador: <<irmão mestre preparador, dá ao candidato a luz pequena>>!. Um irmão ajudante aproxima-se de cada um dos candidatos e por detrás levanta-lhe o véu opaco, de forma que o aspirante passa a ver a loja através do véu pouco transparente [...] O mestre-preparador conduzi-los, ainda vendados, para o meio da sala [...] irmão mestre preparador: <<dá aos candidatos a grande luz! >>, com estas palavras, a cerimônia de iniciação chegou a seu ponto culminante e, ao mesmo tempo, ao seu ponto final. (GRANDE ENCICLOPÉDIA MAÇÔNICA, 1978, p.796-797).

Com esse ato, os candidatos eram admitidos na ordem, começando a sua trajetória enquanto maçons, passando pelos graus de

Aprendiz, Companheiro e Mestre. Cada uma delas encerravam ensinamentos profundos para o desenvolvimento do indivíduo na instituição. Dependendo do ritual seguido pela Loja, após o grau de mestre, o sujeito estava preparado para galgar os outros graus, que, dependendo do ritual, podiam chegar até trinta e três¹².

Foto 1- Ritual de iniciação.



Toda essa organização formada por cerimônias e atos simbólicos era vista, pela sociedade em geral, como algo sem muito sentido, envolta numa forte preservação do tradicionalismo que, num mundo como o nosso, não tinha mais motivos para existir. Porém a Maçonaria é isso, uma instituição que mescla, ao mesmo tempo, o tradicional e o moderno, defendendo a tolerância, o cosmopolitismo e práticas modernas, com rituais e cerimônias que remetem a sociedades

¹² A estrutura ritualística dos graus ligados ao rito escocês é composta de trinta e três graus, este rito é só mais um dos vários existentes na maçonaria mundial, além de ser um dos mais difundidos em todo o mundo.

iniciáticas antigas. Creio que este caráter híbrido é o que faz com que a maçonaria seja, ainda hoje, uma instituição que atíça as curiosidades e causa um certo deslumbramento nas pessoas.

Porém, só podemos entender os significados contidos nestes atos e a estrutura organizacional da Maçonaria, a partir do momento em que entramos em contato com a sua História, muitas vezes contada com base numa tradição mística que se esforça em dar à Maçonaria uma origem mais antiga do que ela realmente possui. Acerca disso o historiador e maçom português Borges Grainha observa que:

Espíritos românticos e fantasistas emprestaram a maçonaria origens lendárias; alguns encontraram-nas entre os construtores do templo de Salomão, outros nos antigos mistérios dos orientais e dos egípcios e há quem julgue que ela procede dos mistérios dos greco-romanos interpolados nas corporações operárias ou Collegium Artificium dos romanos [...] Imaginações exageradas fizeram-na remontar ao paraíso terrestre e Adão sido o primeiro mestre ou, mais, tarde, à época do dilúvio, na construção da Arca de Noé, o qual teria sido, então, o primeiro Grão-mestre. Hoje, a História da maçonaria, assim como a das outras associações, entrou no domínio científico, e as suas lendas postas de lado pelos historiadores maçônicos dignos desse nome. (GRAINHA, 1980, p.37).

Com base na concepção de que a maçonaria tem uma origem mítica, forjada no intuito de dar uma maior legitimidade à instituição, o que nos interessa neste trabalho é a gênese dessa instituição, mas não aquela que vai buscar seu princípio entre os construtores do templo de Salomão, ou mesmo na História de Hiram como o fundador da sociedade maçônica, nem tampouco ir até os tempos de adão, dos egípcios ou dos romanos para falar sobre a sua História. Esta vertente que preserva as origens míticas da Maçonaria como sendo a explicação “verdadeira” da sua origem, conta no seio da instituição com vários maçons que realizaram crítica a este aspecto. (RODRIGUES, 2001, p.120-121).

Saindo do campo dos mitos fundadores para buscar, nos documentos, indícios sobre a maçonaria baseado em documentos, há alguns dados apontando o surgimento dessa instituição durante a Idade Média. Essa, aliás, é a tese mais defendida por alguns estudiosos. Um dos primeiros documentos encontrados sobre a Maçonaria é o poema régio¹³, datado de 1390. Nele encontramos menção à confraria dos pedreiros.

Paul Naudon, em estudo sobre a instituição, também cita ofícios medievais entre o período de 1376 a 1396, fazendo referência a licenças dadas aos franco-maçons, pelo arcebispo de Cantuaria, para poderem realizar trabalhos fora de sua jurisdição. Pelas evidências e posicionamento de vários estudiosos, a maçonaria teria sido uma instituição formada no período medieval, congregando indivíduos dedicados à arte da construção. A evidência desta documentação coloca de certa forma um ponto final, ou pelo menos serve para reavaliar aquelas construções históricas que se esforçam em dar à Maçonaria uma longevidade maior do que ela realmente possui. (SILVA, 2004).

Este momento das origens da Maçonaria, ligada à corporação de construtores da Idade Média, entrou para a historiografia maçônica, sendo conhecida como fase operativa, pois foi momento quando os maçons estavam literalmente voltados para a construção de catedrais e obras arquitetônicas, sendo seus integrantes, na maior parte, pedreiros de profissão.

As bases da Maçonaria moderna e atual que guardam os símbolos desta tradição, tiveram como cenário de estruturação as discussões filosóficas e, em alguns momentos, políticas, relacionadas ao movimento iluminista que tiveram como ponto máximo, a constituição em 1717, da Grande Loja da Inglaterra, formada a partir da união de quatro lojas com nomes bem pitorescos: O Pato e a Grelha

¹³ Este documento encontrado na Grã-Bretanha entre os fins do século XIV e início do XV.

(The Goose and Gridiron), A Coroa (The Crown), A Macieira (The Apple Tree) e o Copo e as Uvas (The Rummel and Grapes).

A reunião destas quatro oficinas, denominadas assim por conta da taverna onde elas se reuniam, formalizou a organização da Grande Loja da Inglaterra, conhecida como loja mãe, por ter sido ela o modelo seguido pela maçonaria Moderna e contemporânea. Através da eleição de um Grão-Mestre, ocupou o posto Anthony Sayer, com a obrigação de conduzir os destinos da Maçonaria a partir de então. Durante o século XVIII, a maçonaria entrava numa fase de formalização e secularização da sua estrutura, através da organização de normas e posturas.

Dentro deste espírito, outra medida tomada pela nascente instituição foi a de reunir todos os documentos ¹⁴ referentes à comunidade dos maçons, com dados sobre sua história, leis, além, de organizarem novas normas, dando mostras da assimilação do ideal iluminista, passando a pregar, no interior dos seus templos, temas como a liberdade de culto e tolerância religiosa, propostas avançadas para o período.

A partir de então se iniciou uma trajetória de expansão por vários países da Europa, entremeada por perseguições, principalmente, por parte da Igreja Católica, pelo motivo de a Maçonaria constituir-se num novo espaço de sociabilidade importante na difusão de ideias. Essas ideias eram consideradas heréticas pela Igreja, por afrontarem muitos dos seus princípios básicos, além do que a Maçonaria lutava pelo estabelecimento de um poder temporal sem a influência da Igreja.

Para termos ideia de como esta expansão foi significativa, tomemos como exemplo a França que, desde pelo menos 1725, com o início da atividade maçônica de forma organizada no país, até o período anterior à Revolução Francesa, alcançou o crescimento de 52% (AGULHON. IN: VOLVELLE, 1989, p.53-570). de oficinas maçônicas no seu território. A França teve um papel capital no desenvolvimento dessa organização. As suas lojas eram locais de

¹⁴ Estes documentos estão integrados na constituição de Andersen.

discussões, principalmente sobre política, criando, segundo alguns autores, um tipo de maçonaria com posturas políticas mais avançadas do que a britânica.

Tal tese se comprova quando, em 1877, a Maçonaria francesa eliminou dos seus estatutos a obrigação de, que para ser admitido, o maçom teria que acreditar em Deus. Dessa forma se posicionava contra as orientações contidas na Constituição de Anderson, na parte referente aos deveres que um maçom deve ter para com Deus e a religião. Este fato gerou uma grande polêmica no seio da maçonaria internacional, fazendo com que a Loja Mãe da Inglaterra decretasse a maçonaria francesa como irregular.

A influência dessa Maçonaria de raiz francesa teve forte presença nas Américas, influenciando, sobretudo, nos processos de independência organizados pelas colônias nas duas primeiras décadas do século XIX (COGGIOLA, 1990). No caso específico do Brasil, um dos espaços voltados para a discussão de um projeto de nação independente foi a Maçonaria. A historiografia contempla essa visão, chegando a estabelecer duas correntes muito bem definidas, uma ligada a Gonçalves Ledo e outra a José Bonifácio, esta última, guardando forte influência sobre D. Pedro, também iniciado nessa sociedade.

As origens da Maçonaria no Brasil contam com várias narrativas, algumas vezes conflitantes, imprimindo certa confusão quando se pretende traçar a sua História de maneira mais “objetiva”. Há uma forte tendência em misturar a Maçonaria a algumas outras sociedades secretas de conteúdo político, científico, literário ou filosófico, que estiveram presentes em movimentos antes do século XIX.

Muitas vezes construíram-se versões, levantando a ação ou influência da Maçonaria na Inconfidência, Revolta dos Alfaiates e Areópago de Itambé. Existe uma tese célebre de Mário Melo¹⁵, publicada por ele na imprensa maçônica de Pernambuco e depois na

¹⁵ Arquivo Maçônico. Recife, fev. 1909, p.7-28.

revista do Instituto Histórico local, defendendo a ideia de ser o Areópago de Itambé uma loja maçônica. Tal posição coloca Pernambuco no lugar de primeiro espaço no Brasil onde a propaganda maçônica teve efeito do ponto de vista organizado, contando, inclusive, com uma das primeiras lojas maçônicas do País. Segundo Melo, o Areópago de Itambé teria sido, nas terras brasileiras, o primeiro exemplo de oficina maçônica. Esse historiador rebatia, então, a hipótese de movimentos como a Inconfidência e a Revolta dos Alfaiates, anteriores à constituição do areópago terem sido espaços maçônicos, pelo fato de não existirem, nestas localidades, lojas organizadas como em Pernambuco, no caso, o Areópago.

A influência da ideologia maçônica no Areópago é bem possível, pela razão de seus integrantes haverem entrado em contato com os ideais maçônicos na Europa. Mas é necessário frisar um aspecto importante: uma coisa é a participação de indivíduos influenciados ou até iniciados na maçonaria, outra é a maçonaria enquanto organização, com estrutura formalizada, tendo lojas atreladas a um corpo maçônico reconhecido pelos altos poderes da maçonaria internacional.

Olhando sob este ponto de vista, a data solene de introdução da maçonaria no Brasil não foi a Inconfidência, Revolta dos Alfaiates ou Areópago de Itambé, mas o início do século XIX, com a fundação, em 1801, da primeira loja regular no Brasil, em Niterói denominada Reunião. Esta oficina maçônica estava filiada não ao Grande Oriente Lusitano, mas à França. Essa primeira fase de 1801 a 1820, é conhecida como um período de instabilidade para a nascente maçonaria no Brasil, pelo seu envolvimento com revoltas como a de 1817 e, por conta disto, houve uma dura repressão por ser uma instituição muito vigiada pela associação com ação política. Sob o clima dessa instabilidade, ocorreu a fase de expansão do maçonismo no Brasil com a difusão e fundação de várias lojas no país. Dentre esses locais, ressalta-se Pernambuco, espaço privilegiado de nossas reflexões.

Falar sobre a entrada da Maçonaria em solo pernambucano é, também, uma tarefa muito espinhosa, pois incidimos na mesma questão anteriormente levantada sob as origens da Maçonaria Brasileira, devido à falta de documentos e arquivos organizados. O que se tem são indícios que serviram para historiadores anteriores criarem teses sobre como se deu tal organização.

Dentro dessa corrente registra-se a de Mário Melo, anteriormente mencionada, colocando a prioridade da propaganda maçônica no Brasil em terras pernambucanas. Aliado a ele, mas de certa forma menos enfática, temos a versão de Pereira da Costa¹⁶, que compartilha da visão de ser o Areópago uma agremiação maçônica, mas coloca tal fato no sentido das especulações, não das provas históricas concretas. Outro, também, a falar sobre a anterioridade da maçonaria é Frei Caneca nas suas cartas de Pitia a Damão. (CANECA, 1972, p.397-399).

Saindo do ambiente das hipóteses sobre a primazia de Pernambuco na instalação da maçonaria no Brasil e entrando no campo das primeiras referências “positivas” acerca da constituição de lojas maçônicas regulares em Pernambuco, voltamos ao ano de 1809, a partir da fundação da loja Regeneração, com objetivos eminentemente políticos, uma preocupação inerente à maçonaria da fase pré-independência, de 1800 a 1822.

De 1809 a 1817, a maçonaria pernambucana foi ampliada com a formação de alguns núcleos em vários pontos da província. Em 1814, instalou-se em Pernambuco a Loja Patriotismo e, no ano seguinte, a Restauração. A primeira tinha por objetivo a instauração de um governo republicano. Esses dois espaços de trabalho maçônico, com certeza, foram lugares efetivos de planejamento do movimento de 1817. Mas, ao mesmo tempo em que foram locais de fomentação política, as oficinas maçônicas de Pernambuco eram espaços de prática de um dos mais fortes valores da maçonaria universal: a filantropia e a solidariedade.

¹⁶ Arquivo Maçônico. Recife, dez.1910.

Uma prova da execução desses ideais teve um dos pontos máximos, nos primeiros anos de vida da maçonaria pernambucana, através do trabalho de solidariedade levado à frente pelas oficinas Restauração e Patriotismo, no ano de 1815, quando uma galera de nome Balsemão afundou em águas pernambucanas:

A fins de 1815 ou princípios de 1816, se queimou em Pernambuco, estando fundeada no Lamarão, prompta para dar á vela, a galera Balsemão, completamente carregada, achando-se em terra o capitão Estevão José Alves, o piloto Pedro de Tal, e o cirurgião Franco, todos três maçons, ainda que só o capitão era membro de uma loja de Pernambuco. Independente da perda dos carregadores, não só os officiaes do navio como a tripulação, perderam tudo quanto possuíam por aquelle inesperado incêndio. A loja restauração a que pertencia o capitão, de accordo com a loja Patriotismo, promoveram immediatamente uma subscrição dentro e fora dos seus templos, collocando-se cada uma dellas á cabeça da lista com somma de quatrocentos mil reis. Quarenta e oito horas depois se tinham ajuntado 8 a 10 contos de reis (moeda forte), e não só os três irmãos como toda a tripulação foram indemnizados de suas perdas, achando na maçonaria um lenitivo para seus males¹⁷.

No período que vai de 1816-31, a Maçonaria Pernambucana atravessou duas fases: uma primeira, de organização e forte agitação política, que culminou com a sua participação em 1817 e 1824; e, num segundo momento, de 1823-24 a 1831, a desestruturação tomou conta da Maçonaria Pernambucana, tendo sido fechadas muitas lojas, principalmente por conta da perseguição às sociedades secretas encetada por Dom Pedro, após 1823.

A fase que vai de 1823, com o fechamento da maçonaria pelo Imperador Dom Pedro até a sua abdicação, em 1831, não trouxe grande desenvolvimento para a maçonaria pernambucana. Um fato que mereceu destaque foi a fundação da sociedade carpinteira que

¹⁷ Arquivo Maçônico. Recife, dez.1910. p.20.

tinha a finalidade de trabalhar pela consolidação da independência e, segundo alguns autores, apresentava também, inspiração maçônica. Outro evento digno de lembrança, nessa fase, é a constituição de uma loja maçônica em Igarassu, idealizada pelo cirurgião Vicente Ferreira dos Guimarães e batizada com o nome de 6 de Março de 1817, cuja regularização só veio a ocorrer em 1832, com o reerguimento do Grande Oriente do Brasil.

A partir de 1831 começou uma nova fase no interior da maçonaria brasileira e especialmente da pernambucana. O Grande Oriente do Brasil é restaurado, tendo à frente de sua organização José Bonifácio. Uma das principais resoluções tomadas pela direção do novo Grande Oriente foi o de suprimir toda discussão de ordem política e religiosa dos templos. Essa postura vem muito bem determinada, no manifesto escrito por Bonifácio, do qual transcreveremos este pequeno trecho:

nenhum assunto que não tenha conexão com os Graus simbólicos da Maçonaria será tratado no oriente Brasileiro e nas Lojas de seu círculo: nenhum outro fim terão os trabalhos que não seja o aumento da felicidade humana, ensinando e inspirando o amor das virtudes domésticas e sociais, o respeito à Religião, submissão às leis do Estado, à tolerância de todos os cultos e a de todos os Ritos Mac.: Reconhecidos e professados atualmente pelos GGR.: OOr.: De todo o mundo, fazendo unicamente exceção dos princípios dos iluminados, e dos que forem contrários às leis gerais da natureza e às positivas do Brasil. A voz da política nunca mais soará no recinto dos nossos Templos, nem o bafo impuro dos partidos e das facções manchará a pureza de nossas colunas.(KLOPPENBURG, 1983, p.272).

As três últimas linhas nos fornecem o novo ideal que passava a nortear a Maçonaria brasileira e que, ainda hoje, permanece como uma de suas metas: a Loja Maçônica não seria ambiente de discussões político-partidárias, mas espaços de discussão de questões políticas amplas. Esse ideal era denominado por Quintino Bocaiuva de “alta

política”, por se preocupar com ideais humanistas e filosóficos e não em favorecer determinada facção política. Essa postura fez parte das reflexões de vários dos maçons brasileiros, durante o século XIX e início do século XX. (COLUSSI, 2003, p.47).

Outra missão começava a ganhar espaço dentro da sociedade maçônica, a da filantropia, pois muito se trabalhava no seio desta instituição para criação de obras assistenciais. O seu envolvimento em campanhas como a abolição, além do seu viés político, fortalecia, o sentimento humanitário, de preocupação com a vida do outro. Outro campo de ação foi a ajuda entre os irmãos maçons, quando algum deles passava por privações de ordem material ou econômica. Um exemplo claro dessa preocupação é o auxílio às viúvas de irmãos mortos, através da concessão de pensões ou auxílios, para custearem a formação do maçom desaparecido. Tais recursos eram ativados todas às vezes que se tomava conhecimento de que alguma família atravessava momentos de dificuldade.

A solidariedade maçônica se estendia, igualmente, para iniciativas como a da constituição de creches, hospitais, orfanatos e escolas. Tais iniciativas fizeram parte das ações políticas da maçonaria com mais intensidade nos fins do século XIX e início do século XX.

Ainda sobre a fase de 1831 até a década de 70 do século XIX, podemos avaliar que a maçonaria pernambucana seguiu sua trajetória sem grandes movimentações, até o surgimento da Questão Religiosa, que serviu para reanimar os ânimos combativos da Maçonaria pernambucana. Com o início da Questão Religiosa, as discussões políticas voltaram aos templos, principalmente as ligadas à cobrança de uma postura do governo do Império, mais efetiva em relação a essa Questão.

Um reflexo da excitação política que contagiava a maçonaria pernambucana nessa fase foi o da proliferação de oficinas e a volta de vários adeptos que estiveram por algum tempo afastados da instituição. Raimundo Arrais nos fornece um quadro importante para entendermos o clima vivido pelo Recife, durante a Questão Religiosa:

Qualquer que seja a proporção vista no embate que ocorreu, no Recife na década de 1870, entre o clero e a maçonaria, não se deve deixar de levar em conta o quadro das peculiaridades locais[...]as idéias ultramontanas imperavam na Faculdade de Direito até a posição materialista começasse a se impor para fundar uma escola filosófica e jurídica com a entrada, no seu quadro de professores, de Tobias Barreto, ardoroso polemista[...] essa discórdia inicial se transformará, na década de 1870, em ódio acirrado, cujos frutos serão colhidos pelo sucessor de Cardoso Ayres, o bispo capuchinho Frei Dom vital Maria Gonçalves e Oliveira[...] dessa forma, no final de 1872, o bispo passa ordem aos vigários e exorta as irmandades das diversas freguesias a fazer com que maçons participantes de qualquer das seitas proscritas pelo papa abjurassem, retornando ao seio da igreja. À recusa das irmandades sucede, em 1873, a reação do bispo, que depois de alguns gestos de admoestação, lança, sem hesitar a pena da interdição sobre a irmandade do Santíssimo Sacramento da freguesia de Santo Antônio, medida que importava na suspensão do culto naquele templo e na privação de uma série de direitos [...] mantendo-se em guarda contra o bispo romanizador, a maçonaria pernambucana retemperou suas forças com a união das lojas existentes na província. Com o espírito incendiado pelo ódio aos jesuítas, intelectuais liberais difundiram um aluvião de escritos que resvalavam facilmente para os insultos e as acusações maliciosas, desencadeando campanhas infamantes contra os padres da companhia, contra o prelado e os clérigos em geral, vergastando os dogmas da infalibilidade papal e da Imaculada Conceição. De modo geral, esse furor anticlerical combinou-se, no plano local com uma primorosa qualidade gráfica, nas páginas da revista *O Diabo a Quatro*. Difundido pelos anticlericais, o mito de um jesuitismo satânico e conspirador, mancomunado com o bispo, não deixou de servir ao Partido Liberal, que contava com considerável penetração entre as massas urbanas, sobretudo através de seu tribuno José Mariano. José Mariano foi visto À frente de uma série de tumultos de multidão nas ruas da cidade, instigando atos de agressão física nos eventos que marcam a Questão Religiosa no Recife, como a invasão do Colégio dos Jesuítas, o espancamento de padres e o empastelamento do jornal católico *A União*. (ARRAIS, 2004, 258-562).

Pelo quadro acima, podemos atestar as condições em que se desenrolaram a Questão Religiosa e a marca que deixou nas relações entre Maçonaria e Igreja a partir de então. Resolvido este episódio, a maçonaria pernambucana continuou o seu processo de desenvolvimento, propiciado pela Questão Religiosa, que reativou e deu um choque de ânimo novamente à atividade maçônica, chegando ao ano de 1884 com uma crise na relação entre a maçonaria pernambucana e o poder maçônico central.

O conflito se estabeleceu devido à luta empreendida por parte da maçonaria pernambucana pleiteando uma maior autonomia. Atrelado a isso, o ato de repúdio promovido por José Mariano ao decreto nº 13 de 16.9.1882, promulgado pelo visconde do Rio Branco, declarando irrita e nula a fusão do Grande Oriente do Lavradio com o corpo maçônico do Grande Oriente dos Beneditinos, qualificando este último de irregular. (FERREIRA, s.d).

Rompidos os laços com o poder Central, José Mariano,¹⁸ contando com a ajuda de outros maçons como Modesto do Rego Batista, Joaquim Gonçalves Beltrão Jr e Silvino Antônio Rodrigues, constituiu, em 29 de outubro de 1884, o Grande Oriente ao Norte do Brasil, uma das primeiras experiências de regionalização da maçonaria, antecipando-se de certa forma à federalização encampada, já durante a República, dos Grandes Orientes Estaduais, que tiveram seus exemplos máximos em São Paulo e Rio Grande do Sul. A vida desse corpo maçônico foi de cinco anos, ficando de pé até 1889¹⁹.

¹⁸ José Mariano Carneiro da Cunha filho legítimo do tenente coronel Mariano Xavier da Cunha, nasceu a 8 de agosto de 1850 no município de Ribeirão. Formou-se na faculdade de Direito do Recife em 1870, ano em que foi iniciado na maçonaria. Desempenhou as atividades de orador, jornalista advogado e político, trabalhando intensamente na questão religiosa e na campanha abolicionista, aderiu ao regime republicano em 1889 sendo eleito deputado na constituinte e na legislatura 1897-99, mesmo não estando no congresso nacional sempre esteve nas discussões políticas mais importantes da política nacional. Fonte: Archivo Maçônico. Recife, jun.1912.p1-4.

¹⁹ Archivo Maçônico. Recife, dez. 1912. p.20.

Um dos seus objetivos era o de operar uma descentralização em relação aos poderes maçônicos, constituídos no Distrito Federal. Aliaram-se nessa empreitada, como oficinas fundadoras, a Loja Aliança, Conciliação e Segredo e Amor da Ordem. Podemos confirmar, com base nos estudos de Pereira da Costa, que, com o fim do Grande Oriente ao Norte, somente três oficinas permaneceram funcionando em Pernambuco: a Conciliação e Cavaleiros da Cruz, ambas em Recife, e a Fraternidade Progresso, na cidade de Goiana²⁰.

É esse quadro de desmobilização da Maçonaria local que dificulta uma afirmação mais categórica, acerca do seu envolvimento na campanha republicana. Constatam-se a falta de documentos nos arquivos das lojas e de uma imprensa periódica na qual seja possível rastrear até que ponto as lojas maçônicas tinham os ideais republicanos como centro de difusão e de construção do novo regime.

1.2. Difusão e propaganda no contexto republicano²¹.

Dentro do contexto de organização e difusão da propaganda republicana no Brasil, poucos trabalhos se ocuparam em mostrar o papel que coube à maçonaria na construção do regime republicano. A historiografia maçônica encarrega-se de construir um discurso histórico dentro dos parâmetros de celebração e da ação de pessoas isoladas como Deodoro da Fonseca, Silva Jardim e outros maçons que tiveram um papel importante na instauração do governo republicano em 1889. Ficam a desejar em relação à Maçonaria e à República, após a instauração do governo, estudos²² mais abalizados quanto ao lugar

²⁰ Arquivo Maçônico. Recife, dez. 1910. p.24-25.

²¹ Falamos do contexto republicano do ponto de vista institucional.

²² Como exemplo das análises preocupadas com a atuação da maçonaria no processo de implantação do regime republicano no país, e quais os seus espaços de atuação temos: ANDRADE, Alex Moreira. **A maçonaria no quadro ideológico republicano**. Rio de Janeiro: UFRJ (monografia de graduação), 2002; BARATA, Alexandre Mansur. **Luzes e sombras: A ação da Maçonaria brasileira (1870-1910)**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999; ANDRADE, Alex Moreira. **Maçonaria no Brasil (1863-1901): Poder, Cultura e Ideias**. São Paulo: Annablume, 2016.

de inserção das forças maçônicas na efetivação do modelo republicano pós-proclamação.

Aliás, além da historiografia ligada à Maçonaria, a desenvolvida na academia pouco tem se preocupado com as suas ações fora do espaço temporal do Império. A sensação passada é de que a Maçonaria, enquanto instituição porta-voz de um projeto político, social e cultural para a nação, somente teve ações durante o período imperial, principalmente nas fases em que esteve envolvida com as campanhas libertárias de 1817, da Independência, da Confederação do Equador, Revolução Praieira, Questão Religiosa e abolição.

Na tentativa de mostrar um contraponto a essa visão, este capítulo propõe-se a iluminar um pouco mais como a Maçonaria se organizou e se comportou, suas práticas e ações desenvolvidas nas primeiras décadas da República, principalmente na fase de 1900-1912, em Pernambuco. É abrir uma maior perspectiva ao estudo de uma instituição tão pouco analisada na Primeira República, mas que teve um papel importante na discussão de temas como a educação laica, a política republicana e as relações Estado-Igreja.

Alex Moreira Andrade (2002; 2016), no seu estudo sobre o quadro ideológico no cenário republicano, coloca a maçonaria como uma perspectiva a ser pensada dentro do conjunto de ideologias e correntes políticas, que fizeram parte da luta ideológica, forjada na implantação da República. Ao lado do liberalismo de vertente americana, do positivismo e jacobinismo de tendência florianista, uniu-se, também, a vertente maçônica, apresentando como característica marcante o seu caráter híbrido muitas vezes casando pontos de cada uma das vertentes citadas.

Sabe-se que, durante o Império, a Maçonaria teve uma presença ativa junto a vários indivíduos de projeção política, como

Mauá, o visconde do Rio Branco²³, o seu filho José Maria Paranhos, futuro Barão do Rio Branco, Joaquim Nabuco e outras figuras ligadas à política imperial. Por outro lado, a sociedade maçônica cultivava, no seu interior, dissidências, dentre elas uma facção mais liberal, contando com indivíduos republicanos que tinham como principal líder Saldanha Marinho e muitos dos iniciadores da campanha republicana, como Silva Jardim, Quintino bocaiúva, Alberto Sales e outros.

Tentar rastrear a ação dos maçons pernambucanos, enquanto participantes do partido republicano é uma tarefa difícil, que demandaria outra pesquisa, pois nos faltam dados mais objetivos no sentido de dar, com precisão a parcela e o significado real da maçonaria e dos maçons na campanha republicana e proclamação da República, aqui no Estado. Podemos supor que essa participação não tenha sido tão forte assim, como ocorreu no eixo Rio - São Paulo, por algumas questões, entre elas, a incipiência do partido republicano aqui em Pernambuco. Mesmo sendo um estado com um agrupamento anterior ao manifesto de 1870, os republicanos locais não conseguiram projeção junto ao Estado ou junto aos grupos econômicos de destaque em Pernambuco.

Outro ponto que não nos permite tecer argumentos mais categóricos sobre a ação direta dos maçons na campanha republicana em Pernambuco, é por ser esta uma fase de dificuldades para a maçonaria pernambucana, iniciada principalmente após a Questão Religiosa. Assim a tentativa de organização de um poder maçônico local que não seguisse as orientações do poder central maçônico, denominado de Grande Oriente, ao norte do Brasil, ideia encabeçada pelo político liberal José Mariano, não surtiria o efeito esperado pelos idealizadores. Além disso, as atividades do oriente ao Norte do Brasil encerraram-se poucos meses antes da proclamação da República,

²³ O visconde foi por muitos anos foi Grão-mestre do Grande Oriente do Lavradio, tendo um forte poder junto a este agrupamento e conduzindo os destinos desta vertente da instituição ligada ao monarquismo.

impossibilitando, dessa forma, uma maior ação institucional do grupo maçônico pernambucano na participação da instauração da República.

Outra questão espinhosa é perceber as ações diretas de adeptos da maçonaria no sentido de forjar a República, pois, como se tratou de uma fase de desarticulação da maçonaria local, como já foi frisado, não conseguimos localizar nenhum conjunto de documentos que dessem conta destas ações. O que foi possível observar em nossas pesquisas é que umas das figuras históricas do republicanismo local, Isidoro Martins Junior, era republicano de longa data. Tal constatação leva-nos a supor de forma indireta, a presença de discussões sobre a República nas oficinas. Torna-se, porém, complicado avaliar a intensidade de tais discussões e como elas poderiam ter contribuído de alguma forma na construção do governo republicano em Pernambuco, levando-nos a concluir a presença muito fraca da Maçonaria neste evento, mesmo contando nas suas hostes com indivíduos simpatizantes ao ideal republicano.

Preocupado em nos esclarecer um pouco mais sobre os rumos da propaganda republicana no Estado de Pernambuco, Marc Jay Hoffnagel (1990, p.157-179), em artigo publicado nos fins da década de oitenta, traça um pouco da historicidade do ideário republicanista, nesse estado, demonstrando a constituição de um agrupamento republicano mesmo antes da publicação do manifesto de 1870. Segundo as informações do referido autor, existiam núcleos e uma pequena imprensa difusora do republicanismo que tiveram sua época de articulação ao longo das décadas de 50 e 60 do século XIX.

Marc Hoffnagel destaca várias figuras como Antônio Borges da Fonseca, Affonso de Albuquerque Mello, Romualdo Alves de Oliveira e Luiz Cyriaco da Silva intensos e ardorosos adeptos da República. Muitos deles, segundo o historiador, teriam participado do último grande movimento insurrecional de Pernambuco no século XIX, a Revolução Praieira, como foi o caso de Affonso de Albuquerque Mello, um grande entusiasta da ideologia Republicana até o fim do Império.

Uma das questões importantes, discutidas no artigo de Hoffnagel, que pode iluminar o porquê da falta de expressividade da articulação da propaganda republicana local e nacional, foi a fisionomia adquirida pelo republicanismo em Pernambuco, na fase pré-1870. O partido republicano local, não entendido dentro das características formais do que compreendemos como partido na sua fisionomia moderna tinha, neste primeiro momento, um discurso voltado para as classes populares, com muitos dos seus integrantes advindos da classe dos artesãos.

Assim, muitas das ações e pontos ideológicos do programa desse partido estavam voltadas para demandas próprias, ligadas, na sua maioria, à realidade das classes populares. Os temas preferidos do programa eram: a sobrevivência econômica destes grupos, a situação do mercado de trabalho, muito instável no período, o melhoramento da cidade e dos serviços públicos.

Com a publicação do manifesto de 1870, Hoffnagel observa a mudança na estrutura social do movimento em Pernambuco, onde as classes populares vão perdendo espaço para as camadas médias urbanas. Nos dados do quadro abaixo, o autor nos informa sobre a modificação na fisionomia e estrutura social do movimento republicano em Pernambuco, o que nos permite identificar as novas características do movimento no Estado:

Dos indivíduos que ingressaram no movimento durante o período 1880-1888 apenas 6 ou 12% eram artesão ou pequenos negociantes categorias ocupacionais que representavam quase 50% dos adeptos republicanos durante a década anterior. Enquanto o número de republicanos oriundos da pequena burguesia declinou, quantidade de adesões da classe média urbana, especialmente os bacharéis em direito, sofreu um acréscimo considerável. Estes, que representavam 6% dos republicanos na década de 1870, perfaziam quase metade da amostra de militantes para o período 1880-1888. (HOFFNAGEL, 1990, p.168).

Mesmo com a adesão e mudança do perfil social do partido republicano local, os republicanos pernambucanos não conseguiram modificar, de maneira substancial, a sua posição enquanto agrupamento político, no sentido de ampliar sua participação no processo político eleitoral do Estado até o advento da República.

Com um programa voltado para as classes populares e médias urbanas, justifica-se a não sedução da propaganda republicana no Estado aos grupos econômicos de destaque da região, como ocorreu, por exemplo, em São Paulo onde o grupo economicamente forte, o dos cafeicultores, apoiou e participou ativamente da propaganda republicana, desde o seu início na década de setenta. A falta de inserção dos grupos pernambucanos economicamente de destaque, fazia com que o partido local não ultrapassasse a condição de um agrupamento político sem destaque e projeção na política local e nacional.

A falta de expressão e participação na construção do novo modelo de governo não foi privilégio só dos republicanos, mas da Maçonaria local como discutimos acima. Os segmentos do partido republicano local, como os maçônicos, não estavam muito articulados ao movimento a nível nacional. Isto, pode ser atestado com a escolha para integrar o governo que se instalava não de um nome do movimento republicano local, mas o nome Coronel José Cerqueira de Aguiar, companheiro de armas do Marechal Deodoro, cargo passado, posteriormente, para o Barão de Lucena, que nunca havia militado no partido republicano, sendo, até os últimos momentos do império, um monarquista convicto. O que explica a escolha e a aceitação por parte do barão para governar o estado de Pernambuco até dezembro de 1891, foram os seus laços de amizade com Deodoro da Fonseca.

Com relação às notícias da instauração da República em Pernambuco, segundo o historiador pernambucano Costa Porto (1986, 651p), as informações sobre a proclamação chegaram ao Recife às três horas da tarde do dia quinze de novembro, através do serviço de telegramas do Diário de Pernambuco. Porto analisa o contexto da Proclamação da seguinte forma:

“Em Pernambuco, por exemplo, embora se acompanhasse o agravamento da crise político-militar, ninguém esperava que a República viesse tão cedo, tudo na verdade, dando a impressão de solidez – no País e na Província – tamanha à tranquilidade [...] e quando menos esperava, o pernambucano seria siderado por aquela notícia que o DIARIO DE PERNAMBUCO, de 16.11.1889, publicava em primeira pagina - mas sem relevo – miúda, concisa, seca, em telegrama sem título - O General Deodoro foi a câmara Municipal e ai proclamou a Republica, havendo entusiásticas aclamações....Reina paz na cidade” (PORTO, 1986, p.8).

A sensação de surpresa e de alheamento da população do Recife e de Pernambuco pode ser comprovada com a pouca importância dada ao fato, por um dos mais importantes jornais do Estado, o Diário de Pernambuco, que noticiou o nascimento da República num pequeno espaço, não concedendo a devida importância a tal fato. Ao que parece, a sensação de surpresa de instauração do novo sistema não atingiu só parte da população da capital, mas também, do interior do estado. Segundo Costa Porto, quase ou nenhuma forma de manifestação ou indagação ao que estava se passando foi feita, passava-se do Império à República reinando uma expressiva falta de mobilização. Pelo que pudemos perceber, a desmobilização integrou-se não só aos setores ligados à população local, mas também aos grupos de republicanos de maçons de Pernambucos.

Não foi possível nas nossas pesquisas localizar, como já havíamos antes apontado, qualquer forte indício da participação organizada dos maçons na campanha e proclamação da República. O que é possível inferir é a participação de lideranças republicanas e maçônicas isoladas, como o caso de Isidoro Martins Júnior, representante do republicanismo histórico no estado ou, já em pleno regime republicano, do governo de Sigismundo Gonçalves que, durante o seu governo priorizou o ensino primário, dando certa atenção ao setor educacional, umas das bandeiras defendidas pelos

maçons, durante as primeiras décadas do século XX, apesar de ser uma preocupação antiga (DIAS, 1989, p.14). A falta de localização de uma documentação mais contundente, não nos assegura tecer, de maneira mais expressiva, a existência de ligações mais fortes entre a Campanha republicana e a Maçonaria local.

1.3. As Ações da Maçonaria em Pernambuco: imprensa, escola e propagação das lojas (1900-1912).

Passado o primeiro momento de instauração do governo republicano no Estado de Pernambuco ressurgem, a partir de 1895, algumas oficinas desaparecidas, com a extinção do Grande Oriente ao Norte do Brasil. A Maçonaria retoma seu espaço nas discussões na sociedade, avaliando e se posicionando com relação ao regime republicano. Uma preocupação presente nesta parte do capítulo é estudar como, a partir de 1895, mas detendo-se de forma mais efetiva entre os anos de 1900 a 1912, a maçonaria local portou-se e qual foi o seu papel na política, na cultura e na vida social.

Durante o período acima delimitado, dentro das posturas adotadas pelos segmentos maçônicos para se fazerem presentes nas discussões que animavam as primeiras décadas da República, a imprensa foi adotada pela maçonaria, no sentido de irradiar suas finalidades e ideias. Atuando ao mesmo tempo como porta-voz do discurso maçônico e espaços de discussão política, os jornais e meios impressos publicados pela maçonaria serviam como meio, através do qual a instituição tentava popularizar-se e combater os temores e concepções forjadas sobre ela, durante boa parte da sua trajetória histórica. Especificamente, no caso de Pernambuco, a imprensa maçônica sempre contou com uma vida irregular, muitas das folhas organizadas para propagarem e defenderem o ideal maçônico não tiveram, aqui, uma vida longa²⁴.

²⁴ Temos como exemplo destes periódicos maçônicos do final do século XIX ao início do XX, os seguintes: **A Família Universal** – Órgão da sociedade Universal

A utilização das fontes jornalísticas e da imprensa, como elementos importantes na prática da pesquisa histórica com a finalidade de ajudarem na construção de um determinado olhar sobre o passado, é, de certa forma, recente como nos informa Tânia Regina Luca. Ela discute o processo de utilização da imprensa e dos jornais como objeto e fontes, e as formas como tais recursos passaram a figurar enquanto meio importante no desenvolvimento da pesquisa e do pensamento histórico.

Tânia Regina Luca (2005) elenca um conjunto de autores e obras que se valeram, antes mesmo das influências e discussões propostas pela “Nova História”, do tratamento e das formas que deveriam trabalhar com as fontes jornalísticas. Os trabalhos pioneiros, no Brasil, foram iniciados por Gilberto Freyre, que se utilizando dos anúncios de jornais do século XIX, perscrutou várias dimensões da sociedade brasileira, aliado aos de Emilia Vioti da Costa, além de Fernando Henrique Cardoso, Stanley J. Stein, Nícia Luz e Leôncio Martins Rodrigues e Nelson Werneck Sodré, com sua história da imprensa no Brasil. Estes São exemplos que, segundo a autora, dimensionam a importância da utilização dos jornais na pesquisa histórica. (LUCCA, 2005, p.111-153).

Além de empreender uma discussão historiográfica a respeito da utilização da imprensa e dos jornais em trabalhos de pesquisa no Brasil, realizando um balanço sobre as influências da “Nova História”, sob este “novo” objeto, a autora se preocupa em demonstrar a tarefa árdua que circunda este tipo de fonte histórica, pois é necessária toda uma forma diferente de olhar e analisar os jornais e materiais impressos, preocupando-se em filtrar, observar e entender como tais impressos eram redigidos e a que setores sociais e de interesse

dos maçons – Tip. Mercantil/ Semanal julho a junho de 1872; **O Livre Pensador** – Órgão da nova propaganda philosophica – Tip. Própria – Semanal. Junho de 1877 não vem especificado o fim; **O Oriente** – Periódico de propaganda maçônica e idéas liberaes – Tip. Melo – Semanal, março 1898 a outubro 1900; **Luzeiro da Verdade**. 14 de julho de 1906; **Archivo Maçônico**, 1906-1913.

atendiam, além de tentar ver qual a intencionalidade subjacente aos artigos redigidos.

Tais conselhos em relação à imprensa maçônica devem ser seguidos, pois os jornais que mais adiante apresentaremos representavam o pensamento da grande maioria dos maçons ou de seus intelectuais, muitas vezes o jornal era de propriedade de um maçom, sendo o mesmo, quase sempre, o único redator. Assim, faz-se necessário, segundo nos aconselha a autora, ficar alerta aos aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes, pois eles podem nos dizer muito do lugar social representado pelo editor do jornal. Outro elemento importante e que nos diz muito da nossa fonte é o de historicizá-la, tendo em conta as condições técnicas e os motivos da escolha do jornal que se pretende analisar. Além de ter a possibilidade de analisar, nas fontes jornalísticas, os motivos do destaque dado a determinado patrocinador, são elementos que têm muito a nos dizer das posições dos redatores e da linha editorial dos jornais, podendo, ainda, nos fornecer os porquês das escolhas e a maneira como as análises realizadas nos artigos foram construídas. Como o trato dispensado a este conjunto de fontes pode guiar-se dentro de várias formas, não constituindo num trabalho tão simplificado e sem cientificidade, como, algumas vezes, as correntes históricas mais tradicionais asseveravam.

Retornando à questão da atividade jornalística da maçonaria em Pernambuco, podemos verificar o seu início durante o século XIX, mais intensamente na segunda metade do século. O objetivo esboçado por alguns jornais era trazer, para o espaço profano²⁵, as discussões, a essência e os ideais maçônicos, discutidos no interior das suas oficinas. Dentre esses periódicos, destacaram-se os seguintes: a *Família Universal*, extinto ainda no ano de 1872 com a edição de apenas 4 números; o *Livre Pensador* como o próprio nome ilustrava, um órgão voltado para a livre discussão de ideias e princípios sempre defendidos pela Maçonaria. Seu número de inauguração deu-se em 1º

²⁵ Termo utilizado pelos maçons para reportarem-se ao espaço não maçônico.

de junho de 1877, sendo publicado até o dia 5 de setembro do mesmo ano.

No que se refere ao periódico o *Livre pensador*, mesmo sendo uma publicação que deixa transparecer no seu editorial uma preocupação com a formação de um partido de indivíduos preocupados em pensar livremente, sem as amarras do preconceito e da intolerância, não se colocava exclusivamente como um periódico oficial da maçonaria local, mas entre as suas colunas se encontrava uma seção voltada para a discussão de assuntos maçônicos.

Uma das primeiras experiências da Maçonaria pernambucana, no campo da imprensa, com uma vida mais longa, foi o jornal *O Oriente*, começando suas atividades no ano 1898 e estendendo-se até 1900. A posição do *O Oriente* era diferente da assumida pelo *Livre Pensador*, pois, desde o seu início, colocou-se como uma publicação ligada à Maçonaria pernambucana. As suas colunas estavam sempre abertas à discussão política e social, com um farto conjunto de matérias versando sobre a Igreja, o divórcio, a tolerância religiosa, as posturas políticas locais e a questão social.

A imprensa maçônica pernambucana só experimentaria uma nova fase de revigoramento a partir da organização do periódico *Arquivo Maçônico*, mesmo não se colocando num primeiro momento como um órgão oficial da maçonaria pernambucana, pelo fato de ter sido iniciado por um conjunto de obreiros da loja maçônica Segredo e Amor da Ordem, localizada na cidade do Recife. Foi aos poucos tomando para si a tarefa de órgão representante dos maçons e da Maçonaria pernambucana.

Com o passar do tempo, o *Arquivo Maçônico* foi contando com a participação de integrantes de outras lojas da cidade, do interior e de outros estados, fato que garantiu ao periódico um corpo de redação diversificado. Muitos dos seus colaboradores eram jornalistas de profissão como Manoel Arão, Mário Melo, Caetano Andrade, Vicente Ferrer e Pereira da Costa. Outros desenvolviam suas aptidões de escritores com a participação nessa revista. Uma coisa é importante frisar, todos os seus redatores de alguma maneira eram indivíduos

ligados à vida cultural, política, social e intelectual do Recife, do interior ou de outros estados.

Aos poucos estas publicações transpõem os contornos regionais passando a ser um destacado periódico da maçonaria não somente em Pernambuco, mas no Brasil. Sobre este aspecto podemos constatar, através de uma ligeira pesquisa feita nos seus números, onde encontramos notícias e artigos de diversos locais do Brasil, o que garantia um conjunto de informações tanto da maçonaria pernambucana, como da nacional e até internacional.

A vida do *Arquivo Maçônico* estendeu-se de 1906 até 1913. Não possuímos dados mais concretos sobre o principal motivo da sua extinção, uma vez que a coleção que foi por nós localizada nas dependências da Loja Maçônica Segredo e Amor da Ordem, chegava até o ano de 1912. Segundo informações de Luiz do Nascimento, contidas na sua *História da Imprensa de Pernambuco*, o fim das atividades do *Arquivo Maçônico* aconteceu no seu número 86, do mês de outubro de 1913. Essas informações são fornecidas pelo autor, com base nos números encontrados por ele na Biblioteca Nacional e na Biblioteca Pública do estado de Sergipe. (NASCIMENTO, 1975, p.192-193).

Os motivos para a finalização das suas atividades não são ainda muito claros. Trabalhando no campo das hipóteses através das leituras feitas de todo esse conjunto documental, é possível supor, através da análise de alguns dos seus números, que o encerramento da sua publicação ocorreu devido a problemas de ordem financeira, já que era comum, nos últimos números, avisos de solicitação aos assinantes pela gerência da revista, da necessidade de entrar em contato com a direção do *Arquivo* para que as dívidas fossem saldadas, possibilitando desta forma, a continuidade da publicação sem maiores entraves.

A imprensa maçônica, sem dúvida, foi a sentinela avançada na proposição e discussão de temas importantes para a sociedade pernambucana. Dentro do conceito de “Alta política”, apropriado de Quintino Bocaiúva, por Alexandre Mansur Barata (1999, p.117). Este

conceito deve ser entendido como uma nova forma de ver a política na ordem, ultrapassando as preocupações meramente partidárias, e ocupando-se com princípios maiores, pontos importantes no desenvolvimento do regime Republicano e na implementação de uma verdadeira cidadania, preocupada em integrar as massas e ampliar a sua participação no processo político e na discussão dos grandes temas da sociedade como, por exemplo, a intolerância religiosa, política e o conservadorismo.

Para que possamos entender como tais ideais foram desenvolvidos pela maçonaria pernambucana, achamos necessário especificar um pouco mais o que seria o conteúdo desta “alta política”. Os principais campos de ação para a sua efetivação na sociedade brasileira, e pernambucana, em particular. A ideia de “alta política”, nas palavras de Quintino Bocaiúva, é a política no seu sentido mais geral e lato, em que a defesa da democracia, do ensino leigo, da secularização da sociedade, do casamento civil, da tolerância religiosa e da liberdade de pensamento fossem as principais bases para a sua implementação. Orientado por tais pressupostos, a maçonaria pernambucana desenvolvia sua posição e ação na política, na sociedade e na cultura, nas duas primeiras décadas da República.

Do ponto de vista doutrinário, a Maçonaria encaminhava os seus integrantes a se posicionarem em assuntos de política, principalmente, no interior dos seus templos, acima dos partidos e das discussões político-ideológica. Porém, os caminhos da política, principalmente o que acima foi qualificado como “alta política”, faziam parte das suas preocupações, uma vez que a Maçonaria, enquanto sociedade de pensamento, tinha responsabilidades e obrigações para com o país. Sem se deixar levar, pelo menos nos discursos produzidos pela sua imprensa, por cores partidárias, mas preocupando-se essencialmente na defesa dos indivíduos e da sociedade, a Maçonaria produzia um conjunto de discursos que deixava entrever uma preocupação com a sociedade e os caminhos políticos por ela trilhados. Preocupado com os destinos do Estado, no

que diz respeito à política institucional, O oriente assim se posicionava:

De accordo com o preceito constitucional, abriu-se hontem o congresso do Estado com todas as formalidades do estylo.

Si os balbuciamientos de creança na vida jornalística, podesse chegar aos ouvios dos lycurgos do nosso congresso, e ser por eles attendidas, pedir-lhes-iamos diferentes cousas de utilidade publica, entre as quaes as seguintes: que dispensassem a lavagem de roupa suja dos partidos, que só serve para envergonhar aqui, e principalmente fora d'aqui; que não perdessem o tempo em discussões estéreis e inúteis, mas sim o aproveitassem na concepção de boas leis e na indicação de boas medidas de hygiene moral e material, de que tanto precisamos; que não se descurassem da instrucção do povo, cercando-a das garantias precisas para succumbir à invasão perniciosa do fanatismo, da superstição e do erro; e finalmente que tivessem piedade do povo, mesmo do povo que os elegem, não lhe arrancando a camisa do corpo e o pão da boca como se tem feito até hoje, lembrando-se os respeitáveis lycurgos do Estado de que o vosso povo é pobre – Já está paupérrimo – e que lhe é portanto impossível dar aquilo que não tem²⁶.

No artigo acima, o autor chama a atenção para a postura dos políticos pernambucanos, que na sua visão, deveriam deixar de se preocupar com as cerimônias e formalidades institucionais da vida política, e passarem realmente a prestar atenção a aspectos mais importantes da sociedade e da população como: a instrução, a vida moral e material dos menos favorecidos. As inquietações com tais questões, segundo o autor, levariam os políticos a desempenharem o seu verdadeiro papel na sociedade, o de servirem ao povo, verdadeiro sentido da sua existência, enquanto representantes da coletividade.

A preocupação com o desenvolvimento da “alta política” seria, ainda, a tônica de uma série de artigos publicados pelo Archivo

²⁶ Jornal o Oriente – Periódico de propaganda maçônica e idéas Liberal. Recife. Mar.1898, p.2.

Maçônico e assinados por Caetano de Andrade, entre os anos de 1907 e 1908. O autor se ocupava de várias questões: uma delas, em particular, nos chamou a atenção pela crítica severa e, não fora de propósito, sobre os destinos da República, asseverando mais uma vez a falta de compromisso dos políticos com o povo, no sentido de construir uma verdadeira República.

O autor inicia a sua análise com um ar de desilusão em relação ao regime instalado no dia 15 de novembro, principalmente, por não ter conseguido construir uma sociedade na qual os “verdadeiros” princípios republicanos conseguissem ser efetivados de maneira positiva. Na sua visão ocorreu o contrário, como uma das primeiras questões do sistema político e administrativo instituído no país ao invés de formar um verdadeiro federalismo, nos seus princípios e objetivos, compôs vinte “pequenas monarquias”, constituindo-se, antes, num arremedo grosseiro de federalismo do que num verdadeiro sistema pautado dentro deste modelo. Outra alegação do autor residia no fato de a República no Brasil ter se transformado num “sindicato de políticos”, já que esta classe não se esforçava em trabalhar como uma confederação na defesa dos princípios da liberdade, mas antes, preocupados em tingirem e manterem interesses particulares, onde o sistema eleitoral representativo somente existia no papel, oprimindo a população e explorando-a através do aumento constante dos impostos e taxas. Em momento algum, segundo o autor, o poder constituído era revertido em favor do povo, com distribuição de renda justa. Caetano Andrade finaliza o seu texto, clamando por uma urgente revisão a este sistema, visto como única maneira para se chegar um pouco mais próximo do que, em teoria, seria a República. Somente com a superação, do que o autor qualificou de “imitação grosseira”, seria possível viver num sistema verdadeiramente republicano²⁷. (Arquivo Maçônico, 1908, p.19-22).

Continuando ainda dentro das preocupações com as práticas políticas desenvolvidas no Brasil e em Pernambuco, Caetano Andrade

²⁷ Arquivo Maçônico. Recife, fev. 1908, p.19-22.

em outro artigo da mesma série dissertava sobre a Questão Social apresentada no Brasil e em nosso Estado, do início do século XX. Este é um tema recorrente nas preocupações da maçonaria nacional durante a República. O conteúdo do texto analisava a ineficiência e a falta de interesse dos nossos legisladores em relação ao proletariado, principalmente ao rural, uma vez que, segundo ele, os trabalhadores urbanos estavam em melhores condições, pelo menos no que concernia à mobilização e consciência política, pois utilizavam-se da imprensa, organizavam partidos e apresentavam candidatos, pontos importantes na estratégia de lutarem pelos seus direitos²⁸. (Archivo Maçônico, 1908, p.25-29).

No caso dos trabalhadores rurais, Caetano Andrade asseverava que pouco tinha sido feito pela República, no sentido de uma política voltada para o melhoramento das suas condições de vida material. No campo dos direitos pregados pela propaganda republicana havia uma triste realidade, pois os direitos de igualdade tão pregados pelo ideário republicano se não chegaram nem aos trabalhadores urbanos, aos rurais, então, nem existia a consciência de que eles tinham tais direitos. Para comprovar tal ponto, insistia o autor, basta que observemos a tirania de parcela dos senhores de engenho em relação a estes indivíduos, a falta de uma política de inserção na terra e de educação básica.

Traçando este perfil, Caetano Andrade, pretendia chamar a atenção para a realização, mesmo que através dos seus artigos, de uma discussão ampla na sociedade sobre a finalidade e a prática política republicana. Tentando realizar um balanço crítico das duas primeiras décadas do novo regime, chamava a atenção para que se a questão social não fosse resolvida, a construção de uma nação progressista e civilizada, almejada por todos, podia não se concretizar, gerando antes conflitos e estagnações, do que sucesso e desenvolvimento.

O tom de preocupação em torno de tais pontos pautava-se em grande medida, pelo ideal humanitário, de forte significado na

²⁸ Archivo Maçônico. Recife, mai. 1908, p.25-29

doutrina maçônica, pois a vida destes indivíduos estava relegada à opressão e à miséria, situação que não se justificava, na busca de uma sociedade mais justa e fraterna para os seus integrantes. Além do ideal Humanitário e filantrópico, outro ponto animador das discussões empreendidas pela maçonaria era a do seu papel na sociedade, enquanto espaço de discussão e de vigilância, no descortinar das falhas e opressões vividas pelos indivíduos. Dentro deste quadro, o papel da instituição era libertar e lutar contra os algozes do povo, cumprindo, então, a finalidade de uma sociedade libertadora, fundada dentro do clima da ilustração.

As preocupações políticas da Maçonaria tinham nas páginas do *Archivo Maçônico* presença sempre garantida e local de destaque nas suas edições. Dessa forma, a Maçonaria pernambucana, através do *Archivo*, já justificava no seu editorial de fundação, em 1906 os seus intuítos e finalidades que eram *o de crear campos de acção em que os seus proselytos ponham em actividade as suas idéas e concepções*²⁹.

Ainda tendo a política como preocupação, o artigo de Vicente Ferrer, intitulado “Democracia e República”, realizou uma análise sobre a relação entre os dois conceitos, tentando traçar um perfil geral das principais concepções de cada um destes elementos para o desenvolvimento da vida em sociedade e o seu estágio de desenvolvimento no Brasil. Logo de início, ele observa que mesmo a república, em tese, sendo sinônimo da democracia, no Brasil esta é, ainda, uma realidade não constituída. Vicente Ferrer continua suas análises observando como andava o desenvolvimento da democracia no país e no mundo. Sob este aspecto, Ferrer é enfático ao frisar que muitas vezes ao invés de servir como instrumento de libertação, a democracia tem muitas vezes transformando-se numa desculpa para justificar a tirania e o aniquilamento de vidas, ilustrando esse exemplo, nosso autor volta os olhos para a democracia norte-americana, vista por ele como um falso exemplo de democracia, pois suas aspirações verdadeiras são, de oprimir e colocar em prática uma

²⁹ *Archivo Maçônico*. Recife, set. 1906, p.1.

política imperialista, ampliando o seu julgo para as áreas consideradas de seu interesse econômico como: o Panamá, a Colômbia, o México, Cuba e Porto-rico e toda a América³⁰.

O Brasil na visão desse autor não estaria fora da área de interesse da nação norte-americana, alertando para o cuidado que o Brasil deveria tomar, senão quisesse ser dividido. A Amazônia, na visão do autor, seria um dos primeiros locais da investida norte-americana. As reflexões de Vicente Ferrer lançavam considerações, além da natureza da democracia, Ferrer assinalava os possíveis perigos que a democracia poderia sofrer, no solo americano, principalmente, devido às investidas expansionistas, norte-americana. O presente artigo configurava-se dentro de todo este quadro traçado pelo autor, como um importante alerta, principalmente aos nossos governantes, avisando-os da necessidade de guardarem com maior atenção os nossos interesses e direitos, antes que ficássemos sob a influência de alguma das potências imperialistas, perdendo nossa soberania, liberdade e direitos, situação vivenciada por outros países, principalmente, no continente africano.

Ainda discutindo os limites e o papel da Democracia, Mário Melo a partir de um texto no *Archivo Maçônico*, intitulado “*Democracia e Maçonaria*”, demonstra o papel, por ele qualificado, como incontestável da Maçonaria na promoção e efetivação de governos onde a liberdade e o respeito aos direitos dos cidadãos eram os principais guias. Utilizando algumas passagens históricas como a Revolução Francesa, a Independência dos EUA, as tentativas libertárias dos movimentos que tiveram lugar em Pernambuco, a Proclamação da República e a instauração da República portuguesa, fato ocorrido um mês antes, no dia 05 de outubro de 1910. Mário Melo indica o dedo e o papel relevante reservado à Maçonaria na constituição de tais movimentos, vistos pelo autor como de tendência democrática. As preocupações de Mário Melo não são as de construir um texto onde a discussão sobre o conceito de democracia e suas

³⁰ *Archivo Maçônico*. Recife, jul. 1911, p.29-32.

práticas sejam a tônica principal, o que ele tenta é demonstrar, utilizando como pano de fundo, os movimentos sociais à luz de uma análise histórica, o papel importante desempenhado pelos maçons e a Maçonaria na construção do ideal democrático³¹.

A defesa dos interesses constitucionais tornou-se, para os maçons, um campo de ação e de preocupação imprescindível no terreno da política. Dentre a defesa de tais interesses, os limites, entre a separação da Igreja e do Estado, ponto importante, na constituição de uma sociedade Laica, comungando com os preceitos e ideais modernos e republicanos, foram alvo das considerações dos grupos maçônicos. A constituição era sempre lembrada pelos maçons, todas as vezes que tentavam estabelecer os limites que deveriam existir entre a política e a influência religiosa, considerada por eles como nociva, principalmente, devido á carga de intolerância e preconceito presentes no discurso religioso em relação aos outros segmentos sociais.

É sempre presente no noticiário maçônico a publicação de notícias de infração destes limites por parte dos religiosos, logo porque a posição da Maçonaria era de colocar-se de forma crítica, condenando as possíveis trocas de favores que pudessem existir entre o Estado e a Igreja. A participação do clero na política ou a intromissão de religiosos em espaços, qualificados pelos maçons, como sendo fora da sua área de competência, como exemplo, a política ou a administração dos cemitérios vista pelos setores maçônicos como algo insustentável.

Com relação à administração dos cemitérios, as resoluções tomadas a partir da proclamação da República eram bem claras, segundo as leis, o cemitério ficava única e exclusivamente sob a proteção e administração do poder público, não podendo por isto, transformar-se em espaços de manifestação de cultos externos que ferissem as demais religiões ou de privatização e favorecimento por parte de qualquer credo religioso.

³¹ Archivo Maçonico. Recife, dez. 1910, p.15-16.

Reproduzindo um desses casos de favorecimento por parte do poder público à Igreja Católica, encontramos no Archivo Maçonico de novembro de 1908, o relato do benefício concedido pelo prefeito da cidade de Nazaré, no interior do Estado de Pernambuco, ao padre encarregado da freguesia de Vicência, licenciando-o a benzer o cemitério local. Tal atitude foi interpretada pelos redatores do Archivo, como uma afronta às leis constitucionais no que se refere à separação entre Estado e Igreja. A noticia encontra-se reproduzida abaixo:

Encontramos na parte oficial do governo do bispado – Diário de Pernambuco de 4 deste mez – o seguinte despacho de monsehor Marcolino, bispo ad hoc da diocese olindense: - o padre Frederico Antonio de Oliveira, encarregado da freguesia de vicência, **AUTORIZADO PELO PREFEITO DO MUNICIPIO**, pedindo licença **PARA BENZE O NOVO CEMITERIO MUNICIPAL** e declarando que ficará reservada no cemitério uma área para aqueles que não tem sepultura eclesiástica – como pede, nos termos do requerimento.

Não fazemos commentários; formulamos quatro perguntas ao executivo municipal de Nazareth: em que termos e de que forma jurídica foi o padre Frederico *autorizado* a benzer o cemitério leigo de vicência? Em que artigo 72 da constituição federal se encontrou licença para reservar, no mesmo cemitério, terreno excommungado para sepultar os acatholicos de Nazareth? Prefeitura municipal que vem a ser na ordem das cousas? Qual é o santo padroeiro da prefeitura de Nazareth?

Esperamos agora, quatro respostas claras, theologicas, santíssimas e .republicanas pelo organ natural dessas e outras opiniões mais ou menos conservadoras: a Tribuna religiosa³². (Archivo Maçonico, 1908, p.36).

O artigo 72 da constituição de 1891 estava, na visão do periódico maçônico, sendo desrespeitado frontalmente, principalmente no seu quinto parágrafo, onde ficava bem claro a não admissão, sob hipótese alguma, de licença do poder público para qualquer

³² Archivo Maçonico. Recife, nov. 1908, p.36.

manifestação religiosa, principalmente quando era claro o favorecimento de uma crença religiosa em detrimento da outra. O artigo estabelecia, ainda, o caráter secular dos cemitérios, estando a sua administração ligada a autoridade municipal, ficando, assim, livre a todos os cultos religiosos, a prática dos respectivos ritos, desde que não ofendessem à moral e à ordem pública. Dessa forma, os maçons pernambucanos fundamentavam a sua crítica como justa, pois estavam em consonância com os princípios da carta magna de fevereiro de 1891, cumprindo o seu dever, de defender a sociedade, contra a intromissão dos que pretendiam ferir as leis e os princípios constitucionais.

Outra frente de combate encampada pela maçonaria brasileira e pernambucana, com uma preocupação não somente dentro de uma perspectiva política, mas principalmente cultural, foi o seu trabalho e discussão para a implementação de uma educação laica com forte apelo para a instrução primária. A educação assumia, no discurso maçônico, uma importância vital, pois se tornava um dos principais meios no projeto de construção de um país e de uma nação desenvolvida, com mais justiça social e com indivíduos menos intolerantes.

A preocupação com a Questão educacional evidenciava-se através da luta e defesa por um ensino leigo, democratizado e preocupado na formação da cidadania. O alvo da maçonaria ao que tange a instrução tinha uma preocupação prioritária no atendimento às classes menos favorecidas. Compartilhando dessa orientação, a maçonaria pernambucana esforçava-se no sentido de difundir uma discussão e ação sobre o ensino laico na sociedade, contrapondo-se, principalmente, às aspirações dos religiosos do Estado, críticos vorazes a este sistema de ensino, qualificado, por eles de “ateu, materialista e libertino”.

Tal conflito inseriu-se no choque entre as posturas liberais e conservadoras, a primeira, representada pela Maçonaria e a segunda, pela Igreja Católica. O campo de combate destes dois grupos, além da

política era também o da educação, em especial primária, base essencial para formação do “novo homem”, almejado pela Maçonaria.

Um dos temas recorrentes na imprensa maçônica e que era assunto de intensas discussões entre o *Arquivo Maçônico* e a *Tribuna Religiosa*, órgão oficial da Diocese de Olinda e Recife, girava em torno da implementação do ensino religioso³³ nas escolas públicas, assunto polêmico que criava um forte conflito de interesses entre a Maçonaria e a Igreja. A primeira, baseada nas concepções científicas e constitucionais condenava expressamente as práticas, qualificadas de preconceituosas e “irracionais” provocadas pelo ensino religioso que poderiam deixar marcas profundas na formação dos indivíduos.

Na tentativa de mostrar os pontos negativos do ensino religioso, o *Arquivo Maçônico*, auxiliado pelas reflexões do professor Bremen, de Leipzig na Alemanha, publicava uma notícia baseada nas pesquisas do referido professor, que concluía o caráter nocivo do ensino religioso ministrado nas escolas públicas, a partir das reflexões seguintes:

a) este ensino dogmático da religião está em perfeita contradicção com a sciencia e com a cultura da época.

B)este ensino é um entrave à liberdade de consciência do professor, que não pode collocar no terreno da concepção moderna do mundo.

c) impede a cooperação tão salutar do lar e da escola. Como os modos de ver modernos penetram cada vez mais profundamente em todas as camadas da população, dáhi resulta, entre a escola e o lar, uma opposição em consequência da qual os discípulos perdem sua fé na veracidade de seus mestres e a confiança que n’elles depositam na escola.

d) não offerece a menor base sufficiente para a formação moral da creança, porque não se colloca senão sob o ponto de vista dogmático e faz pouco caso da vida actual.

³³ Os maçons combatiam o ensino religioso na época, pelo motivo deste esta associado a religião Católica.

- II- A escola deve estar separada da igreja, afim de que possa se desenvolver litteralmente e estabelecer a cultura moral da creança sobre bases psychologicas.
- III- O ensino de uma moral independente dos dogmas basear-se-á nas considerações seguintes:
- a) deve-se ter mais em vista o desenvolvimento da creança do que a matéria a ensinar.
 - b) As matérias d'este ensino serão extrahidas do conjucto das litteraturas³⁴.

A causa de uma educação desvencilhada de toda influência religiosa esteve sempre na pauta das discussões da Maçonaria pernambucana. Os artigos encontrados deram mostras dessa preocupação com a formação de um ensino livre das amarras religiosas, assentado na livre discussão de temas e pensamento. Outro ponto que justificou a preocupação com as influências religiosas no ensino, além das citadas acima, foi de proporcionar o cultivo da intolerância, aspecto sempre criticado pela maçonaria como sendo um fator de atraso para o estabelecimento de uma sociedade moderna e democrática.

Os argumentos fixados por parte da Maçonaria pernambucana na defesa da não influência religiosa nos assuntos ligados ao campo educacional, baseavam-se no principio da tolerância religiosa expressa na Constituição de 1891. Pelo que foi possível observar, os maçons sempre acusavam que os pressupostos contidos nesta lei quase sempre eram infringidos.

Os redatores do Archivo Maçônico assinalavam que a não observância e respeito aos dispositivos da constituição ocorria sempre no Estado de Pernambuco, principalmente na cidade do Recife, através, segundo alguns redatores do periódico maçônico, da proliferação de escolas paroquiais na cidade. Boa parte delas constituídas com subvenção estatal, prática ilegal não aceita pela constituição em vigor. Estes espaços, segundo nos informam o Archivo Maçônico, eram na maioria das vezes voltados para práticas pedagógicas retrógradas mescladas a atos de violência aos alunos.

³⁴ Archivo Maçônico. Recife, set. 1906, p.11-12.

Um exemplo bem claro desta relação, entre pedagogia e violência, ficou bem expresso em vários artigos da folha maçônica, descrevendo com cores bem fortes essa realidade, das escolas paroquiais. Um dos casos, entre vários, que nos chamou a atenção foi o relatado na seção *Á toa*, do *Archivo Maçônico*, narrando um episódio ocorrido na escola paroquial de São José, na cidade do Recife, tendo como figuras centrais o padre Augusto Álvaro e uma criança chamada Eduardo, que segundo informações do periódico maçônico, era filho do tenente coronel honorário do exército, Antônio Gracindo de Gusmão Lobo, a denúncia feita ressaltava a atitude do padre em punir a criança com uma série de “vinte e quatro palmatoadas”³⁵. (*Archivo Maçônico*, 1908, p.42-44).

O autor do artigo chamava a atenção para o caso e solicitava punição para tal prática, através de repreensão por parte do diretor da instrução pública do Estado, que devia fazer cumprir o regimento de ensino. Segundo o regimento, na seção referente a punições de alunos, o autor do artigo, observa não haver nenhuma referência a práticas de violência e tortura na sala de aula, havia ocorrido. Este evento servia mais uma vez como prova da ineficiência de uma educação ministrada por religiosos. As escolas paroquiais, na sua visão, constituíam um regresso ao desenvolvimento de uma educação moderna e civilizada, proposta pela Maçonaria.

Dentro ainda do campo das denúncias de práticas intolerantes realizadas nas escolas de tendência religiosa, o periódico maçônico descrevia o caso ocorrido numa das escolas do Recife, o Colégio Santa Margarida, onde uma aluna tinha sido expulsa do colégio pelo motivo de seu pai não permitir a participação da filha em certas reuniões religiosas, não muito bem detalhadas pelo autor. O redator do artigo cobrava uma maior fiscalização dos poderes públicos com relação às práticas e punições tomadas por estes colégios, em especial o Santa Margarida, que apesar de ser privado não era de nenhuma ordem religiosa. O autor do artigo, ainda, defendia que a educação

³⁵ *Archivo Maçônico*. Recife, mai. 1908, p.42-44.

religiosa não devia ser vivenciada ou ministrada pelos colégios, pois ela era parte íntima da formação do indivíduo, devendo à família incumbência da sua administração³⁶.

As escolas paroquiais assumiam um papel importante para a Igreja Católica, neste período, pois simbolizavam um contraponto ao ensino público laico, onde a educação religiosa não podia ser ministrada com maior liberdade. Durante as primeiras décadas do século XX, o movimento de escolas paroquiais toma corpo, muitas valiam-se também de subvenções públicas para se manterem, o que era criticado pelos setores maçônicos. Influenciado por este espírito de crítica, um artigo do *Archivo* preocupando-se exclusivamente em realizar uma análise dessas escolas, verificava que tais estabelecimentos se prestavam à difusão do mais forte grau de fanatismo e superstição, preocupando-se em ensinar coisas como a importância do papa, sendo a segunda pessoa depois de Cristo, o papel da Igreja, através dos seus pastores, como sustentáculo da verdade e do melhor modelo de governo. O autor do artigo pondera que coisas importantes como o amor ao próximo, o respeito às leis e à pátria não eram ensinados. O artigo finaliza demonstrando que tais espaços devem ser alvos de crítica, única forma de barrar o fanatismo e a superstição³⁷.

Num ciclo de conferências realizadas no Teatro Santa Isabel³⁸ e transformado pelo *Archivo Maçônico*, numa série de artigos, Alfredo Freire³⁹, obreiro da loja Conciliação, da cidade do Recife,

³⁶ *Archivo Maçônico*. Recife, fev. 1912, p.5-6.

³⁷ *Archivo Maçônico*. Recife, jun. 1907, p.17-18

³⁸ A escolha do Teatro de Santa Isabel como local das conferências realizadas por Alfredo Freire tinha uma forte simbologia, pois este teatro corporificava um espaço de destaque da cultura pernambucana desde a sua fundação na segunda metade do século XIX.

³⁹ Alfredo Freire (1874-1961) – pai do sociólogo Gilberto Freyre desempenhou várias funções administrativas como a de delegado, promotor público, juiz, secretário da repartição de segurança do Estado. No campo educacional atuou nos colégios Americano Batista, Escola Normal Pinto Júnior, além de ter sido professor Catedrático de Economia Política na faculdade de Direito do Recife. Foi iniciado na loja Conciliação na cidade do Recife no ano de 1896 por influência da família Agra,

ocupou-se do assunto da escola primária, traçando o seu desenvolvimento histórico em Pernambuco e as condições que ela apresentava nos primeiros anos do século XX. Alfredo realizou uma análise sumária sobre a condição do ensino primário na nossa sociedade, vendo-o como única forma possível no desenvolvimento e construção da democracia na nossa sociedade. Dentre os temas por ele analisados estavam o da qualificação dos professores e do material didático utilizado, apresentando propostas no sentido de torná-lo mais eficiente. Ainda falando sobre a realidade educacional do estado, Alfredo Freire demonstra a falta de compromisso do governo municipal e estadual para com a educação, compondo um quadro do analfabetismo no Estado. Baseado em dados de trinta anos antes de 1912, Alfredo chegava a um percentual de mais de 77%, média que, segundo ele, poderia ter se expandido por falta do comprometimento dos poderes públicos com a educação⁴⁰.

Este conjunto de textos demonstrava as preocupações da maçonaria pernambucana com relação à educação. Na visão de Alfredo Freyre tal questão não poderia ficar única e exclusivamente no campo do discurso, mas no da ação, pois se tornava um ponto importante na construção de um país desenvolvido. A ação proposta pelo autor se efetivava através da fundação de escolas e bibliotecas, locais de importante significado para a maçonaria. Os maçons acreditavam que a cada escola e biblioteca abertas estariam ajudando na difusão e construção de uma sociedade mais ilustrada, desenvolvida e livre de preconceitos e intolerância. Ressaltando o trabalho importante feito pelos maçons brasileiros e sua preocupação com a construção de escolas, Alexandre Mansur Barata nos informa que:

Para os maçons brasileiros, a manutenção de escolas voltadas, sobretudo, para a alfabetização das camadas

que tiveram papel fundamental no desenvolvimento desta oficina durante as primeiras décadas do século XX.

⁴⁰ Archivo Maçônico. Recife, abr. 1912, s/p.

populares era mais uma tarefa no sentido de elevar o país ao nível do século. Para alcançar a civilização, era preciso difundir as “Luzes”, espalhar o ensino primário. Contudo, também, neste período, a Igreja Católica voltou-se para a prestação de serviços educacionais: a formação de mentes. (BARATA, 1999, p.41).

Guiados por este espírito de expansão e difusão dos princípios maçônicos, os maçons pernambucanos incentivaram a fundação de escolas e bibliotecas pelas lojas que as pudessem manter, preocupando-se que esta tarefa fosse realizada pelas lojas localizadas nas cidades do interior. Essa também foi uma fase de forte organização da Igreja e do seu clero, dentro dos ideais do ultramontanismo e sob a tutela do vaticano. No mesmo sentido, a Maçonaria expandia-se, também, e sofria um processo interessante na história da ordem à interiorização das suas ações. As lojas maçônicas passavam a ser edificadas também no interior do Brasil, Segundo Alexandre Barata, era como se ocorresse entre Maçonaria e Igreja uma luta não só pelo espaço do inconsciente das pessoas, mas também dos espaços territoriais.

Seguindo esse processo, a Maçonaria pernambucana não fugia à tarefa de irradiar as luzes pelo Estado através da educação primária, mesmo nas lojas do Estado que contavam com poucos recursos. A obra da Maçonaria no estado, a difusão da educação e da cultura teve grande importância. Podemos observar isso com base nas lojas existentes no Estado. Das dezenove, já existentes em Pernambuco no fim do ano de 1912, cinco delas mantinham bibliotecas franqueadas ao público. Esse número podia parecer pequeno para a dimensão organizacional da maçonaria em Pernambuco, mas é importante salientar que das dezenove, pelo menos nove delas, as que se localizavam na cidade do Recife, compartilhavam do mesmo espaço físico, funcionando muitas vezes, numa mesma loja, duas ou mais oficinas, como é o caso da Segredo e Amor da Ordem que contava

com excelente biblioteca, além desta, a Philotimia e a Luzeiro da Verdade⁴¹.

A Segredo e Amor da Ordem não era um caso isolado destas realidades, outras como a Conciliação e Cavaleiros da Cruz, compartilhavam da mesma situação, de ver no mesmo prédio funcionar mais de uma oficina Maçônica. Dentre as bibliotecas existentes nas Lojas pernambucanas, uma chamava a atenção pela estrutura, a da Loja Fraternidade e Progresso da cidade de Goiana, que contava em 1910 com mais de 6.000 títulos, todos disponíveis à população.⁴² Outras cidades do interior como a Obreiros do Norte, em Timbaúba, e Instrução e Beneficência, na cidade de Paudalho, tinham as portas das suas bibliotecas abertas para a população, principalmente a menos favorecida.

Ainda sobre a ação cultural e educativa da maçonaria nas lojas existentes até 1912, foi-se verificado que pelo menos três delas patrocinavam escolas primárias, inserindo-se dentro da proposta de desenvolvimento de instrução pública, tantas vezes frisadas nos artigos do *Archivo Maçonico* e deliberados pela Maçonaria brasileira. Uma coisa que pudemos constatar é que estas escolas se localizavam principalmente no interior do Estado onde a assistência era mais deficiente. As lojas Fraternidade e Progresso, da cidade de Goiana, Instrução e Beneficência, localizada em Paudalho e Dever Humanidade em Caruaru, mantinham, com recursos próprios dos seus obreiros, as despesas destas escolas.

A fundação destes centros de ensino pela maçonaria pernambucana contou, pelo que pudemos observar, com duas fases de organização: uma primeira, iniciando-se na primeira década do século XX até o ano de 1912 e a segunda, desta data até o ano 1922. Traçamos este perfil por percebermos o desaparecimento e surgimento de novas escolas sob a guarda da maçonaria do estado. Os dados que dispomos para construir essa segunda fase foram encontrados no *livro*

⁴¹ *Archivo Maçonico*. Recife, dez. 1912, p.17-27.

⁴² *Archivo Maçonico*. Recife, jan. 1910, p.17-18.

do Centenário, uma publicação realizada pela maçonaria, para a comemoração do Centenário da Independência em 1922. (BASTOS; CARAJURU, 1922).

Na parte específica do livro sobre as ações da maçonaria no campo educacional até 1922, encontramos um gráfico da situação em que se encontrava o patrocínio maçônico para a educação no país. Na parte referente a Pernambuco, o número de escolas mantidas é de quatro, perfazendo um total de 270 alunos, porém quando passamos do gráfico para o texto escrito só encontramos citadas três escolas, uma na cidade Limoeiro, mantida pela Loja Frei Caneca e as outras duas na cidade do Recife, sustentadas pela Loja Cavaleiros da Cruz e a Restauração Pernambucana fundada em 1919, chamadas de Manoel Arão e Saldanha Marinho. A escola da cidade de Limoeiro não trazia a data da fundação e nem a denominação, mas contava com maior número de alunos chegando a um total de cem.

Uma das coisas que podemos observar na segunda fase de investimentos da maçonaria pernambucana no campo da educação, é que houve uma mudança no estabelecimento de centros de ensino. Se na primeira fase todas as escolas foram organizadas nas cidades do interior, no segundo momento apenas uma delas localizava-se fora da área da cidade do Recife.

Além da preocupação específica com ações de cunho cultural e educacional, principalmente, nas primeiras décadas da República, a expansão territorial da Maçonaria brasileira e pernambucana, constitui um movimento importante. Alexandre Mansur Barata verifica entre a fase que vai de 1870 a 1910, um processo de expansão e interiorização compatível com a mesma realidade de difusão e organização da Igreja no Brasil. (BARATA, 1999, p.199).

A Maçonaria pernambucana não ficou atrás neste processo, ela inicia o período republicano desestruturada, do ponto de vista organizacional, com poucas oficinas de pé, muitas delas desaparecidas após a Questão religiosa e a experiência de fundação do Grande Oriente ao Norte do Brasil. Sobre este processo de distribuição espacial das lojas maçônicas por áreas mais interioranas, Alexandre

Mansur Barata não descarta a hipótese de vê-lo como uma ação nacional, mesmo que as lojas da região centro-sul tivessem tido uma expansão muito maior do que às da região norte, centro-oeste e do interior nordestino. Dentre os fatores destacados de dificuldade de interiorização da propaganda maçônica, Alexandre acentua a má distribuição populacional do Brasil, com uma densidade maior nas áreas litorâneas do que nas partes mais centrais do país, outra deficiência encontrava-se nos meios de transportes e comunicação do Brasil, muito limitados nesse período, principalmente nas regiões acima citadas.

Apesar de todos os empecilhos, Pernambuco, principalmente na sua região interiorana, contou com uma forte difusão da propaganda maçônica em relação, por exemplo, a Salvador. Segundo as informações de Alexandre Mansur Barata, por nós confirmadas, observamos que entre a década de noventa do século XIX e a primeira década do século XX, dez novas lojas foram fundadas em várias localidades do interior pernambucano. Ao contrário do que acontecia em Pernambuco, na Bahia, até pelo menos o ano de 1910, Salvador figurava como o único e principal reduto maçônico do estado, o que demonstrava uma fraca penetração do ideário maçônico num estado que, do ponto de vista territorial, possuía o dobro das dimensões de Pernambuco. (BARATA, 1999, p.81).

O ano de 1895 foi significativo no processo de ressurgimento e expansão da Maçonaria Pernambucana. Nesse ano, renasceram quatro lojas maçônicas que haviam desaparecido e tinham sido focos tradicionais na participação dos mais importantes movimentos políticos e culturais da história de Pernambuco. Foram elas a Segredo e amor da Ordem, a Seis de Março de 1817, Luzeiro da Verdade e a Restauração Pernambucana.

A História destas quatro lojas se confunde com a própria trajetória de ação da maçonaria em Pernambuco, a primeira delas desempenhou um papel importante e atuante nos destinos da Questão Religiosa e da propaganda abolicionista, a segunda, constituía-se na época, a oficina mais antiga de Pernambuco e uma das mais velhas do

Brasil. Ela foi um espaço importante na articulação de movimentos como a confederação de 1824 e a Questão Religiosa. A Luzeiro da Verdade e Restauração Pernambucana também estiveram presentes nas discussões que tomaram conta do conflito entre o Estado imperial, a Maçonaria e a Igreja, mobilizando todos os esforços necessários no auxílio às críticas feitas por Saldanha Marinho às atitudes tomadas pelo clero durante o desenrolar da questão.

Mesmo não estando no grupo de oficinas ressurgidas em 1895, a Vigilância e Segredo incluía-se dentro do movimento de expansão que tomou conta da maçonaria pernambucana, nas duas primeiras décadas da República. Fundada em 1893, tornou-se em pouco tempo uma das oficinas com um dos maiores quadros de obreiros da maçonaria pernambucana, chegando a contar em 1900, com cerca de 400 maçons atuantes. Durante este mesmo ano, por questões de divergências internas, cindiu-se, perdendo muitos dos seus quadros. Os maçons dissidentes uniram-se e fundaram a loja Pelicano, que sobreviveu até 1905.

O Jornal O Oriente, fundado em 1898 e tendo à frente o romancista Joaquim Maria Carneiro Vilella, traz no seu ‘memorandum maçônico’ as lojas e os dias das reuniões de cada uma delas. Este jornal representou dentro do processo de expansão da propaganda maçônica, nas primeiras décadas da República, umas das primeiras experiências de efeito, no sentido de constituir uma imprensa maçônica, comungando com as novas diretrizes expansionistas da maçonaria brasileira, podendo ser entendido como um dos desdobramentos do processo de “ação organizacional maçônica” (BARATA, 1999) junto com a difusão das lojas em outras áreas do Brasil, não se restringindo apenas à faixa litorânea ou às grandes cidades.

Ainda dentro do espírito expansionista que animou a Maçonaria nas duas primeiras décadas, principalmente no sentido de interiorização da propaganda maçônica, os maçons pernambucanos concatenados com tais diretrizes, puseram-se a trabalhar no sentido de construir outros núcleos de atividade da Maçonaria, não somente

na cidade de Recife, mas dilatando, dessa maneira, a área de ação da Maçonaria no Estado.

Ainda no século XIX, esta experiência de expansão para o interior foi vivenciada pela Maçonaria pernambucana, a partir de organização de lojas em cidades mais próximas como Olinda e Goiana. A memória maçônica aponta ainda no século XIX, a fundação de alguns núcleos maçônicos nas cidades de Nazaré e Limoeiro, respectivamente, com as lojas Vigilante, fundada em 1844, e a outra em Limoeiro cujo nome não existe referência. Com base nas informações contidas no artigo de Pereira da Costa Sobre a Maçonaria em Pernambuco, a Loja de Limoeiro foi estabelecida na cidade pelos Drs. Firmino Pereira Monteiro e João Mauricio Wanderley⁴³.

De maneira geral, os esforços na formulação de uma propaganda e organização maçônica durante boa parte do século XIX, ficaram restritos às grandes cidades brasileiras e, no caso de Pernambuco, praticamente ao Recife, estendendo-se já no final do século XIX para outras cidades do interior como Goiana, com a Loja Fraternidade Progresso de 1874; e a Loja Obreiros do Porvir, no ano de 1894. Ainda no mesmo ano, a estrutura organizacional da maçonaria pernambucana se expandiu para uma região mais distante da capital e da zona da mata pernambucana, com a fundação da loja Mensageiros do Bem, na cidade de Garanhuns, no ano de 1894.

⁴³ Archivo Maçonico. Recife, 1910, p. 18-25.

**Foto 2- Fachada da Loja Fraternidade e Progresso
cidade de Goiana-PE**



O estabelecimento dos núcleos interiorizados da maçonaria pernambucana, a colocava em sintonia, com o processo de expansão, atravessado por esta instituição nas primeiras décadas da República. Dentro deste contexto, um grande movimento expansionista tomava conta da maçonaria pernambucana a partir de 1906, representado não somente do surgimento de novos núcleos em outras cidades do interior pernambucano, mas da organização por parte dos integrantes da Loja Segredo e Amor da Ordem do *Arquivo Maçônico*, um dos principais periódicos de informação da Maçonaria pernambucana e do Brasil.

Do período que vai de 1906 a 1912, formaram-se sete novas lojas em várias localidades do interior do estado, servindo como locais de popularização da instituição, ao ponto de muitas destas oficinas estarem à frente de obras filantrópicas como escolas, bibliotecas e campanhas, visando ajudar os menos favorecidos das cidades e das regiões que atendiam. Boa parte dos novos núcleos da maçonaria

pernambucana do ponto de vista geográfico, estava localizada nas regiões da Zona da Mata pernambucana e do Agreste, regiões mais desenvolvidas economicamente e com maior densidade demográfica do que as áreas do sertão do estado, o que, de certa forma, constituiu-se numa das explicações para o estabelecimento da maçonaria em tais espaços.

Algumas das cidades localizadas no agreste, além de estarem mais perto da capital, do que as do sertão pernambucano, tinham uma melhor estrutura, contando com vias de comunicação com a capital. Estas vias de comunicação ajudavam muito nas trocas de informações e difusão da propaganda maçônica em outros locais mais distantes da faixa litorânea. Das oficinas maçônicas encontradas nestas duas áreas geográficas, cinco delas estavam estabelecidas nas cidades da zona da Mata, eram elas: vitória de Santo Antão, Timbaúba, Paudalho, Quipapá e Catende. No Agreste, Limoeiro e Caruaru, foram as cidades escolhidas para a ampliação e profusão da propaganda maçônica. O estabelecimento das oficinas maçônicas, nessas localidades, seguiu um ritmo bem intenso, com a fundação de lojas, quase que anualmente, no período de 1906 a 1909. Abaixo compusemos um quadro que mostra bem este processo.

Nome da Loja	Cidade	Data de Fundação
Segredo e Verdade	Victoria	5 de agosto de 1906
Obreiros do norte	Timbaúba	24 de fevereiro de 1907
Instrução e beneficência	Paudalho	5 de setembro de 1907
Dever e humanidade	Caruaru	16 de julho de 1907
Frei Caneca	Limoeiro	12 de janeiro de 1908
Aurora pernambucana	Quipapá	20 de dezembro de 1908
Obreiros da Caridade	Catende	25 de abril de 1909

Fonte: Archivo Maçonico. Recife, dezembro de 1912. pp.26.

A partir dos dados acima, é perceptível o nível de propagação e de fundação intensa de lojas da maçonaria pernambucana no período de 1907 a 1908. Como já foi frisado, muitas das oficinas abertas e que

estão citadas na tabela mantinham, sobre sua tutela, bibliotecas e escolas, obras sociais que tinham grande significado no ideário maçônico das duas primeiras décadas do século XX. Nos anos de 1909 a 1912, ocorre um processo de estabilização das oficinas constituídas na fase anterior, muitas delas foram regularizadas e receberam outras distinções maçônicas como a implantação de capítulos e dos altos graus da maçonaria. Após 1912 a maçonaria pernambucana permaneceu, do ponto de vista expansivo, sem grandes novidades, preocupando-se mais com a manutenção e fortalecimento das oficinas do que com a fundação de novas lojas. No entanto, os seus trabalhos e preocupações com as discussões que animavam a sua atuação durante o início do século XX, não cessaram. Isto torna-se claro quando em 1922, data comemorativa do centenário da Independência, é desenvolvida uma programação voltada a repensar esta data e mostrar a sua atuação durante este processo e como comportou-se nos cem anos posteriores.

Foto 3 e 4- Capa do convite e do interior da programação promovida pela Maçonaria pernambucana no centenário da Independência do Brasil em 1922, as atividades ocorreram no tempo da Loja Conciliação.



As comemorações do centenário, em Pernambuco, foram realizadas no templo da Conciliação, contando com a participação de

toda a maçonaria pernambucana, aberta ao público e com uma programação voltada para conferências e concerto instrumental e vocal. A maçonaria local integrava-se no espírito de comemoração e discussão sobre a trajetória da ordem e sua importância. Tal investida culminou, ainda, com a publicação do livro do centenário, traçando a trajetória da ordem, durante estes cem anos, mostrando as suas ações sociais e culturais no país e como andavam os destinos da organização.

Pernambuco participou desta publicação com um artigo redigido por Mario Melo sobre a História da instituição no Brasil e sua importância enquanto sociedade política e cultural, na construção da nação brasileira. A publicação ainda contou com muitos dados referentes à situação da maçonaria no campo educacional, cultural e na sua estrutura organizacional. Neste sentido, a maçonaria pernambucana, permanecia com o mesmo número de lojas, contando em 1922 com as dezenove oficinas já existentes no estado desde a década anterior.

Ao contrário da realidade política geral da maçonaria pernambucana, de 1922 ao fim da República Velha não sofreu mudanças substanciais, salvo a organização em 1926 de um Grande Oriente Estadual. Fora este acontecimento, parecia que a vulgarização do ideário maçônico consubstanciado nas duas primeiras décadas da República através da fundação de lojas, de implantação de escolas, de bibliotecas e de uma imprensa local, atravessava um período de crise e de estagnação.

Capítulo II

IGREJA CATÓLICA, REPÚBLICA E GÊNESE DO CONFLITO MAÇONARIA X IGREJA.

2.1. A Igreja e a república em Pernambuco.

A maçonaria não foi a única instituição a modificar-se do ponto de vista organizacional e estratégico com a proclamação da República. A Igreja Católica, também, com a instalação do novo regime, passou por uma renovação tanto na sua estrutura organizacional quanto no seu relacionamento com a política e os novos espaços almejados por ela. Assim, a instalação da nova ordem política foi fator determinante para as primeiras mudanças atravessadas pela Igreja, que se efetivou em sua separação do Estado, acabando com o regime de padroado, sistema de relacionamento político entre a Igreja e o Estado no Brasil, forjado desde o tempo colonial.

O padroado foi o meio através do qual a Igreja brasileira permanecia ligada ao Estado, recebendo, deste, toda sorte de direcionamento. Tais orientações firmavam-se desde questões administrativas, como a nomeação de padres e bispos, até assuntos exclusivamente doutrinários que, antes de serem postos em prática pelo clero, passavam pela chancela do Imperador do Brasil.

Herdeiro do padroado português, o padroado brasileiro foi, por muito tempo, uma das formas encontradas pela Igreja Católica, de expandir-se sob a proteção do estado e de contrapor-se às incursões e ampliação do protestantismo. Através do padroado ocorria a união dos:

Direitos políticos da realeza com os direitos espirituais dos Grão-Mestres de ordens religiosas, concedendo-se aos reis exercerem poder sobre as instituições religiosas e o clero, num largo espectro de matérias disciplinares e administrativas. Eram direitos de cobrança e

administração de dízimos, indicação de nomes para a manutenção dos prédios eclesiásticos, e outros. Além disso, a Igreja de Roma reconhecia ao rei o poder de censurar documentos eclesiásticos, inclusive bulas Papais, e reconhecia a legitimidade do Estado como instância jurídica máxima para o julgamento de sacerdotes em matérias disciplinares. Esse tipo de aliança entre trono e altar fazia do Estado o braço armado da Igreja e da Igreja “um setor da burocracia civil” do Estado. (CASALI, 1995, p.37-38).

Sendo assim, além de romper com uma antiga forma da igreja católica brasileira de se organizar, o governo republicano concretizava uma posição há muito advogada por setores mais progressistas, o da formação de uma sociedade mais laicizada, em que a atribuição do Estado não fosse mais direcionar e legislar questões relacionadas à religião e ao seu funcionamento. Tal postura, abriu a possibilidade de implementação da liberdade e respeito aos diversos cultos religiosos existentes no Brasil, propostas que, durante o século XIX, tiveram grupos esforçados na sua efetivação, como: maçons, protestantes, liberais, entre outros.

O decreto n. 119 A de 7 de janeiro de 1890, determinando a separação total da igreja do Estado, reorientou, como já havíamos acima sinalizado, vários pontos que, durante a segunda metade do século XIX, foram alvo de discussões na sociedade brasileira e pernambucana, dentre eles o da liberdade e reconhecimento da possibilidade jurídica dos demais cultos religiosos, poderem possuir bens, como toda e qualquer entidade civil, legalmente constituída. Além dessa ação, outros pontos foram implementados, ainda no mês de janeiro de 1890: o governo provisório torna obrigatório o casamento civil antecedido do religioso, ressaltando que o não cumprimento desta determinação poderia incorrer na prisão dos indivíduos que a infringissem, seguido de multa. Imediato a esta determinação, promulgaram-se leis orientadas no sentido de secularizar os espaços da sociedade, antes sob a influência da religião, como no caso dos

cemitérios que, após esta resolução, foi secularizado colocando-os sob o controle da administração municipal. (LUSTOSA, 1991, p.18).

O espírito liberal e, em alguns momentos, anticlerical expresso nessas determinações delimitavam, muito claramente, os limites que, a partir da República, passavam a ser impostos entre o espaço público e o religioso, apontando como ocorreu a recepção dos setores ligados à Igreja, a cada nova atitude tomada pelo governo republicano. Tais posturas não se encerraram nestes dois decretos. O texto da constituição de 1891 ampliava as “proibições” à Igreja Católica, através de um conjunto de artigos, considerados como inaceitáveis para o clero católico. Dentre essas normas, destacam-se a confirmação da lei morta e do ensino leigo nas escolas. Esse último representou um tema muito discutido entre os religiosos, pois a laicização do ensino poderia provocar a construção de uma sociedade “sem Deus”, um dos fortes temores para a elite eclesiástica dos fins do século XIX para o início do século XX. Outros pontos propostos foram, ainda, a expulsão dos jesuítas, a não permissão da entrada de frades estrangeiros no país, além da incapacidade jurídico-eleitoral dos sacerdotes. Segundo Lustosa, ao fim de toda a discussão que culminaria com a versão definitiva da Constituição, as resoluções empreendidas foram:

No final do entevero, feitas as contas, a Igreja católica não sairia tão prejudicada, como parecera, a primeira vista, nos espíritos assustados dos bispos. A constituição de 1891 deixava completamente aberta as portas do país para a entrada de reforços estrangeiros para a pastoral, tanto em nível de *sacerdotes*, como em nível de *religiosos*. No entanto um ponto perdido na luta foi a inclusão do parágrafo 4 do artigo 70 que despojava os religiosos do direito de voto. (LUSTOSA, 1991, p.18).

Como bem aponta o autor, as perdas da Igreja não a impossibilitaram de realizar sua reestruturação. De certa forma até a motivaram, pois ao final da primeira discussão sobre os direitos e deveres da Igreja Católica durante a ordem republicana, dos pontos

aprovados o que a atingia, mais diretamente, estava relacionado à impossibilidade de voto a que os padres estavam submetidos. Isso não os afastou das discussões políticas ou da administração política, como também não os alijou do convívio com as oligarquias políticas e regionais.

Com relação a esse aspecto Sérgio Miceli (1988), em seu estudo sobre a elite eclesiástica brasileira, mostra que, mesmo de forma limitada, ocorreu o envolvimento de alguns padres e bispos com a política leiga, realizada nos seus estados, esse fato faz com que ponderemos mais uma vez, a ruptura decorrente da separação entre Igreja e Estado no Brasil. O mesmo autor acerca desta questão assim avalia:

A separação não significou uma ruptura com os grupos dirigentes locais nem suscitou um redirecionamento das políticas e dos investimentos da Igreja com vistas a ampliar seu público fora do espaço da classe dirigente ou a estabelecer alguma forma de atendimento às demandas de setores sociais subalternos. As figuras-chave na condução da política eclesiástica destinada ao “público interno” (a saber, os grupos dirigentes) passaram a ser aqueles bispos “empresários” que se mostraram bem-sucedidos na montagem de alianças com os detentores do poder oligárquico. (MICELI, 1988, p.21).

Como podemos verificar, com base na citação acima, mesmo com a separação formal, do ponto de vista legislativo e institucional, as relações entre setores da política leiga ligados ao Estado e a convivência com membros da Igreja não cessaram devido à decisão tomada a partir do advento da República em tirar dos religiosos a possibilidade do voto. Isso confirma que a comunhão entre tais espaços estava enraizada na nossa estrutura política, social e cultural.

A separação Igreja-Estado, ao mesmo tempo em que era vista com implicância por estes setores, criava uma liberdade desejada pela primeira instituição de direcionar os seus destinos, desde a Questão Religiosa, quando ela, por conta da sua dependência institucional,

permanecia privada da autonomia de colocar em prática as orientações e determinações pontifícias, o que a partir da separação não se constituía mais em problema.

A falta de independência imposta à Igreja durante o Império, em obedecer aos direcionamentos de Roma, sempre contou, no interior da instituição, com críticos severos. Era exatamente por conta dessa falta de capacidade em autogovernar-se, seguindo as determinações apostólicas de Roma, que fazia com que os críticos a esta realidade fossem favoráveis à sua separação do Estado. O que não agradava à Igreja e ao seu clero era a possibilidade de perderem, durante o processo de separação e na fase posterior, uma maior atuação no espaço político e institucional do estado brasileiro.

Outro dado importante a ser considerado em relação à Igreja durante o fim do século XIX e a primeira década do século XX, foi a mudança ao que corresponde à formação eclesial e ao aspecto doutrinal, ou seja, a forma como os fiéis deveriam passar a encarar a sua relação com a Igreja. Do ponto de vista da mudança doutrinária, tivemos a execução e a conformação de um “novo” modelo de catolicismo que rompia, profundamente, com as tendências liberais, galicanas e regalistas do catolicismo brasileiro.

Além de distanciar-se do modelo tradicional ibérico, menos apegado à rigidez da observância doutrinária, a lógica que conduzia este novo modelo tinha no combate às irmandades religiosas, um ponto de inflexão ao desconsiderar a posição das irmandades na vida religiosa da sociedade brasileira, agora conectada com uma nova forma de Igreja Católica.

Este novo paradigma de catolicismo estava associado aos direcionamentos de Roma, que propunham a superação da forma acima exposta, de vivenciar o catolicismo. A implementação da romanização começou a ser imposta, de forma mais intensa, no final do século XIX com a separação entre Igreja e Estado. A forma romanizada de ser iria se manifestar na prática pastoral de alguns clérigos brasileiros, ainda, durante os últimos anos do século XIX e a primeira década do século XX. É sobre este processo em Pernambuco

que nos ocuparemos abaixo, mostrando como ele teve papel importante na formação de um clero com atitudes menos tolerantes ao relacionamento entre setores da Igreja Católica e da Maçonaria.

2.2. Romanização em Pernambuco.

Riolando Azzi (2001, 193-194), ao observar o esforço realizado no processo de formação de um catolicismo romanizado, amparado e em concordância com um modelo ultramontano e tridentino, bastante difundido na Europa em meados do século XIX, examina atentamente que, para essa forma de vivenciar o catolicismo, a ênfase na doutrina católica, numa vida mística contemplativa e no constante exercício da prática sacramental são fatores imprescindíveis nas atitudes esboçadas pelos seus fiéis.

Nesse exemplo de catolicismo, o católico zeloso seria aquele conhecedor das verdades fundamentais da fé, seguidor dos ensinamentos e da doutrina relativos à moral, aos bons costumes, não se descuidando da recepção dos sacramentos, principalmente, a confissão e a comunhão, atos religiosos importantes na manutenção da fé, segundo o clero ligado à romanização.

Além do perpétuo exercício das práticas sacramentais citadas acima, os religiosos ligados à tendência romanizadora imprimiram, na população, hábitos e substituição de devoções a santos, realizados desde os tempos coloniais, que vinham da tradição encontrada e incrementada pelo padre jesuíta Gabriel Malagrida, o “taumaturgo do Brasil”. Dentro do “novo” panteão de devoções, encontramos a do sagrado coração de Jesus e a virgem Maria. No conjunto de hábitos disseminados pelo catolicismo romanizado, existia a preocupação em frisar uma noção sobrenatural da existência, tendendo a uma pequena desvalorização da atuação política e social, voltando, principalmente, o seu olhar para o incentivo à participação de mulheres e crianças, num forte apelo à preservação da família. Dentro da execução e como polo principal de divulgação da forma romanizada, as paróquias,

colégios religiosos e associações, ligadas diretamente à ortodoxia da Igreja, eram polos animadores da propagação do “novo” catolicismo.

Estudando o caso baiano, Riolando Azzi observa a substituição gradativa de um modelo festivo, característico do catolicismo desse povo, em que elementos dos cultos afros se mesclavam ao católico, por um mais inclinado e próximo ao romanizado. Sob essa influência é organizado o primeiro congresso Católico, incentiva-se a devoção ao coração de Jesus, com direito à construção de monumento ao Cristo Redentor e são constituídas as associações católicas como: as conferências Vicentinas e a Liga Católica das senhoras baianas.

Vale a pena mencionar a ação de indivíduos que formavam uma intelectualidade católica no estado baiano e serviam como figuras animadoras das lutas e ações do laicato católico junto à hierarquia, como: Joaquim Inácio Tosta, um dos mais destacados líderes do laicato católico da Bahia, Amélia Rodrigues, professora que desenvolveu muitas atividades não só de cunho educacional, mas também social, sempre ligada às ações da Igreja Católica baiana, sendo também uma das destacadas articuladoras na fundação do Liceu Salesiano, além de destacar-se na instauração da Liga Católica das senhoras baianas. Outro representante deste grupo foi Teodoro Sampaio, um dos mais entusiastas apoiadores das causas públicas do catolicismo baiano e brasileiro, tendo papel de destaque na Revista Santa Cruz. (AZZI, 2001, 204-207).

A menção ao caso baiano em nosso estudo auxilia-nos a verificar qual o espírito que animou o processo da romanização, em outros locais, fora o de Pernambuco, identificando quais os seus avanços e recuos na implementação deste novo padrão de Igreja no Brasil. Em Pernambuco, as raízes históricas da formação do catolicismo de inspiração romanizado, encontram-se, como em outras regiões, nos meados do século XIX, mais objetivamente no curto pastoreio de Dom Emanuel do Rego de Medeiros (1865-1866). Ele teve a ideia de trazer para Pernambuco, mais especificamente, para o Recife, capital da província, as irmãs Dorotéias, responsáveis pela formação de um instituto educacional, inaugurando uma postura que

se seguira a muitos dos clérigos antenados com a proposta romanizada; a do incentivo a centros educacionais ligados à igreja.

Outro feito deste bispo foi o de reiniciar as conversações no sentido de trazerem padres jesuítas para a diocese, com o objetivo expresso de rejuvenescer as práticas devocionais ligadas aos grupos populares, numa clara tentativa de romper com as antigas devoções reinantes no país, desde os tempos coloniais. A adoção, nos fins do século XIX, da devoção ao Sagrado Coração de Jesus que teria como templo inicial a Igreja de Santa Cruz, demonstrava como este processo se implementava. (SILVA, 2003, p.96).

A atitude de Dom Emanuel do Rego Dias insidia sobre espaços vitais do processo de formação de um catolicismo mais ligado à ortodoxia romana: era a preocupação com a implementação de “novas” devoções que desorganizassem as antigas expressões religiosas, ligadas às raízes ibérico-coloniais. O catolicismo romanizado propunha uma nova forma de exprimir publicamente a fé, dentro daqueles parâmetros frisados por Riolando Azzi nas páginas anteriores, em que a ênfase na doutrina católica e na prática do exercício sacramental fossem os guias norteadores do “novo” católico brasileiro e pernambucano.

Além da devoção, a educação constituía a menina-dos-olhos da “nova” ação doutrinal da Igreja Católica romanizada. Os bispos viam na educação, mantida por educandários de tendência ou orientação religiosa, um espaço importante no combate à visão materialista, cientificista, que estava disseminada na sociedade, através do modelo laico de estado e da educação, pouco afeita à interlocução dos ensinamentos da Igreja Católica. Promover um complexo educacional, de tendência Católica, seria cada vez mais a preocupação da vertente romanizada. Tal processo torna-se evidente com a proliferação, na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, de vários colégios fundados por ordens religiosas.

Carlos Alberto da Cunha Miranda, na sua pesquisa de mestrado, sobre as ações e trajetória da Igreja Católica entre 1872-1945, além de se preocupar com a trajetória da Igreja neste período

emblemático, do catolicismo nacional, quando o projeto romanizado se impunha de forma mais vigorosa, abriu espaço para observar como a educação constituía-se num campo importante para a formação dos católicos romanizados. Ele relacionou os principais centros educacionais fundados por ordens religiosas no Estado, entre o fim do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Com base nesse autor, a ação das ordens religiosas em Pernambuco:

Além do trabalho meramente assistencialista, as ordens religiosas criam colégios, dentre os quais destacamos:

- Colégio São José (origem) – fundado em 1866 pelas irmãs dorotéias da Itália.

- Colégio Coração Eucarístico de Jesus – fundado em 1833 para crianças pobres, abrindo em 1893 como curso pago para os filhos da classe alta.

- Colégio Salesiano Sagrado Coração (Itália) – fundado em dezembro de 1894 e inaugurado em 1895.

- Colégio Damas da Instrução Cristã (Bélgica) – Fundado em setembro de 1896, no antigo convento de São Francisco em Olinda. Seu internato foi instalado posteriormente, em 1901, em Ponte D’Uchoa, e, seu externato inaugurado, em 1922, na casa de Barão de Casa Forte.

- Academia Santa Gertrudes (Alemanha) – fundada pelas irmãs Beneditinas Missionárias em 1903, no prédio da Casa de Misericórdia em Olinda.

- Colégio da Sagrada Família (França) – fundado em 1912 pelas irmãs do mesmo nome. Essas religiosas foram trazidas, em 1902, pelo industrial Carlos Alberto Menezes, para dar assistência espiritual e educacional às filhas dos operários da Fábrica de Camaragibe.

- Colégio Marista (Itália) – fundado pelos Irmãos Maristas em 1911. Posteriormente criam o colégio São Luiz.

- Colégio Nóbrega (Portugal) – fundado em março de 1917 no antigo palácio da Soledade, adquirido pelos jesuítas, por contrato com o então Arcebispo metropolitano de Olinda e Recife, Dom Sebastião Leme.

- Instituto Nossa Senhora do Carmo – fundado em fevereiro de 1919 na rua União, sendo instalado posteriormente, em 1926, na rua Visconde de Goiana,

em caráter definitivo, sob a orientação das irmãs Beneditinas Missionárias. (MIRANDA, 1988, p.28-29).

A partir dos dados expostos, é possível confirmar a preocupação que o clero romanizado passava a ter com o campo educacional. Existe uma intensificação na fundação destes centros a partir da proclamação da República, principalmente devido ao temor da Igreja em perder espaço no trabalho de formação intelectual de indivíduos ligados às classes médias e tradicionais de Pernambuco. Aliás, seriam estes dois grupos, de forma mais direcionada do que a outros, o devotamento da Igreja na constituição de sua clientela educacional.

A respeito deste aspecto, já fizemos menção no capítulo anterior, embasado nas considerações de Alexandre Mansur Barata (1999, p.138-139), ao demonstrar como se desenhava, no campo da educação de um lado, os posicionamentos da Igreja, com preferência à assistência das classes mais abastadas e de outro a Maçonaria, com uma proposta mais voltada para as classes populares, com ênfase no que atualmente conhecemos como Educação Fundamental I. Esse contexto, traçado por Alexandre Mansur a nível nacional, apresentou-se no estado de Pernambuco, obedecendo, em grande parte, à forma verificada em outras localidades.

Retomando a trajetória de romanização da Diocese de Olinda, a continuidade dessa orientação encontrou, no pastoreio de Dom Francisco Cardoso Aires, momentos de intensificação. A preocupação do prelado circunscreveu-se em realizar modificações no clero local, no sentido de renová-lo, adotando uma postura de disciplinamento do mesmo, tentando afastar os sacerdotes da Igreja Católica pernambucana do envolvimento com a política partidária local e a vinculação de alguns dos seus membros à Maçonaria de Pernambuco. Um dos pontos altos da sua administração foi a polêmica advinda da Questão em torno do sepultamento do General Abreu e Lima, declarado maçom e anticlerical, impedido de ser sepultado no

cemitério de Santo Amaro por ordens do bispo, devido as suas posições claramente conhecidas.

O sepultamento do general se deu no cemitério dos Ingleses, onde ainda hoje se encontra a sua sepultura. Passados esses acontecimentos, Dom Cardoso Aires dirigiu-se a Roma, onde tomaria parte das discussões do Concílio Vaticano I, porém morreu antes de chegar à capital italiana. O seu sucessor foi o frade capuchinho, Dom Vital Maria, que tomou posse numa fase muito turbulenta, pois a sociedade pernambucana e parte da Igreja Católica local encontravam-se dividida ainda, pelos fatos decorridos da polêmica provocada pelo sepultamento do General Abreu e Lima.

A formação de Dom Vital tinha sido toda feita na Europa, sob a influência dos ensinamentos ultramontanos. Foi devido às suas posições influenciadas nessa visão de mundo, que a controvérsia entre a Igreja Católica, a Maçonaria e o Estado tiveram início. Segundo Severino Vicente:

A atuação de Dom Vital na diocese de Olinda foi, desde o início, uma ação na defesa dos ensinamentos da Igreja diante de uma outra instituição, o Estado, por conta da Maçonaria, que pretendia colocá-la em posição de inferioridade; sua postura foi na trincheira dos ensinamentos pontifícios, assumindo uma posição de salvaguarda intransigente da doutrina emanada desde Roma [...] O pequeno período de seu episcopado foi suficiente para tornar explícita a necessidade de mudanças no estatuto das relações entre Igreja e Estado, o que veio a ocorrer quando da proclamação da República, em 1889. A *questão religiosa*, por seu turno, serviu também para promover a prática da liberdade de consciência dos cidadãos. Estranho, mas compreensível, que tal realização de ideais liberais tenha sido produzido por conta das atitudes de um ultramontano. (SILVA, 2003, p.99).

O desfecho da Questão Religiosa serviu, como bem aponta Vicente, para aprofundar, na sociedade brasileira, a discussão em torno dos limites entre as relações Estado e Igreja, no sentido de

propor para estes dois espaços uma modificação, pois a Igreja do século XIX não poderia mais permanecer atrelada ao Estado, situação observada por muitos dos seus representantes, como sendo de limitar a ação da primeira instituição citada na sociedade brasileira. Parte dos católicos e de sua hierarquia desejava liberdade de ação e consciência, para que pudessem direcionar suas posições sem a interferência das ordens governamentais, ligando-se unicamente às proposições da Sé romana.

A tendência na formação de uma hierarquia romanizada, iniciada por Dom Emanuel do Rego Medeiros e intensificada por Dom Cardoso Aires e Dom Vital, permaneceu em pleno processo de desenvolvimento, nas administrações eclesásticas de Dom Manuel dos Santos Pereira (1893-1900) e de Dom Luiz Raimundo Brito (1900-1915). Este último, muitas vezes, alvo de ironia e de críticas, como veremos mais adiante, na revista *Archivo Maçonico*, porta-voz da maçonaria pernambucana na primeira década do século XX.

Um dos destaques promovidos por Dom Manuel dos Santos Pereira à frente da Diocese de Olinda foi a de renovação do Seminário de Olinda, pautada nas recomendações do Concílio de Trento, que propugnava um modelo de seminário fechado, em que os aspirantes a sacerdotes fossem afastados da vivência do mundo profano, numa clara preocupação em formar um clero menos corrompido, pelos “vícios do mundo”. Na visão do clero romanizado, a preocupação do sacerdote, do indivíduo em formação era a de cumprir as tarefas e viver para o mundo religioso. Além deste ponto, foi durante o pastoreio de Dom Manuel dos Santos Pereira que se iniciou o processo de restauração das antigas Ordens religiosas, atores importantes na defesa e difusão desse catolicismo reformado e romanizado, iniciado no século XIX. (SILVA, 2003, p.100-101).

Os objetivos da vinda dessas ordens religiosas para o Brasil tinham fins muito bem definidos: utilizá-las como aliadas e pontos de apoio importantes na intensificação das reformas na Igreja do Brasil. Desta forma, Beneditinos, Franciscanos, Carmelitas e Jesuítas intensificaram sua vinda para o país. O passo inicial na efetivação

deste processo foi tomado, como acima referimos, por Dom Manuel dos Santos Pereira. Ainda durante a sua administração frente à diocese de Olinda, Dom Manuel incentiva, no ano de 1895, o estabelecimento de novos frades beneditinos para dar um novo impulso à província dos beneditinos no Estado de Pernambuco. Acerca deste episódio, Carlos Alberto Miranda relata os seguintes acontecimentos:

As dificuldades encontradas para a restauração da ordem dos Beneditinos foram grandes. A convivência no Mosteiro Olindense não era simples. Havia choques e até incompreensões entre os monges das mais diversas abadias e nacionalidades européias. Além do desentendimento dos monges europeus, os sobreviventes da antiga congregação fizeram questão de manifestar o seu descontentamento em virtude de eles serem, de certa forma, excitados por parentes e amigos que estavam interessados no fim da congregação e aproveitar então dos recursos monásticos. Além disso, alguns monges tinham filhos ilegítimos, ficando evidente que a chegada dos europeus contrariava os planos daqueles que, a todo custo, queriam tornar-se donos dos bens do mosteiro[...]Mas as dificuldades não param aí. Em Olinda, de 1897 a 1904, oito monges faleceram na força da juventude, vítimas de febre amarela; outros tantos estiveram à beira do túmulo. (MIRANDA, 1988, p.27).

O exemplo acima, nos dá a dimensão dos limites e dificuldades impostas para estes grupos no processo de restauração e formação de um clero e de uma Igreja no Brasil, mais sintonizados com os modelos de Roma, pretendendo efetivar, de forma definitiva, o que Carlos Miranda chamou de “espírito clerical”, tão bem definido no concílio de Trento e que se pautava por uma recusa formal a toda e qualquer ligação a um catolicismo mais popular e de raiz tradicionalmente lusa.

Dom Manuel encerra o seu período frente à diocese de Olinda, preocupado como os seus antecessores, em realizar um conjunto de mudanças que modificasse a cara do catolicismo brasileiro, que tinha suas configurações desde os tempos coloniais. Apoiado no mesmo espírito, Dom Luiz Raimundo Brito assumiu os destinos da diocese de

Olinda. A preocupação desse bispo estava em realizar uma reestruturação institucional da diocese, sintonizados com a nova fisionomia que a Igreja Católica vivenciava no país.

O “novo” modelo institucional pretendido pelos representantes do clero nacional baseava-se num conjunto de propostas, que realizassem uma maior difusão de paróquias, a formação de um clero mais ortodoxo, o desenvolvimento de uma rede de serviços assistenciais que possibilitassem à Igreja estar presente em vários pontos do país. O que possibilitava à Igreja não perder os vínculos e os espaços sociais, frente à difusão de outras religiões e da sua importância enquanto instituição.

Sendo assim, as ações de Dom Luiz Raimundo de Brito foram realizar visitas pastorais por toda a Diocese, que à época compreendia o Estado de Pernambuco, além de ter jurisdição em outros estados como Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Foi exatamente, como nos informa Severino Vicente, a partir das suas visitas pastorais que ocorreu a elevação da Diocese à condição de Arquidiocese.

Devido a essas visitas, muitas paróquias tornaram-se dioceses como foi o caso de Petrolina, Garanhuns, Nazaré da Mata e Floresta que, posteriormente, teve sua sede mudada para a cidade de Pesqueira. Outro espaço importante no começo do século e que foi alvo das investidas de Dom Luiz Raimundo Brito, foi o da imprensa. Ele a entendia como um meio importante na divulgação dos ideais e direcionamentos da Igreja, no sentido de construir um espaço importante de discussão e enfrentamento. Neste campo as suas ações foram as de incentivar um grupo de seminaristas, a partir do círculo católico, na constituição do seu jornal, a Tribuna Religiosa, que foi renomeada posteriormente como A Tribuna. Segundo Severino Vicente *“era o período em que a Igreja buscava retomar espaços junto a sociedade política e Dom Luiz Brito sempre promoveu, entre os católicos, o espírito cívico e colaboração com as autoridades”*. (SILVA, 2003, p.103).

2.3. Os espaços da romanização

O processo denominado por Sérgio Miceli (1988, p.11) como o de “construção institucional” da Igreja, nas primeiras décadas do século XX, foi orientado, como já observamos noutras partes do nosso trabalho, pelo ideal restaurador e romanizante, preocupado em reconstruir a organização administrativa da Igreja, através do estabelecimento de novas dioceses e bispados pelo país. Ao mesmo tempo, a Igreja Católica, com a reformulação da sua estrutura, preocupava-se em não perder espaço na nova conjuntura que se estabelecia com a proclamação da República.

Dentro do contexto da República, a Igreja foi “forçada” a andar com suas próprias pernas, uma vez que ela não se constituía mais em religião oficial do país, a partir do estabelecimento da liberdade de culto, na década de 90. Com as novas resoluções tomadas na década de 90, a Igreja Católica seria impelida a realizar uma modificação na forma como ela se distribuía do ponto de vista geográfico, revendo quais os espaços por ela possuídos na disseminação dos seus ensinamentos e da sua doutrina. Numa sociedade cada vez mais tendendo para a secularização, em que os posicionamentos da Igreja começavam a não ter o mesmo espaço de outras épocas, era imperativo para essa instituição reformular suas práticas e posturas, a fim de não perder mais espaço na sociedade.

Logo preocupada em manter as suas posições, a Igreja dos fins do século XIX e início do XX, tinha como recurso para proposição e defesa das ideias romanizantes, a imprensa vista, pela ortodoxia católica, como uma das formas de se manter mais próxima dos seus fiéis tendo, além disso, um importante meio de interlocução contra os setores críticos as suas atitudes. A imprensa foi, dos fins do século XIX às primeiras décadas do século XX, uma das preocupações de vários clérigos.

Severino Vicente analisou tal questão na sua dissertação de mestrado cujo foco é a Tribuna Religiosa e o papel por ela desempenhado na primeira Guerra Mundial. Na parte referente às

posturas de bispos em relação à imprensa, o autor destaca os comentários de alguns bispos preocupados na difusão de jornais e meios impressos, que possibilitassem um ambiente de defesa das ideias católicas, divulgação da visão de mundo, ressaltando, também, o modelo do que deveria ser uma “boa imprensa”, pois os periódicos católicos deveriam espelhar-se nessa perspectiva.

A expressão “boa imprensa” era utilizada pelos indivíduos ligados aos meios católicos para marcar a diferença entre o que eles produziam e o jornalismo ligado aos setores não pertencentes à Igreja. Várias foram as posições de lideranças religiosas, na tentativa de marcar a importância da imprensa e, principalmente, de publicações ligadas à Igreja Católica, preocupadas em disseminar ideais que enfatizassem os princípios cristãos, mais especificamente católicos, como parâmetros essenciais na luta contra as investidas das concepções materialistas, liberais e maçônicas que pretendiam, na visão da hierarquia católica, apoderar-se dos direcionamentos da República.

Como acentua Severino Vicente, existiam para os representantes da Igreja uma “boa e uma má” imprensa. Na concepção desses setores da Igreja Católica, a imprensa boa pautava-se na iluminação e no esclarecimento da opinião pública, seguindo o princípio do bem e colocando-se contra o mal, tendo uma preocupação moral, com a defesa dos verdadeiros princípios (subentenda-se os católicos) e contra toda e qualquer tentativa de ressaltar a mentira, principalmente contra os católicos, a sua crença, os bons costumes e a sociedade. (SILVA, 1985, p.29-30).

Exatamente amparado no combate a este modelo de imprensa acima, a Tribuna Religiosa organizou-se. Iniciada como um informativo ligado aos seminaristas de Olinda, a partir de fevereiro de 1909, tornava-se o órgão oficial da Diocese de Olinda. A gênese deste periódico esteve ligada à constituição da Pia União de São Luiz de Gonzaga que, reunida no mês de julho do ano de 1906, decidiu-se por formar um jornal com o intuito inicial de servir aos seminaristas de Olinda e em seguida, às paróquias circunvizinhas, como um órgão

informativo. A lógica que guiava a Tribuna inseria-se bem no contexto de propagação dos ideais romanizantes, presentes no período por nós estudado.

Os assuntos tratados nas colunas da folha Católica ligavam-se a variados assuntos. Contudo, mais especificamente, os doutrinários estavam bem apresentados, principalmente os preocupados em tecer análises aos setores vistos, pela hierarquia e intelectualidade católica, como opositores da Igreja Católica. Nesse caso, temos vários artigos contra protestantes, espíritas e maçons, sempre difundindo a ideia de tratar-se de grupos perigosos, não só ao catolicismo, mas à família e à sociedade.

No campo do enfrentamento entre Igreja e os setores acima citados, ficavam muito bem expostos os motivos de incentivo à promoção de ações como essas, no campo da imprensa e da educação. Isso porque essas ações se inseriam na lógica de rearticulação proposta pela Igreja Católica no Brasil, com a finalidade de estarem sempre presentes em locais de importante discussão na sociedade e por serem formadores de opinião, como era a escola e a imprensa.

A fundação de escolas e, atrelados a ela, a preocupação em desenvolver uma pedagogia cristã, em contraposição à tendência cientificista e liberal proposta pelas escolas de tendência laicizada, foram sempre pontos de conflito entre a Igreja Católica e os representantes de concepções pedagógicas desvinculadas da visão católica de mundo, que não estavam preocupados em reproduzir uma educação baseada neste ou naquele princípio religioso. Os primeiros anos do século XX foram marcados, por uma acirrada discussão promovida, em grande parte, pelos periódicos católicos, sobre a obrigatoriedade ou não do ensino religioso, nos moldes propugnados pelos intelectuais católicos que associavam, automaticamente, ensino religioso não à discussão da religião enquanto fenômeno sociocultural, mas somente com os dogmas e pressupostos do catolicismo. A respeito dessa discussão, a Tribuna Religiosa estampava nas suas páginas o respectivo artigo:

O congresso maçônico há pouco reunido no Rio tomou as seguintes resoluções antipatrióticas, antisociais, antiliberais e antireligiosas. Nestas resoluções reina o mais deletério sectarismo:- Supressão do ensino religioso nos collegios particulares equiparados ao Gymnasio nacional⁴⁴.

Além da imprensa e da educação, outro importante espaço de romanização foi a preocupação com o que se convencionou chamar de a **Questão Social**. Esse tema por se relacionar às condições de vida das classes menos favorecidas no contexto do capitalismo do século XIX, chamou a atenção do papa Leão XIII, que, ao voltar-se para tal problema, redigiu a encíclica Rerum Novarum, na qual expunha, de forma enfática, os problemas advindos de um sistema concentrador e fortemente explorador, pouco preocupado em dar as mínimas condições de vida aos operários.

Apesar de propor um conjunto de pontos de crítica à forma como os capitalistas relacionavam-se com os seus trabalhadores, a visão contida no documento de Leão XIII não propunha nenhuma ruptura revolucionária, amparada em associações que, se necessário, desencadeassem um processo revolucionário, como foi proposto por Marx e Engels, teóricos também preocupados com as condições de vida do operariado. A posição da Igreja ressaltava o diálogo, com uma humanização do sistema, num mundo onde os operários e patrões formassem uma grande e verdadeira família.

Guiado por essa lógica, Carlos Alberto de Menezes tentou criar, na fábrica Camaragibe, um espaço, onde estas orientações emanadas por Leão XIII se concretizassem. Carioca de Cantagalo, Carlos Alberto nasceu em 15 de outubro de 1855, concluiu seus estudos no colégio Pedro II, obtendo, posteriormente, no ano de 1878, o título de engenheiro civil pela Escola Politécnica Fluminense, por intermédio do professor Inácio da Cunha Galvão, Carlos Alberto teria

⁴⁴Tribuna Religiosa. Recife, 05 de set. 1909. n.15-Ano III, p.2.

entrado para o grupo dos vicentinos⁴⁵. Segundo Padre Ferdinand Azevedo, a experiência de militância junto aos vicentinos provocou no jovem Carlos Alberto uma preocupação em relação aos pobres e mais necessitados.

Carlos Alberto esteve presente em todas as discussões travadas sobre as questões referentes à Igreja Católica, nesse sentido, ele assumia a posição de um dos seus mais destacados intelectuais, esteve ligado à fundação do círculo católico em 1888, na fundação, em 1890, de um partido Católico em Pernambuco experiência que não teve um futuro muito próspero.

Mas a sua mais profícua investida foi na organização e direção da Companhia Industrial Pernambucana, a Fábrica de Tecidos Camaragibe, no engenho de mesmo nome, no município de São Lourenço da Mata, orientada pela filosofia e preocupação cristã com o operariado. O seu objetivo era o de construir uma fábrica modelo, onde as relações entre patrões e operários fossem tecidas dentro do mais alto grau de harmonia. Encarregado de observar as condições e estrutura de outras fábricas no Brasil e na Europa, Carlos Alberto teve a oportunidade de visitar a experiência de “gerência Cristã”, realizada por Leon Harmel, na França.

A partir dos entendimentos com Harmel, na viagem que fez à Europa, Carlos Alberto influenciou a vinda para o Recife de um padre ligado à congregação do Sagrado Coração de Jesus e entrou em contato com as irmãs da Sagrada Família que fundaram um colégio na cidade. A influência de Carlos Alberto na promoção da vinda de religiosos que manteriam instituições educacionais não cessou por aí.

⁴⁵ Sociedade de São Vicente de Paula fundada pelo francês Antônio Frederico Ozanam junto com amigos da Universidade de Paris, o trabalho deste grupo desde a sua fundação esteve sempre ligado ao de prestar assistência aos mais necessitados. A primeira conferência vicentina do Brasil, como é conhecida também a Sociedade de São Vicente Paula foi fundada no Rio de Janeiro no ano de 1872, a conferência Vicentina organizou-se no ano de 1874. AZEVEDO, Ferdinand. Introdução. In: MENEZES, Carlos Alberto. **Ação Social Católica no Brasil** – Corporativismo e Sindicalismo. São Paulo: Loyola, s/d, p.11-13.

Ele, ainda, convidou irmãos Maristas, residentes no Brasil, em 1904, para organizarem a educação dos filhos dos operários da fábrica.

Como podemos perceber, a preocupação de Carlos Alberto na constituição de uma experiência operária diferenciada é muito clara. Além de se voltar para as condições de vida digna para o operariado, o que pode ser observado, nos altos padrões higiênicos tanto das casas quanto da própria estrutura da fábrica, outra frente de combate do líder católico foi referente ao estabelecimento de uma legislação favorável aos trabalhadores.

Para efetivar esse anseio, consultou e enviou para o deputado estadual da Bahia, Inácio Tosta, a possibilidade de levar à frente, tais diretrizes. A ideia de Carlos Alberto era a de compor uma legislação que se ocupasse dos sindicatos profissionais, amparada nos modelos da Federação Operária Cristã, vista com muita restrição, pelos setores operários não ligados à Igreja. Carlos Alberto não viveu para ver realizadas as sugestões encaminhadas a Inácio Tosta (MENEZES, s,d, p.23), vindo a falecer, no dia 1º de novembro do ano de 1904, deixando um intenso trabalho junto a Igreja Católica de Pernambuco, não só como um intelectual, mas também como católico praticante, pois não foram poucas às vezes em que, através de folhas católicas, como a Era Nova (1892) ou mesmo artigos em jornais como a Província, defendeu os pressupostos do catolicismo. Mesmo assim, não deixava de ser um homem de ação, ao militar pela melhoria das condições de vida do operariado, realizando esta obra através da organização de uma fábrica dentro do modelo corporativista propugnado por Leão XIII na sua doutrina Social, em que as relações patrões-operários fossem mais harmônicas.

A fisionomia adquirida pela Igreja Católica no Brasil, com a implantação da República e que se desenvolveu nas primeiras décadas do século XX, estava empenhada em construir um catolicismo preocupado em não perder a posição de religião do povo brasileiro, uma vez que, com o fim do seu status de “religião oficial”, possibilitava a redução da sua influência junto aos setores mais “tradicionais” e grupos mais destacados das regiões do país. Sob este

aspecto, Sergio Miceli observa que a influência em relação a tais setores não contou com uma diminuição vertiginosa. Mesmo não perdendo os espaços, a Igreja necessitava recombina suas forças e direcionamentos para os novos tempos que se avizinhavam com a implantação da República, apesar da separação formal entre Estado e Igreja, nessa dimensão, pode ser redimensionada no sentido de não ter sido uma ruptura total, mesmo que grupos políticos e sociais, como a Maçonaria e Republicanos mais radicais pretendessem a efetivação desse pressuposto.

O momento da Igreja era de recomposição e, nesse sentido, o clero voltava todo o seu arsenal prático-discursivo, construindo espaços que favorecessem a sua ação na sociedade, mostrando claramente onde ficavam os pontos e marcas defendidos por ele. A educação, a discussão política, o trabalho junto ao operariado foram caminhos percorridos pela Igreja Católica no Brasil e em Pernambuco, no sentido de permanecer no espaço de discussão pública, influenciando, colocando suas propostas em prática e mostrando quais os caminhos e direcionamentos que deveriam ser trilhados pela Igreja no seu trabalho de atuação na sociedade brasileira e pernambucana, no alvorecer da República.

Grande parte das escolhas e caminhos seguidos pela Igreja, no início do século XX, preocupavam-se em mostrar, como já apontamos, através da sua Imprensa e do trabalho dos seus intelectuais, quais eram os grupos e atitudes contrárias à visão de mundo dessa instituição. Dentro dos desafetos eleitos pelos setores católicos, a Maçonaria tinha um papel de destaque, tendo sido alvo de construções negativas, elementos importantes na imposição do conflito, entre esses dois espaços, desde pelo menos, o século XVIII.

Este trabalho preocupa-se em lançar um pouco mais de luz sobre este contexto, para que possamos compreender como o conflito entre a Maçonaria e a Igreja Católica em Pernambuco se desenrolou na primeira década do século XX. Para isto, consideramos imprescindível reconstituir um pouco mais desta trajetória, na expectativa de que seja possível perceber a lógica e as bases em que se

assentavam a visão e o ideário negativo construído pela Igreja em relação à Maçonaria e desta em relação à Igreja. Dessa forma, tentaremos reconstituir um pouco mais da gênese do conflito entre as duas instituições, o que nos possibilitará uma reflexão em torno dos elementos e aspectos que guiavam e influenciavam a formação da visão negativa e do conflito entre a Igreja Católica e a Maçonaria.

2.4. A cruz versus o compasso: a gênese do conflito entre Igreja Católica e Maçonaria.

As relações de conflito entre estas instituições tiveram suas origens a partir do século XVIII, sob o processo de desarticulação das instituições e da visão de mundo medieval concomitantes às transformações ocasionadas pelo surgimento de uma nova mentalidade, a do mundo moderno. Nesse contexto, questões como a laicização, a divisão dos poderes e dos espaços entre o mundo religioso e civil começavam a ser delimitados, além da defesa dos princípios de tolerância e igualdade no seu sentido mais amplo. Essas bandeiras defendidas pelos setores intitulados de modernos ou ilustrados, encontrando-se entre eles a Maçonaria, contribuíram na formulação de uma nova mentalidade que influenciou a formação do mundo moderno e contemporâneo.

Como vimos anteriormente, a Maçonaria é uma instituição que remonta suas origens aos tempos medievais, mas que se organizou dentro do modelo atual conhecido, articulado a esta nova visão de mundo, onde a ideia do progresso, da tolerância religiosa e da disseminação do conhecimento ou das luzes foram o fio condutor no processo de construção do mundo moderno. Não é, portanto, de se admirar que as primeiras condenações oficiais da Igreja à maçonaria tenham sido realizadas durante o século XVIII.

Os ideais maçônicos, forjados durante o século XVIII, cuja representação clássica está consubstanciada na Tríade *Liberdade, Igualdade e Fraternidade*, soou para os setores mais conservadores da sociedade daquele tempo, como uma afronta a todas as concepções de

ordem, hierarquia e privilégio defendidas pela sociedade sintonizada com o *Ancien Regime*. A Igreja Católica, uma das principais defensoras deste estatuto de poder, e os governos seguidores do modelo absolutista foram as primeiras instituições a condenarem a filosofia e as práticas maçônicas.

Antes mesmo das condenações pontifícias à Maçonaria, alguns governos como o da França (1737) e o da Holanda (1735), já haviam condenado as ações dessa instituição nos seus territórios. O motivo principal para a condenação residia no fato de essas sociedades representarem, no ponto de vistas desses setores, perigo à sociedade, principalmente pelo seu caráter secreto, característica que possibilitava ações contra a segurança dos governos. Um dos motivos encontrados pelo Papa Clemente XII para declarar a Maçonaria uma sociedade perigosa e ilegal, além das condenações de ordem espiritual e doutrinária, foram os mesmos argumentos utilizados pelos governos da Holanda e da França.

Na sua Constituição apostólica *In Eminentissimi* de 28/04/1738, Clemente XII portava-se como orientador dos católicos e usava o documento como uma forma de denúncia das ações da sociedade maçônica. Na sua visão, os principais motivos da nocividade dessa instituição estavam no fato da exigência de um juramento feito pelos seus filiados, o seu caráter secreto e a aceitação dos indivíduos de outras religiões, que não a católica, nas suas reuniões o que, na visão do pontífice, contribuía para macular a pureza da fé católica, além do fato de a maçonaria já ter sido proscrita pelos governos civis da Europa. O papa conclui sua constituição, ordenando aos seus fiéis a não participação nas sociedades de franco-maçons, sob pena de excomunhão.

A condenação maçônica realizada pela Igreja está dentro do contexto das reprovações a esta sociedade tomadas, pelos governos da Europa, em muitas passagens da constituição. O exemplo da condenação pelo governo da Holanda e da França serve como razão para que Clemente XII se posicione em relação a ações da maçonaria. Como a posição do pontífice insidia sobre os maçons, além de uma

desaprovação realizada pelo poder civil, havia outra de fundo religioso, adicionada ao temor das “conspirações maçônicas” contra os poderes constituídos, sendo infligida a pena de excomunhão para os fiéis católicos que aderissem e comungassem dos ideais maçônicos.

Após treze anos da primeira condenação pontifícia, Bento XIV reitera as condenações feitas pelo seu predecessor. Na sua constituição *Provida*, o papa inicia o texto falando da sua responsabilidade em confirmar as posições tomadas pelo seu predecessor com relação à maçonaria, para corroborar as impressões expostas anteriormente pela constituição de Clemente XII ao condenar a maçonaria, Bento XIV apresenta seis argumentos baseados nas considerações feitas pelo primeiro pontífice que condenou a instituição.

O **primeiro argumento** utilizado pelo papa na sua consideração sobre o malefício da sociedade maçônica para o mundo foram o mal causado à pureza da fé católica; a reunião, sobre o mesmo espaço, de indivíduos das mais diversas religiões. No **segundo argumento** foi observado que a obrigação do juramento feito pelos iniciados e o segredo exigido aos seus membros são aspectos carregados de malefício. Na tentativa de sintetizar o mal provocado por essa instituição para a sociedade, Bento XIV utilizou-se do seguinte provérbio: “as coisas honestas gozam de publicidade; as criminosas do segredo (BENTO XIV. IN: KLOPPENBURG, 1952, p.236)”. Com tais palavras o pontífice construía a ideia de que o segredo, parte integrante da mística maçônica, era a evidência dos planos perniciosos, escabrosos e desonestos, formulados e acalentados pela maçonaria nas suas reuniões, utilizando o “véu do segredo” como forma de esconder para a sociedade os reais motivos das suas aspirações e ações.

O **terceiro argumento**, da constituição *Provida*, completa as especulações feitas pelo antecessor de Bento XIV ao divulgar a ideia, de que, por trás do juramento maçônico, escondem-se planos com os objetivos de maquinar contra o estado, a religião e as leis. A construção de tal ideia, de vertente conspiratória, foi importante na formação e legitimação tempos mais tarde, de um ideário acerca da

maçonaria enquanto sociedade conspiradora, tão fortemente utilizado pelos pontífices e religiosos posteriores, e aos que não simpatizavam com a ideologia e as ações maçônicas, nos fins do século XVIII, durante o século XIX e início do século XX.

No **quarto argumento** o pontífice, verificando a existência de sanções civis e canônicas contrárias a agremiações maçônicas, concluía que os participantes da maçonaria não incorriam somente no erro sob o ponto de vista teológico, mas também civil. O **quinto argumento** completava o anterior ao demonstrar a existência da proibição de reuniões maçônicas e do funcionamento das suas lojas em vários países. Ao mostrar essa desaprovação, Bento XIV fortalecia o seu posicionamento contra as ações da maçonaria e da sua legitimidade.

Finalizando os seus argumentos, o pontífice utilizava a seguinte consideração para evidenciar a sua desaprovação à maçonaria: os homens decentes não se filiavam a esta instituição, pois os que a ela aderem dão mostras do seu caráter depravado e perverso. E, ainda, conclui o seu documento pontifício, afirmando que aprova as palavras redigidas e as proibições estabelecidas pelos papas que o precederam.

Com estas duas constituições pontifícias, iniciou-se o processo de perseguição à maçonaria, atingindo o seu ponto máximo e mais intenso durante alguns pontificados, como o de Pio IX (1846-1878) e Leão XIII (1878-1903). Mesmo havendo outros pontificados, como, por exemplo, os de Clemente XII (1758-1769) e Clemente XIV (1769-1774), que diminuíram as ações condenatórias iniciadas por Clemente XII e reiteradas por Bento XIV, novas condenações à maçonaria ocorreram no ano de 1821, após sessenta e três anos, do fim do governo de Bento XIV e início do pontificado de Pio VII. Segundo as avaliações de Benimeli, Caprile e Alberon, num dos seus livros sobre as relações entre Igreja Católica e Maçonaria, podemos observar como se organizaram os conflitos entre essas instituições com base no seguinte quadro por eles traçados durante o século XVIII:

A trajetória da perseguição contra a Maçonaria no séc. XVIII pode ser assim esquematicamente traçada: 1) Alguns estados católicos ou protestantes proibiram a organização por motivos puramente políticos; 2) Clemente XII e Bento XIV acrescentaram uma condenação espiritual, baseada em grande parte também – ainda que não exclusivamente – sobre as mesmas razões políticas de segurança do Estado; 3) os católicos, impelidos pelas bulas e pelos desejos dos papas, perseguem o delito eclesiástico e o castigam como se fosse de natureza política. (BENIMELLI; CAPRILE; ALBERTON, 1983, p.30-31).

O esquema acima construído mostra-nos os motivos e as formas como se deu a condenação à Maçonaria durante o século XVIII. Vendo o desenrolar do processo de perseguição, observamos, no primeiro momento, a atitude tomada pelos estados protestantes ou católicos, ao condenarem a maçonaria, por temer a organização maçônica, vendo-a enquanto uma entidade de fundo político, potencialmente disposta a forjar projetos contrários aos interesses dos governos instalados. Aliada a esta vertente, temos a posição da Igreja, utilizando-se, em grande parte, dos argumentos da finalidade política da maçonaria, mas, além deste fator, endossando a característica de promotora da degeneração e corruptora da pureza da fé, uma vez que admitia, nos seus quadros, indivíduos, pelo menos em tese, das mais variadas concepções religiosas. Por último, o processo de transformação das bulas e documentos pontifícios em fontes para configuração de um novo delito, o de ser maçom, sendo castigado como um crime não de natureza puramente espiritual, mas política.

Nos anos transcorridos do governo de Bento XIV (1740-1758) até a constituição *Ecclesiam a Jesu Christo*, no ano de 1821, escrita por Pio VII, não ocorreram grandes intervenções da Igreja em relação à Maçonaria, salvo o processo contra Cagliostro⁴⁶, no qual ele foi

⁴⁶ Seu verdadeiro nome era José Guiseppe Balsamo, filho de um humilde sucaterio chamado Pedro e de Felisa Branconieri. Descendia de uma família plebeia que dizia possuir antepassados nobres como o monarca franco Carlos Martel. José Balsamo ao ser iniciado na maçonaria muda sua identidade assumindo a do Conde

condenado à morte pelo motivo de ser maçom e não revelar à Igreja os segredos supostamente detidos por ele. A pena de morte como punição não foi cumprida, dando lugar à prisão perpetua. Cagliostro acabou seus dias no castelo de San Leo, em Toscana, no ano de 1795. Outro que amargou a punição de ser preso sob a acusação de ser maçom foi o jornalista Hipólito José da Costa. Num livro intitulado *Narrativa da Perseguição*, Hipólito descreve todos os percalços por ele atravessado, desde a sua prisão, em fins de julho de 1802, e o processo por ele sofrido pelo pretense crime de ser maçom até a sua fuga da prisão do Santo Ofício, em Lisboa. (COSTA, 1811, p.101; CAVALCANTI, 1990).

A bula de Pio VII prescrevia que estaria sob pena de excomunhão quem não informasse ao superior eclesiástico os indivíduos pertencentes à Maçonaria. Além desse ponto, Pio VII estabelecia outro aspecto que representava um passo adiante em relação às condenações anteriores à maçonaria: o de equiparar a condenação de excomunhão não só a maçonaria, mas a todas as sociedades secretas que, por qualquer motivo, contrariavam ou desestabilizavam a fé católica (BENIMELLI, 1983, p.323). A lógica de condenação às sociedades secretas começou a se disseminar pela Europa. Tais agrupamentos tinham fins essencialmente políticos.

Num dos exemplos mais conhecidos de associações político-secretas foi a Carbonária, a universitária e os iluminados da Baviera. No Brasil a ação destas entidades está bem descrita através dos escritos literários e políticos de Frei Caneca, principalmente nas suas cartas de Pítia a Damão, em que o frade carmelita ressalta as atividades da Jardineira e do Apostolado, sociedade fundada por José Bonifácio (CANECA, 1972, p.397-399). Leão XII (1823-1829) redige a constituição *Quo graviora* na qual sua preocupação fundamental foi condenar as sociedades secretas, de vertente política, principalmente,

de Cagliostro, a partir de então difundiu a história de ter poderes mágicos o levando a ter sérios problemas com a Inquisição. IN: VIDAL, César. *Os Maçons: a sociedade secreta mais influente da história*. Trad. Maria Alzira Brum Lemos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006, p.50-62.

dentre elas, a universitária, com isso não eximindo de críticas duras a Maçonaria, associada de maneira genérica a essas. O ponto principal de sua desaprovação era a postura encampada por essas sociedades em difundir ideais revolucionários, questionadores dos dogmas da Igreja Católica. O pontífice criticava os ataques frontais empreendidos pelas sociedades secretas, no sentido de colocar em questão os pressupostos católicos.

Leão XII conclui a sua constituição, condenando todas as associações secretas que tinham por objetivo contrariar as posições e diretrizes da Igreja Católica. Apesar, desse documento não se deter única e exclusivamente sobre a Maçonaria, ele constrói mais uma visão negativa sobre essa instituição, ao disseminar a ideia de que, mesmo assumindo denominações diferentes, as sociedades secretas têm uma orientação maçônica, por cultivarem o segredo e rituais semelhantes ao da maçonaria. A condenação ampla e irrestrita cristalizava a ideia de que, de forma direta ou indireta, organizações como a Carbonária e a Universitária formavam, na visão de Leão XII, uma espécie de braço da ideologia maçônica, chegando-se a questionar até que ponto elas não agiriam sob o comando da Maçonaria.

Um dos períodos de maior intervenção e perseguição à Maçonaria ocorreu entre os anos de 1843 a 1903, quando mais de 350 documentos condenatórios à Maçonaria foram publicados. Este corte temporal cobre os pontificados de Pio IX e Leão XIII. Nesse período, Pio IX redigiu vários documentos com mensagens abertas contra as sociedades secretas com tendências políticas, advertindo quanto às consequências que suas ações poderiam acarretar à fé católica. O papa caracterizava as sociedades secretas como espaços de discussões e construção de projetos políticos e revolucionários, que se disseminaram por vários pontos da Europa. No caso específico de Pio IX, ele presenciou a ação dessas sociedades no processo de unificação da Itália e vitória da facção liberal, o que ocasionou o episódio do aprisionamento desse Papa (BENIMELLI, 1983, p.35). Os seus vários pronunciamentos tiveram como fio condutor a condenação da

Maçonaria e das sociedades secretas, vistas pelo Pontífice como meios difusores de “*monstruosidades, fraudes e erros com os quais os filhos deste século se esforçam cada dia por combater, tenazmente, a religião Católica, a divina autoridade da Igreja e suas veneráveis leis*”. Do trecho da Encíclica *Qui Pluribus*, de 9-11-1846, depreende-se a crise por que a Igreja Católica passava no contexto histórico multifacetado, devido à ação da ideologia liberal e secular difundidas pelas sociedades secretas. Na concepção de Pio IX, pressupostos basilares como a importância da Igreja Católica e a sua autoridade, eram combatidas por esses setores.

Segundo as informações colhidas no livro *Maçonaria e Igreja Católica: ontem, hoje e amanhã*, foram contabilizados pelos seus autores até 1983, (ano da publicação do referido livro) a cifra de 116 documentos condenatórios à Maçonaria, figurando entre eles: 11 encíclicas, 53 cartas breves, 33 alocuções e discursos, 19 documentos de cúria. Com base em tais dados, podemos perceber o grau de perseguição e construção de uma visão negativa à Maçonaria e às sociedades secretas, vistas na maioria das vezes pelos representantes da Igreja, como um inimigo a ser combatido. (BENIMELLI, 1983, p.35).

Para esses setores religiosos, as sociedades secretas agiam de forma combinada, representando desdobramentos e novas formas apresentadas pela Maçonaria no conflito instalado entre os princípios da tradição, defendidos pela Igreja e as classes conservadoras e os princípios do liberalismo e modernidade, difundidos pela Maçonaria e sociedades políticas como a Carbonária, Universitária, jardineira e outras. Essas sociedades políticas se organizaram na Europa com a finalidade de discutirem projetos, amparados, em alguns casos, numa visão de sociedade liberal e democrática.

Com o intuito de subsidiar a análise dos documentos pontifícios construtores de um ideário de perseguição e condenação à Maçonaria, cumpre citar outras importantes publicações produzidas durante o governo de Pio IX, a Encíclica *Quanta Cura*, a alocução apostólica “*múltiplices inter Machinationes*”, a carta “*Quamquan*

Dolores”, endereçada a Frei Vital; e outra escrita sobre a maçonaria no Brasil, enviada ao imperador Dom Pedro II, por conta da punição dos bispos de Olinda e do Pará, envolvidos na Questão Religiosa na década de 70 (século XIX).

Em todos os documentos pontifícios acima citados, Pio IX retoma as condenações feitas anteriormente pelos seus antecessores, asseverando os motivos que levaram os pontífices a condenarem a Maçonaria e as outras sociedades secretas. O sentimento externado nos documentos é também, o de preocupação com o futuro da humanidade, as consequências advindas da difusão destas sociedades. Na visão de Pio IX os “verdadeiros” objetivos que conduziam as ações das sociedades secretas eram confabular contra os poderes constituídos e a fé Católica.

Na sua alocução apostólica “*Múltiples Inter Machinatões*”, o tema da maquinação contra a Igreja, no sentido de destruí-la, é retomado. Na visão do pontífice, a Maçonaria surgia em meio às trevas, influenciada por ideais obscuros, com o intuito primordial de arruinar a religião e a sociedade. O Papa avalia que, mesmo depois de todas essas reprovações encetadas pelos seus predecessores, ao invés de diminuir o poder influenciador dessas sociedades, ocorreu o contrário: o seu desenvolvimento tem sido mais intenso, nesse ponto, o autor da alocução abriu espaço para levantar sérios questionamentos a respeito do verdadeiro sentido da Maçonaria e sobre suas práticas de juramentos, entendidas pelo pontífice como algo que devia ser olhado pela sociedade com preocupação, um ponto recorrente dentro da construção da presente alocução é o da criação de uma imagem da Maçonaria relacionada à ideia de uma instituição que se esconde e foge da luz, preferindo ficar no reino das trevas. A escuridão, segundo o pontífice, constituía-se num espaço ideal, para a construção dos seus planos sórdidos. O autor da alocução finaliza o seu texto, lançando, novamente, uma ordem de condenação e reprovação às ações da Maçonaria.

Na carta *Quamquam Dolores* (29 de maio de 1873), endereçada a Frei Vital, Pio IX lamenta a influência maléfica provada

no Brasil, em virtude da difusão do que ele chama “vírus maçônico”⁴⁷ em vários espaços da Igreja Católica, principalmente nas irmandades religiosas. Como de praxe, para demonstrar o mal das ideias maçônicas, bem assim sua desaprovação aos maçons e a sua corporação, o papa retoma e analisa os decretos dos pontífices anteriores para justificar e endossar as causas da condenação à Maçonaria. Ao avaliar a estrutura organizacional da Maçonaria, Pio IX destaca os mistérios existentes de grau para grau, questionando a participação de católicos na instituição de vários representantes da Igreja haverem desvendado os males que subjazem à ideologia maçônica. Finaliza a sua carta autorizando para o bispo, quando necessário, tomar os devidos cuidados, agindo de forma severa em relação à Maçonaria. (PIO X. IN: KLOPPENBURG, 1956, p.330-333).

Numa carta, desta vez, enviada a Dom Pedro II o papa Pio IX retorna a alertar os males provocados pela Maçonaria, utilizando como argumento a semelhança observada entre as ações e direcionamentos dessa instituição no Brasil, na América e na Europa. Amparado nessa visão, o Pontífice tentava desconstruir a ideia divulgada pela maçonaria local, de que as posturas da Maçonaria do Brasil eram diferentes das vividas por essa sociedade na Europa.

Como podemos perceber, em todas as posições assumidas pelo Pontífice nos seus documentos contrários à Maçonaria, estão presentes a ideia do perigo e a atitude de vigilância e de temor. Utilizando um discurso forte ao tratar das sociedades secretas e da Maçonaria, ele depreende de suas ações um “ar” de inspiração e orientação satânica, resgatando o “velho” conflito entre o Bem e o Mal, ideário tão presente em nossa construção mental cristã- ocidental.

Assim, na visão dos pontífices romanos, vencer a Maçonaria e seus integrantes era o meio encontrado para a redenção da sociedade e da religião, tão oprimidas e perseguidas pelos pedreiros-livres. Devido

⁴⁷ Vírus no século XIX e na forma como Frei Vital utilizou tinha a conotação de veneno, desta forma Frei vital ao referir-se ao “vírus Maçônico” falava da atitude venenosa com que a Maçonaria se portava em relação à Igreja.

a tais posições, Pio IX ficou conhecido na historiografia maçônica, como um dos maiores perseguidores da Maçonaria. Por isso, dessa conflituosa relação, Pio IX-Maçonaria foram criadas polêmicas, relatadas em livros e periódicos maçônicos, a ponto de ser divulgado um suposto passado maçônico do pontífice. A difusão dessa história, obra dos meios de comunicação maçônica, gerou uma forte polêmica ante a contradição existente de Pio IX ser, ao mesmo tempo, postulante da Maçonaria e forte perseguidor dos maçons.

A repercussão do suposto passado maçônico de Pio IX gerou muita polêmica. O redator da *Tribuna Religiosa* qualificou tal história como uma mentira forjada pelos maçons para denegrir a imagem do Papa. Os argumentos e provas utilizados pelos redatores do artigo para desmentir a ligação de Pio IX com a Maçonaria foi a reprodução de um texto do periódico maçônico *O Mundo Maçônico*, no qual, ao pedir ao Grande Oriente da Pensilvânia indícios da participação de Giovanni Maria Mastar Ferreti (Pio IX) em lojas maçônicas sob sua jurisdição, particularmente a da Filadélfia, obteve como resposta a declaração abaixo:

“ Recebeu, em 30 de novembro de 1868, do secretário da Grande Loja da Pensilvânia: <<segundo o seu pedido, examinei os registros e não achei o nome de Giovanni Maria Mastar Ferreti como membro de nenhuma loja desta jurisdição, ou como tendo sido recebido maçom em nenhuma d’ellas. O nome mais parecido que encontro com esses, é o de Martim Ferrety, o qual foi recebido maçom, em 1819, na Havana⁴⁸.

Os periódicos católicos, particularmente a *Tribuna Religiosa*, na cidade do Recife, através da veiculação do artigo acima tentava demonstrar os planos sórdidos da Maçonaria, em que a mentira e a perfídia faziam parte do propósito de desmoralização da Igreja, nesse caso específico, o de denegrir a imagem de Pio IX, um dos pontífices mais atuantes na condenação à Maçonaria. O autor do texto qualificou

⁴⁸ *Tribuna Religiosa*. Recife, 1 set. 1908.n.15-Ano II. s/p.

a notícia como um golpe baixo desferido contra o papa ao atribuir sua participação numa entidade por ele reprovada. Acrescenta o texto que a Maçonaria se utilizava de documentos forjados e insustentáveis, com o objetivo principal de desmoralizar o líder religioso, não passando tal acusação de uma mentira.

Durante o pontificado de Pio IX ocorreu no Brasil a Questão Religiosa, que representou um dos primeiros momentos de conflitos entre Maçonaria e Igreja Católica brasileira. O fato serviu para despertar, nos meios católicos, um discurso contrário aos maçons e à Maçonaria. Vista dentro de uma perspectiva mais ampla, Nilo Pereira (1982) num dos seus estudos sobre a Questão Religiosa, aponta que, na verdade, tal acontecimento não foi um evento estritamente de conflito entre Maçonaria-Igreja, mas uma polêmica entre a Igreja e os direcionamentos do Estado, uma vez que, a Igreja, no Brasil, orientava-se pelo sistema de padroado, o que tornava, antes de tudo, os religiosos funcionários de Estado. Com base nisso, as posições tanto de Frei Vital quanto de Dom Macedo Costa de colocar as encíclicas e documentos condenatórios à Maçonaria em prática, feriam não somente a “boa relação” entre Igreja e Maçonaria no Brasil, mas também desobedeciam, principalmente, as ordens do Estado, que não havia liberado a execução dos documentos condenatórios pontifícios contrários à Maçonaria.

A breve análise nas relações entre Igreja e Maçonaria no Brasil, durante o século XIX, permite-nos observar um espírito de cordialidade norteando o relacionamento entre os membros de ambas as instituições. Mesmo com toda uma áurea de paz em torno dessa teia de relações Igreja-Maçonaria no Brasil, Frei Caneca apontava, na primeira metade do século XIX, a existência de alguns clérigos contrários à Maçonaria. Observando, como se deu a receptividade da Maçonaria em Pernambuco, por parte de alguns clérigos, nas duas primeiras décadas do século XIX, pondera:

Desta célebre sociedade muito se tem escripto pro e contra, em todos os tempos e em todas as línguas; e o

homem que tem critério e tino, da comparação destes diversos escriptos, do peso de seus argumentos, e da história do estabelecimento desta ordem no oriente e ocidente, seus trabalhos, suas perseguições, pode fazer juízo seguro do seu espírito e fins, da justiça e injustiça com que se a trata actualmente em Portugal e no Brasil [...] as falsas idéias, que della faz o vulgo, e a velhacaria em commum dos ecclesiasticos sem doutrina. (CANECA, 1972, p.402).

Nas considerações de Frei Caneca pode-se observar a resistência e conflitos de alguns padres em relação à Maçonaria, presentes durante o século XIX, provavelmente dentro de dimensões mais limitadas. O que é importante frisar é que a partir da Questão Religiosa, houve um agravamento da situação, o que motivou a construção de uma orientação por parte da Igreja brasileira, amparada em exemplos internacionais, no sentido de fortalecer a posição antimaçônica. Muitas explicações podem ser esboçadas para mostrar os motivos que potencializaram o agravamento de tais relações. Uma delas e que merece destaque é a transformação do catolicismo brasileiro, com a formação de modelo católico mais ligado ao ultramontanismo, contrariando-se o anterior de viés mais heterodoxo e Jansenista⁴⁹.

Outro foco importante para compreendermos a Questão Religiosa e o início dos conflitos Igreja - Maçonaria no Brasil é observar que ela decorreu dos reflexos ocorridos no cenário internacional, onde os embates entre Igreja e Maçonaria na Europa tornavam-se cada vez mais fortes.

Essas relações foram construídas e intensificadas a partir das posições oficiais manifestadas pelos Pontífices Católicos, por meio das suas cartas, constituições, alocações e encíclicas apostólicas, influenciando a forma de ver a Maçonaria, o que culminou numa crítica de inclinação antimaçônica. Essa atitude respaldou-se no fato

⁴⁹ Para entrar em contato com esta discussão ver: VÉSCIO, 2001. Op. Cit., pp. 81-117; VIEIRA, David Gueiros. **O Protestantismo e Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil**. 2. ed. Brasília: Editora da UNB, 1980.p.27-59.

de haver se identificado, na Maçonaria, uma organização que criticava e questionava os pressupostos religiosos, assumindo dimensões políticas.

Um dos documentos da Igreja Católica brasileira, no qual observamos as transformações dos ânimos entre Igreja e Maçonaria, é a carta pastoral do bispo de D. Vital. Detendo-nos um pouco sobre as ideias contidas no documento pastoral, publicado pelo Bispo de Olinda e Recife, é possível entender os motivos de suas críticas à Maçonaria. Na carta Frei Vital interditava as irmandades que tivessem, na sua organização, membros ligados à Maçonaria. A carta pastoral do bispo inicia suas considerações reclamando de uma campanha anticatólica movida e orquestrada pela maçonaria local, tendo como espaço de ação o jornal *A Verdade*, por ele considerado como órgão de tendência maçônica.

Em sua carta pastoral, Dom vital refaz os caminhos seguidos pelos pontífices em seus documentos condenatórios à Maçonaria, abrindo espaço para relatar as condenações feitas pelos pontífices, mais especificamente as condições impostas por Pio IX. No texto epistolar, ao referir-se à Maçonaria, utiliza expressões como “malícia diabólica” e retrata as formas, artificios e maquinações utilizados pelos maçons e sua sociedade para destruírem a fé católica. O Bispo, ainda, orienta os seus fiéis a tomarem cuidado com tais maquinações, lançando um ar de admiração, ele indaga como, depois de tantos alertas, podem existir católicos maçons.

Voltando suas atenções no sentido de descortinar a fisionomia da Maçonaria e o malefício por ela trazido, Frei Vital qualifica-a de “ímpia e criminosa a sociedade que foge do dia e da luz”(OLIVEIRA, 1873, p.14). Percebemos, novamente, a concepção de que uma instituição cujos elementos integrantes de organização repousam no mistério e na discricção, não pode ser vista como confiável.

Com o objetivo de apresentar que a Maçonaria e seus seguidores desenvolvem planos perigosos para a ruína da fé cristã, o autor da carta utiliza como tática a criação de um conceito negativo em relação aos maçons e sua instituição, reproduzindo em várias

partes dos depoimentos, supostamente verídicos de maçons, nos quais deixa entrever os verdadeiros princípios e objetivos da instituição. Reproduzimos algumas das declarações utilizadas por Frei Vital, na sua carta pastoral aos seus diocesanos:

Ouçamos a confissão ingênua que, por permissão divina, tem escapado a alguns dos escriptores mais abalizados da seita hypocrita. Só temos o embaraço da escolha [...] O irmão fischer diz que <<á excepção de algumas lojas particulares, a grande maioria da Ordem não só não admite o Christianismo, como até combate-o a todo o transe. A rpova está, diz, na admissão dos judeos nas lojas inglezas, francezas, americanas, belgas e, há pouco, nas lojas de toda a alemanha.>>[...]O irmão Bizouart se exprime ainda com mais clareza e energia: Cumpre descatholisar o mundo, diz elle; conspiremos unicamente contra Roma; revolucionar a Igreja é DESMORONAR OS TRONOS E AS DINASTIAS[...] Nada mais peremptório nem mais evidente do que a recente declaração do grande Oriente de Paris:<O sumo e ultimo fim da nossa sociedade acha-se consignado na instrução secreta e geral da Loja Suprema, e é o mesmo que foi proclamado por voltaire e pela revolução franceza; isto é a eterna destruição do Catholicismo até a abolição da idéia christã.>. (OLIVEIRA, 1873, p.16-18).

Os temores que a Igreja Católica possuía com relação a ver a sua religião destruída pela Maçonaria é, mais uma vez, abordado pelo Bispo de Olinda. Tal temática é mostrada como o objetivo geral da organização maçônica e, em torno delas, Dom Vital conclui que, diferente do Brasil, os maçons europeus seriam mais sinceros e francos sobre os seus planos.

Ao posicionar-se desta forma, o Bispo tentava mostrar que tanto no Brasil quanto em qualquer outra parte do mundo as posições e ações conspiratórias da Maçonaria contra a Igreja Católica e seus representantes eram iguais. Estão presentes nos depoimentos acima os meios através dos quais os maçons maquinam e projetam suas ações contra a Igreja, deixando expresso o clima de divergências, que integrou as relações Igreja-Maçonaria, intensificadas a partir do

momento em que a Questão Religiosa tornou-se um conflito de proporções nacionais e começou a mobilizar a opinião pública dos outros Estados.

Esse acontecimento, do ponto de vista da historiografia das relações Igreja-Maçonaria no Brasil, abriu espaço para a formação de uma concepção em relação à Maçonaria diferente da que se tinha antes do evento. Na nova visão, era preciso tomar cuidado ao relacionar-se com essa sociedade. Foi vigorosamente difundida a ideia de que as forças mobilizadas pela Maçonaria para efetivar a punição dos bispos davam mostras das suas verdadeiras finalidades, tão bem frisadas pelos depoimentos acima reproduzidos dos maçons.

Sem dúvida, a Questão Religiosa gerou uma grande celeuma na sociedade brasileira, tornando-se um acontecimento importante na modificação das posturas e relacionamentos entre estes dois espaços, a Igreja Católica e a Maçonaria. Podemos observar um agravamento nestas relações, não sendo mais conduzidas dentro daquele clima “tolerante” como ocorrera anteriormente. O evento tinha como atores principais os bispos de Olinda e do Pará, porém ocasionou discussões em todo o Brasil, criando um impacto mental na sociedade brasileira, particularmente na pernambucana e paraense.

Em alguns momentos, as discussões através da imprensa, foram “virulentas”. Como porta-voz da Igreja, encontrava-se o jornal *A União*, publicando as pastorais e os pontos de vista do clero pernambucano. Foi através desse jornal que, Dom Vital publicou a sua já citada pastoral de interdição às irmandades que tivessem, nos seus quadros, indivíduos pertencentes à Maçonaria. Segundo a sua avaliação, os católicos maçons, deveriam decidir-se e seguir uma das orientações⁵⁰.

⁵⁰ Sobre a *questão religiosa* existe uma grande quantidade de obras. Em nosso trabalho utilizamos: PEREIRA, N. Dom Vital e a Questão Religiosa. 2. ed. Recife: Tempo Brasileiro, 1986.

O posicionamento do Bispo foi visto, pelos periódicos liberais e pelos que nutriam certa simpatia pela Maçonaria⁵¹, como uma prova de imaturidade e intolerância, pois, na visão de muitos católicos participantes da Maçonaria, não havia incompatibilidade nenhuma de serem, ao mesmo tempo, maçons e católicos.

Já se do lado da Igreja houve uma postura de enrijecimento em suas posições, no tocante à relação com a Maçonaria e ao cumprimento das ordens do Papa, o mesmo sentimento de solidariedade ocorreu entre os maçons, segundo Pereira da Costa:

Tomou então grande incremento e reconquistou os seus antigos foros e supremacia não somente pela sua atitude enérgica e decisiva, como pela affluencia de avultado numero de adeptos às officinas já existentes e criação de outras, alguma das quaes foram de uma vida ephemera, uma vez que desapareceram com o termino da questão⁵². (COSTA, 1910, p.20).

A Questão Religiosa ajudou na formação de um sentimento antimaçônico, com posições de intolerância em relação à Maçonaria na sociedade pernambucana. Outro fator que se aliou à Questão e formou toda uma nova visão e prática do catolicismo foi a introdução de algumas ordens religiosas estrangeiras, no fim do século XIX e início do século XX. Boa parte dessas ordens religiosas eram influenciadas pela ideologia ultramontana, ditada de Roma e que se esforçava em colocar os ensinamentos do Papa em prática. Dentre eles, ensinamentos que estavam relacionados às condenações à Maçonaria.

Arrefecidos os conflitos gerados pela Questão Religiosa, o clero local saía dessa experiência influenciado por novas posturas e

⁵¹ Nilo Pereira em seu livro biográfico: Dom Vital e a Questão Religiosa, enumerou os seguintes jornais como tendo sido porta-vozes contrários as resoluções do Bispo de Olinda: A Verdade (Jornal Maçônico), A Província (Jornal Liberal) Família Universal, Jornal maçônico que durou até junho de 1872, o jornal do Recife, em alguns momentos o Diário de Pernambuco e a revista o Diabo a quatro, que segundo o mesmo autor, tinha o hábito de caricaturar padres, freiras e jesuítas.

⁵² Arquivo Maçônico. Recife, dez. 1910, p.20.

visões a respeito do catolicismo, de como devia portar-se em relação à sociedade maçônica e de como implementar as orientações do Pontífice. Concomitante a esse fato, finalizava-se a Era Pio IX e iniciava-se a de Leão XIII, conhecido como o Papa da Doutrina Social da Igreja, mas que não descuidou da Questão Maçonaria-Igreja. Esse ponto foi tão observado pelo Pontífice que durante os seus 25 anos de Pontificado, “saíram do Vaticano nada menos do que 226 documentos para condenar e pôr em guarda o mundo inteiro contra a Maçonaria, a Carbonária e as Sociedades Secretas”.(BENIMELLI, 1983, p.40).

No conjunto de documentos que se ocupavam das ações da Maçonaria e de sociedades políticas secretas condenadas, a Encíclica que abordou em vários pontos da sua redação a organização maçônica foi a *Humanum Genus*, publicada no dia 20 de abril de 1884. Nessa encíclica, o autor inicia suas considerações utilizando a metáfora da existência das duas cidades, inspirado em Santo Agostinho. A utilização de tal recurso serviu para ilustrar a existência dos dois polos de conflito vividos pelo mundo, ou seja, a secular batalha entre o Bem x Mal, representado, respectivamente, nesse caso, a Igreja versus Maçonaria. As palavras do pontífice, ao referir-se aos maçons, não poupou comentários, colocando-os sob inspiração direta e a serviço do reino de Satanás.

O documento denuncia as “táticas e as armas estratégicas” utilizadas por estes “agentes do mal”, verificando que o trabalho e os objetivos dos maçons e da sua sociedade são muito bem definidos, ao juntar esforços de todos os seus adeptos e das suas lojas espalhadas pelo mundo com o intuito de rivalizar e arruinar a Igreja Católica. A encíclica ratifica os argumentos antimaçônicos dos papas anteriores, ao apregoar a existência de um plano articulado e racionalmente arquitetado para desestruturar a Igreja e os seus ensinamentos.

Nessa primeira reflexão, Leão XIII utiliza as praxes característica dos documentos anteriores contrários à Maçonaria, lembrando as condenações e advertências feitas pelos outros Papas e chefes dos governos civis, à sociedade maçônica e a seus membros. O discurso utilizado pelo pontífice segue uma tendência encontrada em

outros documentos da Igreja Católica que se ocuparam da Maçonaria, que se expressa na prevenção aos perigos representados nas ações e difusões dessa sociedade, alertando os católicos contra o “mal maçônico”, provocado pelo seu alastramento na sociedade.

O documento de Leão XIII enfatiza o tom de desaprovação à Maçonaria, retomando outros documentos categorizando que a “seita maçônica” concorre para o aniquilamento da sociedade, colocando à prova a autoridade da Igreja. Segundo o Pontífice, os meios empregados para esse empreendimento passariam pela divulgação das doutrinas e teorias naturalistas e o materialismo, visto pelos setores católicos como concepções de mundo “perigosas” e que tinham nos Francos-maçons seus principais difusores. Sobre esse aspecto o Pontífice assim se posiciona:

Trata-se para os maçons – e todos os seus esforços tendem este fim – de destruir toda completamente toda a disciplina religiosa e social que nasceu das instituições cristãs, e de substituí-las por uma nova, formada de acordo com as ideias deles, e cujos princípios, fundamentos e leis são tirados do materialismo. (LEÃO XIII. IN: KLOPPENBURG, 1956, p.341).

Dentre as considerações feitas pelo documento, em análise, sobre o malefício causado pela Maçonaria figura a existência de uma campanha violenta coordenada pelos setores maçônicos cujo alvo é o catolicismo. Essa campanha objetivava a diminuição do espaço de poder da Igreja, no intuito de afastá-la das discussões públicas, formulando leis que combatiam a união entre o Estado e a Igreja. O movimento conspiratório, segundo o pontífice, usaria o argumento de que as coisas do Estado devem ser conduzidas fora de qualquer tipo de orientação religiosa. Os recursos, segundo o pontífice, utilizados em tal campanha são os realizados através dos atos e leis de separação Igreja-Estado, da supressão de comunidades religiosas pelos governos civis, esses recursos, nas palavras de Leão XIII, foram inspirados pela Maçonaria, tendo como objetivo expresso a redução dos ministros de alguns santuários católicos. Na visão do Papa, essas ações são de

limitação das liberdades da Igreja. Com certo ar de ironia, Leão XIII questiona como os defensores das liberdades podem construir leis tão atentatórias a esse princípio tão sublime, defendido com tanto vigor pelos próprios maçons⁵³.

Outros importantes aspectos que a Encíclica denuncia são a limitação e as perdas das liberdades e dos direitos. Leão XIII volta a lamentar esses aspectos, apontando como resultado evidente desse processo a perda do poder papal, projeto tecido nas sombras e no sigilo das reuniões maçônicas. Tais espaços, na visão do papa, são o palco principal de articulação dos vários “erros” propostos e defendidos pelos maçons.

Dentre eles, o mais nefasto de todos os tempos para o catolicismo, segundo o pontífice, é o do indiferentismo religioso que pregava uma suposta atitude de igualdade entre as religiões, mas que, por trás, essa desculpa tem finalidades muito claras: “trazer a ruína de todas as formas de religião, e especialmente, a religião Católica, que, como é a única verdadeira, não pode ser considerada como meramente igual às outras religiões”. (LEÃO XIII. IN: KLOPPENBURG, 1956, P.343)

Como podemos depreender, amparada nas palavras acima, a Igreja Católica reafirmava uma prática que há séculos a simbolizava: a intolerância em relação as outras denominações religiosas, ao se julgar a única e verdadeira depositária da revelação divina. Sobre esse aspecto os maçons, desde a sua constituição moderna, enquanto uma sociedade de pensamento, realizavam uma crítica sistemática, postulando a igualdade entre as denominações religiosas e o respeito à diferença. Essa concepção fez parte da construção do pensamento moderno ocidental, a partir do movimento iluminista tomada como uma das bandeiras da ideologia maçônica.

Outro ponto criticado pelos setores do catolicismo apontando o “mal” disseminado pelo maçonismo na sociedade foram as novas concepções em torno do casamento e da educação. Na visão do líder

⁵³ Sobre este argumento consultar da página 342 da Encíclica *Humanum Genus*. In: KLOPPENBURG, p.342.

da religião católica, o exemplo negativo dado pelos ideais maçônicos influía, principalmente, na degeneração dos costumes cultivados pela Igreja, ao ver no casamento apenas um contrato entre as partes, sem a bênção divina e pregar uma educação em que a religião não fosse um pressuposto importante. Segundo Leão XIII tal concepção levaria os valores morais e éticos ao colapso. E o clero católico deveria portar-se na tentativa de impedir tal acontecimento, encontrando-se sempre presente e vigilante, aconselhando e advertindo a sociedade dos males que ela correria ao incorporar a visão de mundo maçônica.

O pontífice pontuava de maneira clara as suas posições em relação à Maçonaria, através desses argumentos, finalizando a sua Encíclica conclamando os fiéis a unirem esforços junto aos seus, na tentativa de barrarem a ampliação das concepções e da ação da seita maçônica na sociedade. Nesse combate visando à eliminação da influência maçônica, Leão XIII solicitava a intervenção da Virgem Maria, de São Pedro, São Paulo e do líder das hostes celestiais São Miguel, como influências que ajudariam a contrabalancear, para o lado da Igreja, as forças, na batalha contra a Maçonaria. Com essa passagem, o papa, retoma o discurso do Bem do Mal, tão utilizado contra a Maçonaria, com um agravante a mais, pois com a adesão e influência das forças transcendentais em favor do catolicismo, a vitória do Bem seria inevitável.

Após a publicação desta Encíclica observou-se mais vigor na militância contra os maçons, tão forte quanto o que havia influenciado a Igreja e seus seguidores durante o Pontificado de Pio IX. Acerca deste fato, Benimeli, Caprile e Alberon mostram que:

Nos anos que se seguiram à publicação da *Humanum genus* fundaram-se associações e revistas antimaçônicas, multiplicaram-se os estudos destinados a esclarecer a opinião pública, reuniram-se congressos antimaçônicos, entre os quais é digno de menção o internacional de Trento em 1896. (BENIMELLI, 1983, P.43).

A organização de congressos, jornais e livros antimaçônicos mostram a nova face do catolicismo do fim do Século XIX e início do

XX, procurando combater com mais intensidade a difusão das ideias liberais e naturalistas, questionadoras, como já apontamos, de muitas concepções defendidas pelo catolicismo. Em muitos países, a quebra da união entre o Estado e a Igreja, impulsionada pelos projetos laicizadores, levados a efeito em vários Estados do mundo, dava mostras da perda de espaço da Igreja Católica e tiveram por parte destes setores, as mais fortes respostas.

É dentro desse contexto que surgiu a encíclica *Vehementer* de Pio X, no dia 11 de fevereiro de 1906, condenando, de forma genérica, a Maçonaria e os outros grupos políticos, ou as “ímpias seitas”, como o pontífice as qualificou. O motivo para a publicação do documento encontra-se dentro da contestação, por parte do clero francês, à lei de 09 de dezembro de 1905 que separava a Igreja do Estado. Um ano após a publicação da Encíclica, no dia 06 de janeiro de 1907, o pontífice romano voltou a dirigir-se à *nação francesa* nos mesmos termos propostos na encíclica *Vehementer*. Segundo, Benimeli, Caprile e Alberton esse pontífice editou outros documentos de prevenção em relação à Maçonaria e aos erros modernos.

Seguindo esse espírito de combate à organização e à filosofia maçônica, observamos que, no Brasil, ele se disseminou, principalmente, após a Questão Religiosa, formando um clero mais ligado aos direcionamentos de Roma. Notamos, nesse momento, conceituado pelos historiadores da Igreja como *Romanização* do clero brasileiro, o processo de construção de um catolicismo militante, que tinha como principal inimigo o laicismo, o maçonismo e todos os “erros modernos”. Na visão desses setores, a modernidade havia trazido um desapego às tradições religiosas, à diminuição do temor a Deus e aos seus representantes, provocando o que Weber qualificou de “desencantamento do mundo”. (WEBER, 2006, p.38).

Na visão dos intelectuais católicos, o conhecimento científico e técnico foram fatores determinantes desse processo, pois a cada descoberta e invenção eram construídas explicações amparadas nas concepções da filosofia materialista, recusando assim, as antigas explicações pautadas em concepções religiosas. O liberalismo político

e as ideologias que comungavam com tais ideais, e dentre elas, a Maçonaria, apontada incansavelmente pelos setores religiosos, ajudavam a dessacralizar a sociedade, através da educação e dos “novos” costumes por eles implementados e defendidos, como a separação Estado-Igreja e o casamento civil. Estas novas posturas expulsavam, nas palavras dos intelectuais católicos, Deus dos corações e mentes do povo.

A nova face deste modelo de catolicismo empregado no Brasil, entre o fim do Século XIX e as primeiras décadas do XX, tem uma posição em relação à Maçonaria diferente da que tinha no século XIX, até a eclosão da Questão Religiosa. Podemos verificar, como já havíamos antes comentado, uma mudança na forma como a Igreja vai se relacionar com os setores maçônicos, passando de certa “tolerância” para um relacionamento conflituoso. Um exemplo claro desta modificação pode ser encontrado nos jornais católicos, que se propagavam durante as primeiras décadas do século XX. Eles foram espaços férteis na disseminação de um ideário negativo em relação aos maçons e a sua instituição.

Dentre eles, chamamos a atenção para *A Tribuna*, periódico oficial da Arquidiocese de Olinda e Recife, fundado em 1907, que nos serviu como fonte de pesquisa para a construção do respectivo trabalho. A Tribuna compartilhava desta lógica romanizante de combate e luta à Maçonaria, construindo em muitos dos seus artigos uma forte visão antimaçônica, reforçando muitos dos aspectos vislumbrados nas condenações pontifícias.

No período por nós pesquisado, encontramos vários artigos mostrando a Maçonaria dentro do ideal da conspiração, visão reincidente em muitas das encíclicas discutidas anteriormente. A ideia de um grande projeto maçônico de dominação do mundo é encontrada em muitos artigos por nós analisados. Tal visão abriu espaço para a formação de uma representação da Maçonaria como uma sociedade perigosa, constantemente pronta a tramar e confabular a falência da sociedade, pela aplicação de golpes, incentivando revoluções e movimentos que quebrassem a paz e a harmonia social. Essa

instituição ficou, assim, representada pelo catolicismo, abrindo espaço para os setores católicos defenderem uma posição mais forte em relação ao maçonismo.

Tais representações, veiculadas na imprensa católica do início do século XX, ajudaram a reafirmar e formar as visões negativas sobre a Maçonaria nutridas pela Igreja desde o século XVIII, com as primeiras condenações papais, as quais foram, no decurso desses séculos, até o início do século XX, enriquecidas por outras obras com finalidade política. Segundo os setores católicos, a visão de mundo defendida pela Maçonaria era negativa e distorcida. Esse conflito encontrou, nos discursos e documentos católicos, sua base de difusão, tornando-se um elemento de importância vital para formar uma concepção sobre a Maçonaria, que se cristalizou dentro do imaginário político, social e cultural da sociedade ocidental, durante os séculos XVIII, XIX e XX. A figura do maçom foi interpretada como um agente, com planos escusos e objetivos de dominar o mundo, utilizando, para tal finalidade, rituais, palavras secretas e reuniões misteriosas, recursos através dos quais eles colocavam em prática seus projetos conspiradores.

A visão de indivíduos influenciados pelas forças malignas com objetivos claros de destruição da sociedade cristã é uma representação recorrente na forma como a intelectualidade católica, através dos seus discursos, imprimiu à figura do maçom. Nesse caso, a utilização da idéia do anticristo é apropriada e revalorizada, vendo, nos maçons, os seguidores dessa ideologia ou até mesmo os anticristos. Todas essas concepções ajudaram a construir um conjunto de impressões apressadas e mitificadas pelos setores católicos em relação aos maçons e a sua organização, o que contribuiu para a estereotipização do que seria a maçonaria e quais as suas finalidades.

Tais construções míticas, tendo como alvo a Maçonaria, foi objeto de estudo de Raoul Girardet (1985, p.25-62), preocupando-se o autor em desvendar como ocorre a estruturação das construções míticas e como se formou o imaginário político e cultural, em torno da Maçonaria. O mito, na sua visão, é algo racional e que serve para

algum (s) grupo(s). Não é algo construído de forma aleatória e sem finalidade (s), tem uma lógica própria que precisa ser apreendida. Muitas vezes é revelado de forma sutil, tem uma utilidade para determinados grupos da sociedade.

Podemos observar alguns elementos constitutivos e recorrentes nessas narrativas míticas acerca da Maçonaria. Dentre elas, ressaltamos o imaginário do complô, da conspiração, muitas vezes influenciado por uma visão antissemita, associando Maçonaria ao judaísmo. Em muitos casos, essa sociedade foi identificada como um órgão criado e formado por judeus, com objetivo claramente definido: o de promoverem a desestruturação e corrupção da sociedade mundial.

Com relação à associação entre judaísmo e maçonaria, é possível observar uma combinação mais forte destes dois elementos, de maneira mais efetiva durante a década de 30 (século XX). Podemos atestar isso, com propriedade, pelo fato de não encontrarmos na documentação referente à Tribuna Religiosa, no período de 1906-1912. Já em algumas pesquisas feitas na imprensa católica da década de 30, pudemos observar uma boa quantidade de textos, em que os autores tentam correlacionar a Maçonaria, o Judaísmo e o Comunismo, vistos, no argumento dos autores dos artigos, como três correntes interligadas e fruto da mesma raiz o judaísmo internacional. É dentro dessa lógica que o autor do artigo abaixo se posiciona:

A ordem Maçônica Internacional dos B'nai Brith (filhos do testamento) é aberta somente aos judeus [...] Fundada a 3 de outubro de 1843, em New York City, conta atualmente mais de um milhão de lojas divididas em trinta países do mundo. Em 1880, a Alemanha foi dotada da primeira loja B'nai B'rith constituída fora dos Estados-Unidos. No advento de Hitler, existiam 200 lojas B'nai B'rith na Alemanha com 14.000 membros. A França possuía somente duas até estes últimos anos, uma em Mulhose e outra em Paris. Leon Blum e Trotsky pertencem á Ordem dos B'nai B'rith[...] São os B'nai B'rith que constituem o agrupamento mais poderoso do judaísmo mundial. Ali reside atualmente o Kahal, ou poder secreto judeu; ali funciona o "secret service" da política judaica. É preciso ser de uma

monumental ingenuidade para acreditar que essa ordem se ocupa exclusivamente de obras de beneficência....⁵⁴.

O extrato do artigo acima intitulado *Grãos Mestres da Maçonaria Internacional A ORDEM DOS B'NAI B'RITH*, encontrado na Revista Fronteiras, comprova as tentativas utilizadas pela imprensa católica ao correlacionar a Maçonaria e o Judaísmo. Nessa passagem é utilizado o argumento do complô para mostrar que os objetivos da maçonaria e do judaísmo, vistos como irmãs siamesas, compartilhavam os mesmos planos e finalidades: o da conquista e a dominação do mundo. Tal questão fica posta no ar pelo autor do artigo, quando ele mostra a articulação dessa ordem em nível mundial e observa, com um ar de ironia, que tudo isto servia, única e exclusivamente, para fins de beneficência.

Além de levantar a suspeita e relacionar Maçonaria e Judaísmo, o autor do texto de maneira muito sutil, verifica a participação, nesta sociedade de, Leon Blum e Trostky: o primeiro, um líder socialista que ocupou três vezes o cargo de primeiro ministro na França, no período de 1936/1947, e o segundo, um dos principais líderes e teóricos da Revolução bolchevique de 1917, na Rússia. O intuito do autor desse artigo, ao colocar em evidência tais nomes, explica-se pelo fato de não só aproximar a maçonaria de uma raiz judaica com certo apelo antisemita, mas também lembrar que ela tinha entre os seus membros, indivíduos ligados às forças socialistas e comunistas. Esses ideais, na visão dos setores católicos, eram contrários às determinações e visões da Igreja Católica.

Diante dessas considerações, é possível constatar o papel fundamental que coube aos setores católicos na produção de uma visão antimaçônica, um dos elementos incentivadores no estabelecimento do conflito entre a Igreja Católica e a Maçonaria. Mesmo com forte presença na imprensa e na produção intelectual católica, o antimaçonismo, nos últimos anos, vem arrefecendo, não produzindo os efeitos esperados.

⁵⁴ Revista Fronteiras. Recife, dez. 1933.s/p.

O que podemos observar a respeito deste fenômeno é que a visão das diferenças entre os católicos e maçons não está mais forjada na construção de um imaginário perpetuado por uma visão demoníaca, conspiradora e maléfica em torno desta instituição maçônica. O que tem marcado as posições dos setores católicos, é mostrar as incompatibilidades entre a religião católica e a Maçonaria não mais pautadas nas representações acima citadas, mas nas suas diferenças ideológicas, pouco preocupadas em estabelecer um ideário do terror e do mal, em relação aos maçons e a suas atividades.

Com efeito, essa vertente está mais preocupada em mostrar, com maior clareza, aos católicos o que é a Maçonaria, quais as suas finalidades e como se constitui a sua estrutura, do que em difundir as narrativas míticas e o ideário negativo do complô. Um grande exemplo de divulgação dessa vertente é o frei franciscano, hoje Bispo Emérito de Novo Hamburgo, Boaventura Kloppenburg, que, desde os anos 50, tem se dedicado aos estudos dessas relações no Brasil. Kloppenburg conclui que existe um desacordo de direcionamentos entre as duas instituições. Em um dos seus livros sobre o tema, reeditado na década de 90, ele continua afirmando a incompatibilidade entre ser católico e maçom, justificando que:

De 1956 até os nossos dias a maçonaria no Brasil não mudou nenhum de seus princípios filosóficos. O laicismo continua sendo seu ideal. O liberalismo racionalista, avesso a qualquer revelação divina, é também hoje sua principal inspiração. (KLOPPENBURG, 1992, p.7).

Na visão de Kloppenburg, tais princípios filosóficos, propagados e trabalhados pela maçonaria no interior de suas oficinas⁵⁵, por si só, já bastam para tornar impossível a um indivíduo participar, ao mesmo tempo, da Igreja Católica e da Maçonaria. Mas

⁵⁵ Nome genérico que designa as diferentes agremiações maçônicas, que podem ser: loja, capítulo, conselho, consistório. A presente conceituação foi retirada do vocabulário maçônico que se encontra na obra citada na nota anterior.

tal divergência, aconselha o bispo Emérito, deve ficar restrita ao ambiente institucional e não às relações entre os pastores da igreja e o cidadão maçom.

Mesmo concebendo como inconciliáveis as duas instituições não o autor não propõe, nenhum tipo de “caça às bruxas”, como foi conduzido pela Igreja, nos séculos anteriores. Essa postura, de certa forma, contribui como ponto positivo de evolução nas relações entre Igreja e Maçonaria, abrindo espaço para um diálogo entre religiões, instituições e ideologias que, há séculos, eram condenadas e perseguidas.

Tal mudança de posição tem, no Concílio Vaticano II, o seu ponto de início. A partir dele, a Igreja abriu espaço para a realização de reavaliações e reflexões acerca das suas práticas durante as últimas décadas do século passado. O item Maçonaria foi retomado e rediscutido, gerando um clima de tolerância maior da Igreja para com essa instituição. O ponto alto dessas relações foi o pontificado de João XXIII que, segundo alguns maçons, escreveu uma oração para eles e desculpou-se pelo radicalismo antimaçônico praticado pelos setores católicos⁵⁶.

⁵⁶ Esta oração foi um presente do maçom Oduvaldo da Loja Conciliação do Oriente do Recife, nos nossos primeiros contatos de pesquisa com as lojas maçônicas de Pernambuco no ano de 2003. Ela representa bem o espírito de diálogo da Igreja pós-vaticano II.

ORAÇÕES AOS MAÇONS

Oração escrita por S. S. o Papa João XXIII, Poucos dias antes de sua morte, e que deveria ser rezada em todas as Igrejas Católicas.

Signore e Grande Arquiteto, Ei-umiliamo ai tuci piedi....

Senhor e Grande Arquiteto do Universo nos humilhamos a teus pés e invocamos o teu perdão pela heresia de reconhecer em nossos irmãos maçons os teus fiéis prediletos. Temos lutado contra a liberdade de pensamento, pois não tínhamos compreendido que o primeiro dever de uma religião, como justamente afirmou o “concílio” consiste em reconhecer o direito de não crer em Deus. Temos também, perseguido todos que pertencendo a mesma Igreja havia aberto caminho à verdade, filiando-se às lojas, com sereno desprezo às injurias e ameaças.

Acreditamos louca e cegamente que um sinal da cruz pudesse ser superior a três pontinhos, postos em pirâmide. De tudo isso nos arrependemos amargamente, senhor e te imploramos de nos fazer ter, juntamente com o teu perdão, também um

Desde então, salvo um pequeno retrocesso ocorrido em 1983, quando o Papa Bento XVI, quando cardeal e prefeito da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, declarou que o fiel católico adepto da Maçonaria continuava em estado de excomunhão⁵⁷, as relações entre a Igreja e a Maçonaria têm permanecido dentro de um clima “pacífico”, sem grandes perseguições ou condenações dos sacerdotes católicos aos membros da Maçonaria. Assim, a orientação continua sendo de tolerância, sem se haver registrado, nos últimos anos, novos documentos que promovessem perseguições aos maçons-católicos, como em outros momentos históricos.

A partir dessas análises, foi possível observar a forma como se estruturou e quais os motivos que influenciaram o estremecimento das relações entre os setores católicos e os maçônicos. Os documentos pontifícios, os artigos da imprensa católica militante demonstram as várias nuances utilizadas pelos setores católicos na construção de um ideário, baseado na construção de uma visão negativa em torno da Maçonaria. Esse ideário desenvolveu, em muitos momentos, práticas de intolerância e incompreensão para com os maçons, estabelecendo um clima de conflito entre esses setores.

compasso que sem duvida alguma sobre os nossos altares de compensado (?) estaria bem melhor que os velhos crucifixos “Amem”.

NOTA DO TRADUTOR: Esta tradução foi feita literalmente, deixando portanto, aos leitores a sua devida interpretação. Publicado no jornal “Tribuna Italiana”, de 8/10/66, coletado pelo irmão Luso ARNALDO P. SIMÕES. Traduzido pelo Irmão NILO MARCHETTI. (Colaboração do irmão: Edgar de Miranda Magalhães, Secretario da Loja “Segredo e Amor da Ordem” – Recife).

⁵⁷ Declaração sobre a Maçonaria de 1983 do Cardeal Joseph Ratzinger, em carta aberta ao povo católico. IN: KLOPPENBURG, 1992. Op. Cit., p.254.

Capítulo III

IGREJA CATÓLICA E MAÇONARIA, TEMORES MÚTUOS: UM IDEÁRIO DE MEDO E DE INTOLERÂNCIA.

3.1. A Visão da Maçonaria sobre a Igreja.

Uma visão preliminar do conjunto de artigos da Revista *Archivo Maçônico*, órgão principal de veiculação dos posicionamentos da Maçonaria pernambucana durante a primeira década do século, é suficiente para constatar a enorme quantidade de artigos e seções que tinham como alvo privilegiado de análises as posturas, práticas e ideias divulgadas pelos setores da Igreja Católica local e nacional, nos primeiros anos do século XX.

Críticas às ações de intolerância e perseguição dos grupos de intelectuais católicos em vários espaços, deste periódico, eram vistas, pela imprensa maçônica, como perniciosas.

Encontravam-se em local de destaque, colunas permanentes como *Notas a Margem*, *Á Toa*, *Cartas de prego*, além de outras reportagens que se voltavam para avaliar os procedimentos e ideias defendidas pela Igreja Católica.

Sendo assim, tais artigos formam uma base documental importante e significativa na compreensão de como se dava no campo do discurso, os conflitos vivenciados pela Maçonaria e a Igreja Católica no estado de Pernambuco, na primeira década do século XX. Este enfrentamento pode ser percebido através das discussões, acaloradas, travadas entre o *Archivo Maçônico* de um lado e a *Tribuna Religiosa* de outro.

No sentido de oferecer aos leitores, do presente trabalho, a dimensão de como se construía o enfrentamento entre esses dois polos, selecionamos os artigos que iremos trabalhar como fontes, seguindo de maneira geral três grandes eixos temáticos.

1- O primeiro deles tenta dar conta do sentimento de intolerância da Igreja Católica em relação à Maçonaria e a outros grupos religiosos. Os redatores do *Archivo Maçônico* estavam sempre prontos para defender o respeito à diferença de ideias, de crenças e de partidos políticos;

2- Um segundo conjunto temático, e que não estava fora do campo da intolerância, eram os artigos de defesa dos maçons, nos quais eles reclamavam a construção, de uma visão negativa sobre a Maçonaria, permeada pela ideia da conspiração e demonização dos setores, rituais e práticas maçônicas, veiculadas através da *Tribuna*, órgão de imprensa da Igreja. Nesse conjunto de artigos vislumbram-se as polêmicas que guiaram o relacionamento entre os órgãos de imprensa tanto da Igreja, quanto da Maçonaria;

3- No terceiro grupo temático, encontram-se textos de intelectuais maçons preocupados em construir um conjunto de representações, que na maioria das vezes, passava pela formação de uma visão negativa dos líderes da Igreja Católica, vistos como indivíduos dissimulados, ávidos em angariar recursos financeiros, sendo considerados por alguns autores como verdadeiros parasitas que nada produziam, preocupados única e exclusivamente em sugar dinheiro dos fiéis, utilizando-se de um pretense poder, segundo eles, delegado por Jesus Cristo⁵⁸.

Não obstante essas divisões temáticas, muito dos elementos existentes nos textos selecionados, dialogam entre si, tanto os artigos que retratam atitudes de intolerância como os que constroem uma visão negativa dos maçons e da sua instituição. Dessa forma, em todos eles a intolerância, entendida como atitude de incompreensão em relação ao diferente se faz presente, seja nas suas opções políticas, seja nas ideias e concepções sobre a religião e a relação com o sagrado.

A intolerância foi tema central de um encontro promovido em 1997 pela UNESCO e a Academia Universal das culturas⁵⁹, Elie

⁵⁸ Além dos artigos do *Archivo Maçônico* muito desta visão encontra-se no livro de ARÃO, Manoel. **O claustro**. 2.ed. Recife: Ed. Do organizador, 2005, p.376

⁵⁹ A Academia Universal das Culturas foi criada em 1992 no ano das comemorações dos 500 anos do descobrimento da América, com a finalidade de pensar em termos

Wiesel um dos organizadores do fórum partia de uma séria constatação, de que “a Intolerância não para de crescer em todo o mundo(WIESEL. IN: BARET-DUQCROQ, 2000, p.7) ”. Com base nisso, passados todos esses séculos, várias tentativas foram utilizadas no sentido de implantar no mundo uma sociedade tolerante, utilizando-se para a realização dessa tarefa as discussões filosóficas, morais, educacionais e políticas. É exatamente aliando os esforços na tentativa de palmilhar o terreno das práticas de Intolerância na sua formulação conceitual, histórica e atual, que os autores do livro *A Intolerância* uniram-se.

Por este motivo as reflexões e pesquisas que tentam entender um pouco mais como se formam as atitudes de intolerância em relação aos diferentes, sejam eles, grupos políticos, sociais, étnicos e instituições, constituem-se um ponto importante para rever nossas posições e o que, como indivíduos e cidadãos, é possível realizar para a construção de um mundo e uma sociedade mais comprometida com a defesa dos indivíduos e grupos “não iguais”, defendendo assim, um dos mais importantes direitos da humanidade, o da preservação da diferença nas suas mais diversas perspectivas.

As preocupações com as práticas de intolerância conheceram ao longo do percurso histórico da sociedade ocidental, uma longa jornada, ainda, não concluída. Discutindo um pouco esta questão, através do conceito da tolerância, Voltaire um dos mais influentes pensadores da ilustração, realizou um dos mais primorosos trabalhos de defesa deste princípio. O seu Tratado sobre a Tolerância analisa, sob vários aspectos, a história da humanidade, as formas de os povos se relacionarem com o sentimento de tolerância ou da falta dele. Em muitas passagens do livro, o autor critica as posições de intolerância vividas pela sociedade de sua época, principalmente, em relação aos

éticos o futuro do mundo e sugerindo maneiras de posiciona-se contra a intolerância, a xenofobia, o racismo, o antissemitismo e a discriminação contra qualquer postura e posição. Ela é uma instituição auspiciada pelo presidente da França e conta com a colaboração de intelectuais e cientistas de destaque mundial que de alguma forma luta contra a intolerância e defendem a democracia e o respeito às diferenças.

que não compartilhavam das visões da Maioria. (VOLTAIRE, 2006, p.127).

É exatamente do não respeito ao diferente que a intolerância se origina. Segundo Umberto Eco, num artigo encontrado no livro a Intolerância, este sentimento é quase que natural, biológico, surge do nosso instinto humano de repelir aquilo que não nos agrada. Sob tal aspecto Umberto Eco sinaliza que:

A intolerância está situada aquém de qualquer doutrina. Nesse sentido, a intolerância tem raízes biológicas, manifesta-se entre os animais de territorialidade e baseia-se em reações emocionais superficiais. Não gostamos dos que são diferentes de nós, porque têm uma cor diferente de pele, porque falam uma língua que não entendemos porque comem rã, cachorro, maçado, porco, alho, porque usam tatuagem... (ECO. IN: BARET-DUQCROQ, 2000, p.17).

Na visão do autor, como todo instinto, ela deve ser controlada, o meio utilizado para conter este sentimento, aponta Umberto Eco, é o desenvolvimento de uma educação difusora de princípios tolerantes combatendo toda e qualquer espécie de doutrinas políticas e filosóficas promotoras de atitudes de perseguição e que alimente o que o nosso autor denomina de intolerância selvagem, que seria a dimensão mais difusa e preexistente do nosso interior.

É dentro deste sentimento primitivo e anterior de não respeito à diferença que a perseguição à Maçonaria se funda. Neste aspecto, duas dimensões deste sentimento combinam-se na perseguição aos maçons e a sua instituição: a intolerância selvagem e a institucional, esta última, constituída de forma deliberada e racionalizada pelos setores intelectuais de uma instituição, no caso, a Igreja Católica. Neste sentido, a Igreja Católica lançou mão de vários recursos para construir uma representação em relação ao outro, que justificasse aos seus setores institucionais e seguidores, uma “desculpa” para uma crítica sistemática aos maçons e a Maçonaria.

Através dos artigos do *Archivo Maçônico* podemos compreender melhor como foi formada tais concepções. É importante frisar, também, que através das suas defesas, os setores maçônicos deixavam transparecer nas suas produções impressas, as justificativas de eles merecerem as visões criadas pela Igreja. Para eles, tais representações ocorriam devido ao teor de intolerância e fanatismo dos intelectuais religiosos, utilizando como foco disseminador o seu periódico oficial e pronunciamentos públicos e doutrinários. A partir de tal conjunto documental, do qual já falamos anteriormente, os temas e questões norteadoras dos conflitos entre Maçonaria e Igreja Católica no Estado de Pernambuco, serão expostos dando a dimensão das proporções estabelecidas para analisarmos como se dava o conflito e a intolerância no relacionamento entre os grupos.

No número vinte e um da *Revista Archivo Maçônico*, artigo inaugural da coletânea de textos, iniciados pelo escritor Manoel Arão e intitulado *Notas a Margem*, o foco principal de Arão são as posturas do padre Júlio Maria, na época, um dos grandes intelectuais da Igreja Católica do Brasil, crítico mordaz dos grupos e posturas que não eram tidos como católicos no começo do século XX.

Manoel Arão fez uma análise crítica das concepções de democracia expostas no conjunto de conferências proferidas no Rio de Janeiro, por Júlio Maria. Em tom de ironia Arão compara o padre a um exemplar estranho, detentor de uma retórica vazia e sem conteúdo, o que ocasionava uma estreiteza de vista sobre as coisas da sociedade, fruto da sua educação e forma de pensar clerical, contrária a toda visão de progresso. Mas o alvo principal de Arão era mostrar que por sua formação religiosa, Júlio Maria só poderia ter uma posição contrária à democracia e a toda visão de progresso e desenvolvimento. A atitude do padre, segundo Arão, não surpreendia, uma vez que a tolerância e a democracia, sustentáculos importantes na construção da civilização moderna não combinavam com as posturas de atraso e intolerância

expostas nas suas conferências e nutridas por muito dos setores do catolicismo brasileiro⁶⁰.

A Intolerância religiosa seria alvo, mais uma vez, das críticas de Manoel Arão, respectivamente nos meses de julho e agosto de 1908, na sua coluna mensal, denunciando os acontecimentos que haviam se dado na cidade do Recife entre os meses de junho e julho de 1908. Quando, de forma arbitrária, segundo Arão deu-se a prisão de um sujeito denominado Lucas, líder de um grupo de indivíduos que andavam a praticar, publicamente, uma forma de religiosidade heterodoxa não muito bem aceita pelas forças policiais.

As justificativas da repressão aos seguidores de Lucas residiam na excentricidade das suas concepções religiosas, por representarem um perigo, além de se tratar de um sujeito com as faculdades mentais comprometidas, justificava o chefe de polícia. Todos estes argumentos custaram a Lucas e seus seguidores, a prisão. Segundo Arão, tal atitude representava um ato de violência à liberdade dos indivíduos de externarem e difundirem livremente as suas concepções religiosas⁶¹.

Para comprovar essa tese ele constrói todo um conjunto de contra-argumentos, demonstrando as posturas do respectivo líder religioso, frisando que não estavam em nenhum momento colocando-se de encontro ou prejudicando à ordem pública, pois estavam exercendo livremente o seu direito de manifestar as suas crenças religiosas. No que se refere a não normalidade das suas faculdades mentais, Arão verifica que não se tratava de um conjunto de desequilibrados mentais furiosos e, por esse motivo, não poderiam ser impedidos de praticarem sua religiosidade, por mais extravagante que os ritos pudessem ser considerados pelos seus opositores.

A partir de uma crítica firme e consistente à postura da polícia através deste ato, transgredindo todas as noções de liberdade de uma sociedade democrática, Manoel Arão no seu artigo tomava uma posição de defesa em relação a Lucas e seus discípulos contrapondo-

⁶⁰Arquivo Maçonico. Recife, n.21. Mai. 1908, p.5-6.

⁶¹Arquivo Maçonico. Recife, n. 23, jul. 1908, p.16-19.

se à intolerância deliberada dos setores mais conservadores da sociedade pernambucana, apoiadores das medidas tomadas pela polícia. Finaliza o seu artigo conclamando os maçons a não difundirem e nem reproduzirem sobre o fato uma visão intolerante, chamando-os a defenderem a liberdade de visões, pois a ninguém era facultado o direito ou privilégio de falar sobre o reino dos céus⁶².

No mês de agosto a preocupação de Manoel Arão no seu artigo mensal para o *Archivo Maçonico* foi de realizar uma crítica à *Tribuna Religiosa* e aos seus redatores, que através de um artigo ridicularizaram e apontaram o espiritismo como causador de desequilíbrios mentais e demência entre os seus adeptos. Reprovando esta visão, Arão faz uso em alguns momentos de uma linguagem bastante forte e agressiva reportando-se aos padres que compunham a *Tribuna*, chamando-os de indivíduos com “apoucamento intelectual”, cumprindo bem através dos seus textos, vocifera Arão, o papel de difundir a intolerância e a superstição na sociedade⁶³.

Dando continuidade a suas críticas, o autor estabelecia uma tentativa de comparar os males causados pelo espiritismo em contraponto aos do catolicismo, chegando à conclusão de que através dos seus cultos e da prática do celibato, do enclausuramento, do incentivo à superstição e a devassidão, comprovado a partir dos vários casos públicos de envolvimento de padres com mulheres, concorressem para a dissolução dos bons costumes, causando grande efeito negativo na moral da sociedade. Os malefícios do catolicismo traçado por Manoel Arão não cessavam aí, pois ele ainda ressaltava a alta carga de intolerância ensinada aos seus fiéis, contribuindo largamente para o desenvolvimento de doenças psíquicas. Finalizando suas considerações, Arão aconselhava os redatores da *Tribuna*, que antes de tentar ridicularizar as outras convicções religiosas, olhassem primeiro para o interior da sua própria religião.

⁶² *Archivo Maçonico*. Recife, n. 23, jul. 1908, p.19.

⁶³ *Archivo Maçonico*. Recife, n.24, ago. 1908, pp.26-28.

Realizando mais uma de suas críticas ao material veiculado pela imprensa católica pernambucana, Manoel Arão, redige um artigo discutindo um caso divulgado na Tribuna religiosa, através da carta de um fiel da cidade de Taquaritinga do Norte, elogiando o trabalho do vigário local de proteger a comunidade da ameaça das seitas protestantes. Como de praxe, Arão insurge-se contra esta visão, apontada por ele, como preconceituosa e intolerante por parte da Igreja, ao tratar uma religião como se fosse um mal a ser combatido. Em tom de conselho, Arão observa que se a Igreja pretende continuar a subsistir no século vinte é necessário que ela comece a desenvolver e a exercitar a tolerância para com os outros grupos religiosos. Mais uma vez é possível verificar a postura adotada por Arão de defender os grupos e tendências religiosas vistos no começo do século vinte como perigosos pela Igreja Católica local e nacional. A contribuição de Arão neste artigo é o de criar um ideal de respeito às “novas” tendências religiosas⁶⁴.

Preocupados ainda em combater os atos de intolerância dos setores Católicos em relação à Maçonaria, o número do mês de janeiro de 1910 do *Archivo Maçonico*, num artigo intitulado *exploração soez*, informava o clima de perseguição e de intolerância sofridos pela maçonaria no estado do Piauí. A campanha neste estado, segundo Milton, autor do artigo, tinha sido organizada por representantes da Igreja católica local, tendo à frente o Cônego Lopes o jornal *O Apostolo*.

Milton expõe que tanto o cônego quanto o jornal tinham desferido as mais duras e falsas acusações contra os maçons piauienses. Segundo o redator do artigo, a perseguição tem se dado a figuras de alto valor intelectual da sociedade de Teresina e do Piauí. O recurso utilizado é o da difusão de calúnias e boatos difamatórios aos integrantes da Maçonaria piauiense. Dentre estes boatos, encontra-se o divulgado pelos setores religiosos de que, a maçonaria local juntamente com a polícia, teriam intimidado o bispo a fugir de

⁶⁴ *Archivo Maçonico*. Recife, n.28.dez. 1908, p.5-8.

Teresina. Milton finalizava o seu texto reconhecendo a postura dos maçons locais em enfrentarem a situação com serenidade, o que valia os parabéns e a solidariedade de toda a maçonaria⁶⁵.

Como é possível observar, a temática da intolerância é recorrente em vários artigos do *Arquivo Maçônico*, acima comentados. Nos textos de Manoel Arão esta questão é um ponto importante de crítica, pois na sua visão fica bem sinalizado, que o princípio do respeito às crenças é algo sagrado. Ao mesmo tempo em que se encarrega de defender as outras religiões da intolerância institucional da Igreja Católica, ele propõem em certos momentos uma visão negativa do catolicismo e dos representantes da sua hierarquia, baseado numa ideia onde os religiosos católicos, apesar de toda a crença que estão difundindo a “verdade” nos seus ensinamentos e nas suas posições, não passavam de sujeitos intolerantes, fanáticos e com um baixo nível intelectual, pois suas explicações não apresentavam uma análise racional da realidade, mas baseavam-se nas superstições.

Não fugindo ao tom de polêmica que caracterizou as relações entre os maçons e a hierarquia católica pernambucana, coligimos um conjunto de artigos onde esta polêmica intensifica-se entre os dois setores, usando como meios de discussão o seu periódico impresso. O assunto que perpassa todos os textos de uma forma ou de outra é o da acusação, por parte dos maçons, de artigos escritos pelos redatores da Tribuna, retratando a Maçonaria dentro de um conjunto de imagens negativas, na sua maioria mentirosa, nas palavras dos integrantes do corpo jornalístico do Arquivo, pois as características pintadas nas páginas da Tribuna não condiziam com a realidade do que era a instituição e as suas principais características. O recorte temporal onde este conjunto de polêmicas é mais intenso corresponde ao período compreendido entre novembro de 1908 a agosto de 1910.

A escolha de tal espaço cronológico, justifica-se pelo fato de ser um período onde os artigos escritos pelos redatores do Arquivo assumiam um sentido maior de polêmica, dirigido mais claramente

⁶⁵ Arquivo Maçônico. Recife, n.41, jan.1909, p.13-14.

aos responsáveis pela organização da Tribuna. Esse recorte não pretende limitar a esses anos o auge da polêmica entre Maçonaria e Igreja, pois artigos escritos por setores religiosos disseminando uma visão negativa da Maçonaria são encontrados em outros números do periódico maçônico. Tal escolha, orientou-se pelo grau de periodicidade dos textos, uma vez que durante os anos de 1908 a 1910, quase mensalmente, o corpo editorial do *Archivo Maçônico* reclamava de artigos provenientes dos setores católicos, que construía para os articulistas da publicação maçônica, uma visão negativa e deturpada dos seus objetivos e filosofia.

O número vinte e sete do *Archivo Maçônico* correspondente ao mês de novembro de 1908, na coluna intitulada *Notas a Margem*, o autor avaliava o processo de difusão por parte do periódico católico, de notícias amparadas numa concepção de que a maçonaria era uma organização que liderava administrações políticas, criando blocos de poder e formando leis, argumentando que tal instituição encontrava-se em vários espaços sociopolíticos, e nutria uma preocupação central, que seria a de forjar situações desestabilizadoras nas quais tirava o máximo de proveito possível.

Após, discutir tal impressão veiculada no órgão de imprensa católica local, o autor das *Notas a Margem*, numa posição de desconstrução das abordagens realizadas, desconsiderava as notícias divulgadas pelo semanário católico, observando que isso não passava de um “velho” truque utilizado pelos religiosos de tendência jesuítica sempre preocupados em construir informações, onde os maçons eram atores principais das confabulações contra os poderes constituídos. A divulgação por parte da Igreja de argumentos com conteúdo de que a maçonaria tinha por finalidade destruir crenças e influenciar atitudes revolucionárias nos seus adeptos é ampla. Feita esta primeira reflexão, Manoel Arão questionava alguns pontos expostos pelo jornal católico,

referentes a questões da maçonaria ser uma sociedade estritamente política e contrária à religião⁶⁶.

Sob tais aspectos, ele concluía o seguinte: a Maçonaria tinha sim uma postura política, mas ela não estava preocupada com a dimensão conspiratória ou sectária. A política para os maçons não era entendida assim, mas no seu sentido mais puro, o do desenvolvimento das ideias e da sociedade. Ainda, sob a visão maçônica em relação à religião, Manoel Arão assevera que ela não estava preocupada em tramar contra esta ou aquela forma de religião, pois sua ideia de religião era ampla, tanto assim, que vários dos seus membros eram católicos e não viam nisto qualquer tipo de incompatibilidade.

O assunto foi novamente retomado por Manoel Arão no número trinta do mês de fevereiro de 1909, neste artigo o autor combate a divulgação da ideia de ser a maçonaria uma instituição contrária à religião, detalhando ainda mais o seu ponto de vista, observa que quando seus opositores dizem que a Maçonaria era contrária à religião, estava subentendida a referência expressa à Igreja Católica.

No intuito de desmentir tal assertiva, Arão mostra as posições da maçonaria em relação a assuntos religiosos, e o seu papel na defesa da liberdade de pensamento e de religião, além de ressaltar a participação de muitos dos seus membros no catolicismo. Tais pontos, na sua visão, eram importantes para eliminar qualquer ideia de uma maçonaria contrária à Igreja Católica. Prosseguindo nas suas análises, Arão vê nas posturas da Igreja um viés degenerativo, justificando esta explicação em concepções naturalistas. O catolicismo, na sua análise, era degenerado porque cultivava valores, segundo o autor, hipócritas ao invés de incentivar a pureza de sentimentos. A partir de todo o arsenal argumentativo exposto por Arão ele finaliza o seu artigo expressando não esperar do catolicismo outra postura que não seja a

⁶⁶ ARÃO, Manoel. Notas a Margem. Archivo Maçonico. Recife, n.27, nov. 1908, p.5-7.

da perseguição e da intolerância aos indivíduos não solidários à mesma visão religiosa⁶⁷.

O espírito de debate que caracteriza os textos de Manoel Arão encontrava, ainda, no mesmo número do *Archivo Maçônico*, um espaço de exposição. Arão redigia um artigo reposta às críticas feitas, pela *Tribuna*, às suas posturas intelectuais. Ele acusava o jornal católico de não ser fiel e nem orientar seus argumentos dentro de um bom nível intelectual, ironizava dizendo que quando os redatores do jornal desejassem, estaria preparado para realizar um debate digno de verdade, não aqueles promovidos nas suas colunas, principalmente contra ele.

Arão ponderava que dentre os redatores do semanário católico não existia um só apto, do ponto de vista intelectual, a exercer qualquer tipo de análise sobre o seu pensamento, pelo motivo de as concepções defendidas na *Tribuna* sustentarem-se no preconceito e na intolerância a qualquer tipo de exercício ao livre-pensamento e análises críticas. Manoel Arão finaliza o seu artigo mandando uma mensagem clara aos redatores da *Tribuna Religiosa*, de que quando se referirem a ele escrevessem o seu nome completo sem precisar fazer abreviações.

Ficou bem expresso, no parágrafo acima, a atitude de resposta assumida por Manoel Arão a um artigo veiculado pelo periódico oficial da Diocese de Olinda e Recife. Servindo para ilustrar o nível de discussão entre os setores da Igreja Católica local, quando possível sempre realizando críticas sistemáticas a figuras representantes dos setores maçônicos de Pernambuco. Nestas polêmicas Manoel Arão quase sempre era alvo de críticas nos discursos da Igreja, tornando-se uma figura recorrente nos textos do jornal católico por suas posições a respeito de concepções filosóficas, políticas e, principalmente, religiosas.

Seguindo o mesmo espírito de polêmica inerente aos artigos de Arão, Olívio Câmara, nutrido por um sentimento de revolta às notícias

⁶⁷*Archivo Maçônico*. Recife, n.30, fev. 1909, p.6-9.

veiculadas na Tribuna Religiosa ao falar da Maçonaria, definida como “a condenada seita de Lúcifer”. Responde a essa sentença utilizando-se de uma frase proferida por Tobias Barreto, numa das suas polêmicas com os padres do Maranhão. Tobias havia-os mandado silenciar no calor da discussão pelo fato de eles não entenderem nada do que estava sendo discutido. No mesmo espírito de Tobias Barreto, Olívio Câmara mostra que ao dizerem tantas coisas negativas em relação à Maçonaria, os redatores da Tribuna estavam reproduzindo a posição dos padres maranhenses criticados por Tobias Barreto, pois falavam tantas impropriedades sem entenderem a essência, os objetivos e finalidades daquela instituição⁶⁸. (CAMARA, mar. 1911, p. 8-11).

Olívio Câmara com ar de indignação reproduziu partes de uma pastoral do bispo do Piauí contra a Maçonaria local, onde muitas injúrias, na visão do autor, foram desferidas contra a Maçonaria. Nesse documento pastoral são ressaltados, em várias das suas passagens os laços existentes entre o demônio e a Maçonaria. Apoiado nas concepções de Manoel Arão sobre a Maçonaria, Olívio Câmara rebate todas as associações estabelecidas pela Tribuna em relação à Maçonaria, desconstruindo o caráter demoníaco e de uma entidade conspiradora do ponto de vista político, pintado pelo jornal católico. Traçando uma visão positiva da Maçonaria, mostrava-a como uma entidade com uma visão aberta à transcendência e preocupada com o respeito às crenças religiosas. Câmara finalizou o seu texto observando que uma sociedade amparada por tais princípios não poderia ser orientada pelo demônio, retribuindo a inspiração demoníaca aos redatores da Tribuna.

Na seção *A Toa* assinada por Lucullo⁶⁹, ao referir-se a um dos articulistas da Tribuna, responsáveis por uma coluna, nomeia-o de “*o esquelético sacristã que rabisca o ensebado canhenho*”. Realizada esta apresentação do redator do citado artigo, Lucullo sai em defesa de

⁶⁸ Archivo Maçonico. Recife, n.31, mar. 1909, p.8-11.

⁶⁹ Era o pseudônimo de um dos redatores do *Archivo Maçonico* que não conseguimos desvendar sua verdadeira identidade.

Olívio Câmara, por conta do seu texto intitulado uma *liçãozinha gratuita* ter avaliado o português sofrível do semanário católico ensinando-os a utilização do pronome obliquo lhe.

Segundo o nosso autor, o tom empregado pelo “*ensebado canhenho*” ao reportar-se a Olívio Câmara lançava mão dos qualitativos mais torpes próprios da “*clerilha olindense*”, sinaliza Lucullo. O autor observa tais posturas afetando a integridade de Olívio Câmara, um sujeito exemplar e profundo conhecedor da língua e literatura portuguesa. O redator do A Toa conclui o seu artigo orientando os redatores da Tribuna que ao invés de se reportarem a Olívio Câmara com toda essa voracidade deveriam dedicar a sua pena

A exprobação desses vigários que em vez de darem bom-conselho ás suas parochianas, atiram-se á prostituição, a esses outros que recheiam o bojudo mealheiro com o produto da venda das tribunas da respectiva matriz e ainda a esses frades que matam os paes daquelas que marcaram para presa de seus instinctos bestiais⁷⁰.

A acusação de perseguição aos redatores do Archivo, feita pelos organizadores do semanário da diocese de Olinda e Recife, através dos seus artigos, encontra nas páginas da revista maçônica mais uma vez, espaço de destaque. Manoel Arão ocupou-se de mostrar a noção exata deste empreendimento. O meio utilizado pelos redatores da Tribuna, nas palavras de Arão, foi à publicação de matérias jornalísticas avaliando as suas ideias, vistas pela folha católica como anticatólica.

Num dos artigos, a Tribuna colocava Manoel Arão como abjurador dos princípios católicos, neste tocante, o autor defendia-se dizendo, jamais ter professado ou seguido o catolicismo. Outro ponto avaliado por ele, devia-se ao conjunto de artigos contrários as suas ideias, por conta de uma conferência por ele proferida intitulada “fé e

⁷⁰Archivo Maçonico. Recife, n.37, set. 1909, p.22.

razão”. Criticado pelos religiosos da Tribuna, mesmo sem esses, segundo Arão, saberem do que tratava o conteúdo da conferência⁷¹.

Colocando-se como um católico vigilante atento aos erros cometidos pela Igreja e usando uma retórica onde a tônica empregada nas colunas era de um aconselhamento, o *Archivo Maçônico* publicou a seção, *Cartas de Prego*, na maior parte dos seus números ocupava-se na análise dos conflitos e refregas entre a Maçonaria e a Igreja Católica local, dando-nos mais um exemplo de como as relações, entre esses dois espaços, se construíam. Deixando transparecer, nos seus artigos, certa imparcialidade, José da hora, sempre ao final dos seus textos tratava de realizar um comentário incisivo à Tribuna Religiosa, aos seus integrantes ou figuras importantes da hierarquia católica de Pernambuco, sejam eles os padres ou até mesmo, o próprio Bispo que à época era D. Luiz Brito.

No mês de julho do ano de 1910, José da Hora reclamava na sua seção mensal da falta de compreensão de que era alvo, empreendida pelo bispo Dom Luiz, monsenhor Marcolino e o gerente da Tribuna, devido as suas cartas de Prego. A justificativa utilizada pelos representantes da Tribuna era a de que seus artigos estavam recheados de heresias.

Insatisfeito com tal perseguição, José da Hora inicia suas avaliações, logo de início mostrando a sua preferência em ser impopular e de fazer companhia aos padres da Tribuna, com o seu objetivo de mostrar os princípios da boa religião e ensinar aos redatores da Tribuna a escreverem um bom jornal. Sob tal aspecto, José da hora considera até a possibilidade de, mesmo dizendo várias heresias no *Archivo Maçônico*, tanto Nilo Câmara quanto Manoel Arão pudesse ser colaboradores da Tribuna. O que garantiria a melhoria na qualidade narrativa do jornal católico⁷².

Continuando ainda a suas considerações, o autor das cartas de prego propõe que ao invés de continuarem com as suas disputas,

⁷¹ *Archivo Maçônico*. Recife, n.41, jan. 1910, p.10-12.

⁷² *Archivo Maçônico*. Recife, n.46, jun. 1910, p.4-7.

deveriam ser estabelecidas uma aliança entre Maçonaria e Igreja, isso para os católicos maçons seria um regalo. Apesar das críticas a esta espécie de católico, feitas pelo bispo D. Luiz, na sua última visita pastoral pelo interior do Estado, nas cidades de Palmares e Catende. As comitivas que o receberam estavam compostas por maçons. Nas palavras do autor, as figuras mais decentes de tais cidades eram maçons católicos. O fim de tal conflito, segundo José da Hora, colocaria a Tribuna e os seus organizadores no caminho da boa religião, por eles tão defendidas.

Como podemos perceber a coluna cartas de Prego conta com um olhar irônico nas suas avaliações, a lógica dos artigos era o de servir como um espaço de aconselhamento, para as lideranças católicas, principalmente no que dizia respeito, a posturas que incentivassem uma posição mais tolerante, segundo muitos dos seus colaboradores, elemento essencial para vivência real da religião.

Os conselhos do ponto de vista da estrutura argumentativa, transpõem as questões de estilo de escrita, passando para uma revisão das concepções morais, filosóficas e dogmáticas dos representantes do catolicismo pernambucano. Esta coluna assumia, na verdade, uma postura de irreverência dos redatores do Archivo, com o propósito de ridicularizar figuras importantes do clero local. Em vários outros números podemos acompanhar a análise de figuras de destaque do clero local. Além do próprio bispo Dom Luiz, lideranças como: o Padre Augusto Silva, Padre Hermeto, Monsenhor Marcolino, são supostamente aconselhados e repreendidos por José da Hora.

Esta posição de embate caracterizará, no campo da imprensa católica – maçônica, enfrentamentos recorrentes, visões carregadas de estigmatização lançadas sob os maçons são veiculadas, um destes exemplos foi um artigo, veiculado no Archivo Maçônico, que se encontrava num jornal da Igreja Católica, onde formula-se a proposição de que, segundo as escrituras sagradas, a besta do apocalipse, seria a Maçonaria. Um dos redatores do Archivo numa postura de questionamento interroga o jornal católico para demonstrar quais seriam que validariam tal afirmação, o autor do Archivo atribui

à ignorância dos articulistas do jornal, a divulgação de uma sentença absurda como esta. O artigo resposta do *Archivo* ocupou-se, em construir uma postura analítica que se contrapusesse ao texto veiculado pela *Tribuna*, associando a Maçonaria à besta do apocalipse⁷³.

Com o objetivo de contrapor-se aos argumentos expostos no artigo da folha católica, o texto do *Archivo Maçônico*, referia-se ao estudo realizado por Isaac Newton que demonstrava que na verdade a mulher retratada como estando montada na besta na passagem do apocalipse explorada pelo periódico católico, na verdade não se tratava da Maçonaria, mas seria a representação da cidade de Roma. Ainda, citando o estudo do eminente físico, os autores do artigo, apresentavam que Newton concluía que através de uma análise criteriosa dos sinais estabelecidos nas santas Escrituras e dos cálculos em Hebraico, Grego e Latim dos caracteres da palavra Roma, chegava-se ao número 666. De posse deste resultado, o autor do artigo da *Tribuna* lançava a seguinte Questão: que romana não era a Maçonaria, mas a Igreja. Dessa forma, quem seria a besta? Com tal questionamento o artigo era encerrado.

Como foi possível acompanhar nas páginas anteriores, o nível de disputa intelectual entre os segmentos maçons e os católicos eram intensos, pautados muitas vezes por uma desqualificação não apenas intelectual, mas também pessoal. Tal ambiente que podemos observar, através dos artigos por ora analisados se constituíam em espaços privilegiados para que pudéssemos compreender como se estabelecia tal enfrentamento e quais os temas que surgiam nestes debates públicos, muitas vezes orientados para a construção de estereótipos por parte de ambos os lados.

Os espaços do *Archivo Maçônico*, no que diz respeito à avaliação crítica do pensamento veiculado pela *Tribuna Religiosa*, Usando os pseudônimos de níquel e dobrão o(s) autor(es) do texto *trocós miúdos* do *Archivo Maçônico*, de agosto do mesmo ano,

⁷³ *Archivo Maçônico*. Recife, n.43, abr. 1910, p.24-25.

voltam-se em vários momentos contra a Tribuna. A primeira crítica feita pelos autores dirigia-se ao novo redator do jornal católico que havia substituído Guedes, segundo níquel e dobrão, Lúcio, o novo jornalista da Tribuna teria escrito um artigo sobre a boa imprensa, discutindo ao mesmo tempo e num único texto noções de didática, moral e sociologia. Os autores dos *trocós miúdos*, com certo desdém, ridicularizam tal tentativa, achando não ser possível num único texto um autor demonstrar tantas facetas. Mais adiante, o alvo de ridicularizações é o bispo de Olinda, por conta de um anúncio publicitário onde um cirurgião dentista dizia-se clínico particular do bispo, níquel e dobrão questionavam em tom de deboche se o Arcebispo ainda teria dentes⁷⁴.

A partir do conjunto de artigos acima discutidos, pudemos observar as principais formas como os maçons defendiam-se em relação às polêmicas que tomavam conta das relações entre estes grupos e os ligados à Igreja Católica. Nos vários exemplos, os porta-vozes da maçonaria demonstravam o nível das divulgações negativas realizadas pela Igreja. Ao mesmo tempo, não deixavam de, ao dar suas respostas e defenderem-se construírem uma visão do catolicismo e dos seus representantes mais graduados, dentro de uma concepção não muito positiva. O conjunto documental abaixo nos mostrará bem a dimensão alcançada por estes aspectos negativos, salientados por maçons em relação à instituição e aos representantes do catolicismo pernambucano.

O Archivo Maçônico de junho do ano de 1909 prende a atenção do leitor com a reprodução de um caso de relacionamento ilícito entre um padre e uma senhora casada. O primeiro dos textos a fazerem referência ao caso foi a coluna Cartas de Prego, redigida por José da Hora. Através de uma carta endereçada ao Padre Giovanni, José da Hora descrevia o cenário que se deu tal acontecimento, deixando expresso em alguns pontos do artigo que a prática da sedução de fiéis

⁷⁴ Archivo Maçônico. Recife, n.48. Ago. 1910, p.26-27.

não era novidade no seio da Igreja Católica, sendo mais um caso dentre tantos, ocorridos com os representantes do Papa.

Retomando o mesmo caso, Manoel Arão observa que o fato acontecido devia-se à manutenção e defesa por parte da Igreja Católica do confessional, visto pelo autor tanto no aspecto doutrinário quanto moral como algo escandaloso, pois permitia a promiscuidade através do segredo da confissão, abrindo espaço para se executarem as coisas mais indecorosas, como por exemplo, a ocorrida no Hospital Pedro II tendo como protagonista principal o Padre Giovani e uma senhora casada com quem ele se relacionava⁷⁵.

À medida que avançamos na leitura do artigo, Manoel desqualifica o confessional, mostrando o seu surgimento histórico e qualificando-o como uma arma perigosa, pois possibilitava à Igreja está sempre a par dos passos de seus fiéis e respectivas famílias, principalmente, dos segredos mais íntimos. A confissão abria, ainda, margem para desenvolver-se uma relação de promiscuidade entre mulheres e homens, aproveitada pelos religiosos para relacionarem-se das formas mais vis com suas fiéis, a exemplo deste caso. O autor via a confissão como algo perigoso, pois na sua concepção, as mulheres não deviam revelar os seus pensamentos mais íntimos, isto abria espaço para os padres e religiosos aproveitarem-se delas. Manoel Arão finaliza o seu artigo aconselhando aos pais de famílias e maridos não permitirem as suas esposas e filhas a prática da confissão, pelo motivo de poderem tornar-se vítimas de casos semelhantes ao ocorrido no Hospital Pedro II, atentando contra a moral das famílias.

A Tribuna Religiosa órgão oficial da Igreja Católica, segundo as informações do autor do artigo *A Tribuna e o padre Giovani*, encontrado nas páginas do Archivo Maçonico, teve como postura defender e eximir o padre Giovanni dos acontecimentos. Invocando o preceito de que, aqueles que nunca houvessem pecado, atirassem a primeira pedra. A respeito dessa postura, o artigo do Archivo qualificava os padres da Tribuna dos mais fortes adjetivos, chamando-

⁷⁵ Archivo Maçonico. Recife, n.34, jun. 1909, p.8-12.

os de canalhas e salteadores da honra alheia, entre outras coisas. O texto finalizava com as considerações do autor, de que um acontecimento como este, envolvendo um dos representantes do catolicismo pernambucano desvendava a verdadeira face dos padres, sempre influenciada por uma moral jesuítica e corrupta.

A visão negativa da confissão, ainda, é esboçada por um artigo intitulado *A Confissão*, onde o autor do artigo retomando a questão dos perigos do confessionário fazia uma defesa contrária a este instrumento do catolicismo. Em certa altura do artigo, o autor, chega a considerar tal ato como absurdo, atentando contra os próprios ensinamentos de Jesus. Para endossar isto com mais propriedade, o autor do texto retirava de partes da Bíblia passagens desaprovando a confissão da forma estabelecida pela Igreja Católica, o autor embasado na Bíblia, assim aconselhava a realizar o ato de confissão em silêncio tendo como único confessor a sua própria consciência, não um homem pecador como qualquer outro.

Além disso, a confissão era, para o jornalista do *Archivo*, uma forma atroz ao revelar aos outros as suas mais recônditas paixões e pensamentos, a ninguém devia ser imposto tal ato, principalmente, para as mulheres que na maioria das vezes eram corrompidas e interrogadas com questões a que a sua inocência e pureza não admitiam. O redator do artigo conclui conclamando os padres a queimarem os confessionários e acabarem com uma prática tão grave como esta⁷⁶.

O caso padre Giovani assumia, para a imprensa maçônica do começo do século, um papel importante na sua luta contra as perseguições do catolicismo, ao mostrar os padres como indivíduos comuns e sujeitos a todos os tipos de prova. Essa questão quebrava um pouco da áurea “santa” que a Igreja tentava imprimir nas suas práticas, colocando-se como a única e exclusiva representante da cosmogonia cristã. Ao mesmo tempo, estes textos disseminam uma visão estereotipada do religioso, não deixando de utilizar-se dos

⁷⁶ *Archivo Maçonico*. Recife, n.60, jan. 1912, p.11-12.

mesmos processos de construção de uma visão negativa do outro, neste caso os executores da construção eram os setores maçônicos. Os padres eram vistos como indivíduos matreiros e corruptos, utilizando um discurso dissimulado falavam da promiscuidade, fornicação e outros pecados reprováveis, mas não conseguiam manterem-se isolados e acima dos erros humanos, como tentavam se auto-representar.

Dentro do mesmo exemplo do caso do padre Giovani, José da Hora denuncia as relações sexuais entre um padre e uma fiel, ocorrido na Paraíba. A carta é endereçada ao padre Misael de Carvalho, acusado pelo Jornal, O Norte, de ter sido pego violando uma fiel na sacristia, antes da missa. Segundo as informações do jornal, o padre fugiu às pressas da Igreja da Penha. Utilizando um tom de sátira, José da Hora observa que como qualquer homem, o padre poderia está suscetível a esta fraqueza, mesmo alguns percebendo o acontecido como uma tentativa de satanás que se apossou do corpo da moça colocando-se a tentar o padre⁷⁷.

Seguindo as características das cartas de prego anteriores, o autor coloca-se como um conselheiro dos deslizes cometidos pelos religiosos da Igreja. José da Hora apontava a Tribuna como sempre preocupada em desmentir qualquer tipo de escândalo envolvendo padres ou outros representantes da Igreja. Retornando a questão da inspiração demoníaca sob o caso, José da Hora com tom de ironia coloca no erro cometido pelo padre, nada mais, do que uma tentativa de satanás ludibriar um servo de Deus “tão puro”. Ao fim do texto o autor implora para rezarmos e que casos como estes de moças inspiradas pelo demônio parem de tentar a pureza dos padres.

Outra forma bastante comum que os setores ligados à maçonaria costumavam utilizar era descrever os religiosos, criando tipos muito interessantes, como o do padre ganancioso sempre preocupado em captar mais recursos para as suas obras, engordando cada vez mais os cofres da Igreja Católica. Na tentativa de realizar

⁷⁷ Archivo Maçonico. Recife, n.41, jan. 1910, p.21-23.

esta tarefa, os religiosos católicos, segundo as representações dos grupos da imprensa maçônica, ligados ao *Archivo Maçonico*, esforçavam-se em pintar com cores mais fortes a índole dos padres, bispos e altas dignidades da hierarquia Católica.

Retratando os religiosos católicos de Pernambuco como figuras dissimuladas, preocupadas antes de tudo com a manutenção do seu status e privilégios financeiros, José da Hora no seu artigo mensal, endereçou a sua carta de março de 1910 ao bispo de Olinda D. Luiz, dizendo que vinha protestar por algumas confusões ocorridas noutros estados, a exemplo das ações tomadas na Bahia e no Piauí contra os maçons no sentido de excluí-los das irmandades e de outros espaços das Igrejas.

A utilização do exemplo destes estados, José da hora reproduz o caso ocorrido em Teresina onde um senhor que era maçom, morreu e por pouco não foi impedida a entrada do seu caixão na Igreja, pelo fato dos irmãos das lojas terem enviado coroas de flores para ornar a sua urna funerária. Com uma visão de admiração o autor observava em Pernambuco, a existência de uma certa indulgência do bispo, em fazer valer ordens mais duras contra os maçons, como já fora decretadas na Bahia e no Piauí. Tais resoluções, só podiam ser tomadas pelo bispo, pondera José da Hora, se não trouxe nenhuma perda aos lucros das obras da Igreja, por isso antes de tomar qualquer atitude o bispo deveria pesar muito bem estes fatores⁷⁸.

Nos números de junho de 1910 e nas *Cartas de Prego* de Janeiro de 1911, o assunto da preocupação dos padres em buscarem recursos para levarem uma boa vida, é retomado. No primeiro texto, igualando os beneditinos aos jesuítas, figuras vistas dentro do ideário político ocidental como sujeitos dissimulados e preocupados em exercerem um forte domínio no mundo, o autor denuncia a tentativa dos beneditinos em tirarem proveitos de uma obra planejada pelo governo de Nilo Peçanha, utilizando o argumento de que os terrenos por onde a obra seria construída pertenciam a Ordem Beneditina,

⁷⁸ *Archivo Maçonico*. Recife, n.43, mar. 1910, p.13-15.

exigindo em troca da liberação dos terrenos uma quantia em dinheiro. Porém, o governo não se dispôs a aceitar a proposta dos religiosos o que foi louvado pelo redator do artigo, visto como um ato patriótico, acentuando que já não bastavam as benesses dadas a estas ordens religiosas, no nosso país, muitas vezes, de forma inconstitucional. Para o autor do artigo, as ordens religiosas teriam mostrado sua verdadeira face. Na sua visão, o governo republicano deveria tomar aqui a mesma atitude do governo francês, a de expulsar os grupos religiosos⁷⁹.

Na sua carta dirigida ao monsenhor Alberto Pequeno da cidade de Garanhuns, no agreste do Estado, José da Hora começava o seu artigo tratando o monsenhor de maneira amigável, chamando-o de correligionário na fé e colega de imprensa. Mais adiante o autor reprovava o ato do padre de Garanhuns ter negado batismo a uma criança, pelo fato do padrinho ser maçom, mas o detalhe que chamou a sua atenção foi o de não ter devolvido a taxa de batismo. Além do mais, segundo José da Hora, o valor cobrado pelo batismo estava superior ao tabelado. Com seu discurso calmo que em alguns momentos combina-se com ironia, o autor das *Cartas de Prego* aconselhava o Monsenhor a se arrepender da sua posição. José da Hora construindo a visão de como a alma da criança sem batismo ficaria ao ser enviada para o limbo e a do monsenhor poderia ir ao purgatório, onde as alminhas, entre elas a dos maçons já transformados em diabinhos, atentariam à do padre. Mais uma vez, as características do conselho e da ironia encontram-se presentes nos artigos de José da Hora, além desses elementos, a atitude de conselheiro piedoso e bom católico sempre em observância com relação à Igreja Católica, fazia parte das análises de Jose da Hora⁸⁰.

Intitulado *monologo de um sacristão*, um artigo do Archivo Maçonico retrata, com bom humor, as desventuras e sofrimentos passados pelo auxiliar do padre. No monólogo de um sacristão o autor

⁷⁹ Archivo Maçonico. Recife, n.46, jun. 1910, p.2-4.

⁸⁰ Archivo Maçonico. Recife, n.53, jan. 1911, p.9-12.

do texto reproduz a vida de um sacristão a serviço de um padre, que mesmo com todo o trabalho executado, por ele, é responsabilizado pelos lucros minguados auferidos pela Igreja que estavam sob a sua responsabilidade. O sacristão relatava que o padre por conta da redução das doações ficou enraivecido e prometeu-lhe até o inferno culpando-o de não ter executado as suas funções satisfatoriamente. Encontrando-se na solidão do seu quarto, o sacristão refletia as posturas do padre, observando que enquanto ele fica numa situação difícil, ganhando pouco dinheiro, se alimentado mal e não podendo dar-se ao luxo de fazer certas coisas, como por exemplo, fumar um bom charuto, o padre vivia tranquilamente no conforto, usufruindo do dinheiro coletado pelo sacristão e das doações que a Igreja recebia⁸¹.

No seu romance *O Claustro*, Manoel Arão formula, como nos textos já analisados, uma concepção negativa dos religiosos católicos. A História contada por Arão é a de Cláudia, moça da classe média da cidade do Recife, que pertencia a uma família fortemente católica, e que se encontrava em má situação financeira pelo motivo de todos os seus rendimentos, terem sido dilapidados pelos religiosos, através de doações. Uma questão afligia Cláudia, a sua visão heterodoxa do que simbolizava a religião e a sua relação com a transcendência, condenada pelos personagens ligados diretamente a Igreja como, por exemplo, Frei Gaudêncio, confessor particular da família e pela sua tia com quem morava, uma mulher religiosa, ao extremo, e que não via fora do catolicismo, outra religião verdadeira.

A figura dos padres nesta obra, especialmente, é construída dentro de um modelo onde a negatividade fica evidente. Na sua maioria, eram indivíduos dissimulados, avarentos e perspicazes, preocupados em nutrir o fanatismo e a intolerância nos fiéis. No romance, a representação deste tipo é configurada no Frei Gaudêncio, uma das figuras mais pavorosas do romance. Arão reproduzindo um dos encontros de Cláudia com o seu confessor descrevia-o assim:

⁸¹ Archivo Maçonico. Recife, n.76, dez. 1912, p.5-6.

Então ergueu os olhos. Só agora percebia, na fisionomia e nas mãos do frade, alguma coisa que contrastava com a mansuetude da frase que o simples cacoete aguçava. As unhas recurvas, os olhos atentos e o nariz adunco que o uso do rapé deformara, davam a vaga idéia da ave de rapina, no ato de baixar vôo sobre a presa. (ARÃO, 2005, p.36).

No desenrolar do enredo do romance *Frei Gaudêncio* seria uma das figuras mais importantes no sentido de fomentar a entrada de Cláudia para o convento, preocupado com os rendimentos financeiros que isto poderia provocar para a sua ordem. No convento da Boa Vista, Cláudia conheceria de perto as vicissitudes da vida religiosa a desfaçatez e a inveja, de algumas das religiosas ao se relacionarem com ela, ou mesmo entre si.

Muitas das personagens descritas viam Cláudia devido as suas concepções religiosas, como uma herege, ao ponto de planejarem contra ela toda sorte de coisas. Contando com a participação dos frades e freiras do convento da Boa Vista, como uma forma de repreenderem-na mais duramente, cogitam a violação da sua virgindade, utilizando-se para a efetivação do plano o uso de um narcótico que a deixa desacordada e a conivência de Frei Giacomo, um confessor destacado pela irmã superiora, para cuidar especificamente de Cláudia.

A armadilha a que Cláudia foi vítima, forjada pelas religiosas do convento não simpáticas às posições dela, inseria-se na articulação de um plano, servindo como uma espécie de vingança das religiosas por conta das posições tomadas por Cláudia, ao longo do seu período de enclausuramento. O ambiente descrito pelo autor é de um espaço promíscuo onde, os indivíduos levados por uma fé fanática e falsa, tramavam das formas mais sórdidas contra os que não aderiam à visão oficial do catolicismo, este foi o erro de Cláudia, observa Arão.

Esta é uma obra do seu tempo marcada por uma profunda veia anticlerical, utilizando-se de explicações naturalistas, filosóficas e científicas, nos dá a visão das posições dos setores intelectuais e maçônicos que se contrapunham ao fanatismo e à moral pregada pela

Igreja Católica neste começo de século XX. Manoel Arão continuava a ser no seu romance, *O Claustro*, o mesmo crítico feroz à intolerância da fé Católica e ao modo de vida fingido dos seus representantes, que se colocavam como “seres humanos” acima do bem e do mal, quando, na verdade, eram como todos os seres humanos e, enquanto tais, falíveis. É exatamente por esta dimensão que Manoel Arão e os outros intelectuais maçons, não paravam de mostrar através dos escândalos e atos de intolerância e perseguição, o caráter falível dos padres, frades, freiras e bispos.

Mas ao mesmo tempo em que se guiava por estes intuitos, os jornalistas e intelectuais maçons não deixavam de, através dos seus escritos, contribuir para a formação de um ideário negativo em relação aos religiosos ressaltando características como intolerância, fanatismo, promiscuidade, dissimulação, ganância, preocupados única e exclusivamente com as suas vidas, não exercitando a essência dos ensinamentos cristãos. De forma geral, o modelo dos religiosos católicos desenhado pelos intelectuais maçons estava dentro destes parâmetros, e não deixavam de influenciar alguns setores da sociedade e alimentar os conflitos entre setores da Maçonaria e da Igreja Católica.

3.2. “A BESTA ANTICLERICAL A SOLTA”: Igreja Católica, os intelectuais e conflitos com a Maçonaria.

“Enquanto o governo maçônico da França apertar com braços de ferro a religião Católica, perseguindo de modo insólito os seus bispos, os seus sacerdotes e as suas congregações religiosas, roubando-lhes as propriedades e expulsando do território francês milhares de cidadãos franceses, pelo simples fato de serem católicos, novos horizontes se descortinam ante a cruz de Cristo e o facho luminoso do catolicismo vai entrelaçar suas refulgências com os reverberantes raios do sol nascente”⁸².

⁸² A Tribuna, Ano I, n.º. 20, 15 de jun. 1907, s/p.

A citação acima, retirada do jornal católico *A Tribuna* publicada em 1906, reproduzia um alerta ao Brasil, procurando construir um clima de perseguição à Igreja na França, fruto, segundo o referido jornal, da influência da maçonaria. A reprodução desta reportagem pela Tribuna religiosa tinha a finalidade de, através de um caso concreto, mostrar o sofrimento atravessado pela religião numa sociedade onde o racionalismo e o maçonismo imperavam, tornando-se assim, um exemplo a que o Brasil não deveria seguir.

O autor do artigo finalizava contrastando as seguintes realidades, enquanto na França, um país tradicionalmente de formação católica, a religião perdia espaço e era perseguida por um estado ateu e maçom, no Japão o catolicismo avançava gradativamente cada vez mais, ganhando praticantes. Isto demonstrava, segundo o autor, que por mais que estes grupos se colocassem contrários à religião de Cristo, cada vez mais o catolicismo enchia-se de força não se deixando abater e conquistava novos espaços em outros locais do mundo.

A temática da perseguição à religião católica foi lugar comum em muitos dos artigos presentes na Tribuna, no período que vai de 1906 a 1912. Aliada a esta perseguição, figurava a ideia da influência nefasta e degenerante, do governo francês, segundo vários artigos da Tribuna, pela ação maçônica. É possível observar bem essa ideia com base no trecho acima. Ele nos dá a dimensão da visão construída por este periódico católico, do poder nocivo e perseguidor do governo francês, na maioria das vezes, pintado como agente direto e simpático às tendências maçônicas. Porém, o redator do artigo mostra que por mais torpe que fosse a posição da Maçonaria em relação à Igreja, “*a cruz de cristo e o facho luminoso do catolicismo*”⁸³ constituía um novo horizonte para os católicos e a sua religião.

A perseguição francesa à religião foi assunto do mês de abril de 1907, na Tribuna Religiosa. A mensagem do artigo era a de todo o episcopado universal e a cristandade protestarem contra os excessos

⁸³ Tribuna religiosa. Recife, 01 de jul. 1907, pg.2.

do governo francês, cerrando fileiras na defesa da Igreja e do Papa⁸⁴. Continuando a reclamar da perseguição à Igreja Católica, a Tribuna Religiosa reproduzia no seu número 25, em agosto de 1907 um artigo relatando a campanha anticlerical ocorrida na França contra os religiosos católicos. Segundo as informações do jornal *corispondeza romana*, a campanha seria sustentada pela maçonaria francesa, principal interessada na decadência da religião naquele país. A veiculação deste tipo de reportagem nas páginas da Tribuna tinha fins bem delimitados, o de construir a ideia da maçonaria, enquanto uma sociedade conspiradora, que utilizava os mais variados recursos na destruição dos opositores, em especial a Igreja⁸⁵.

Seguindo a mesma lógica, outras notícias encontradas na Tribuna Religiosa preocupavam-se em descortinar os “verdadeiros” planos da Maçonaria. Numa delas, com o título de *Ardil Maçônico*, eram noticiados os planos da maçonaria belga no ano de 1879, tais planos baseavam-se em influenciar o governo da Bélgica na resolução de tirar dos livros infantis qualquer expressão que remetesse ao nome de Deus. Segundo o autor do artigo, o mesmo ocorria na França, com uma diferença a de que a Maçonaria francesa era mais velhaca, pois reimprimiram os livros para as escolas tirando as partes que falavam de Deus e da religião católica, utilizando a mesma capa e iniciando da mesma forma dos livros anteriores, onde os aspectos religiosos eram expressos⁸⁶.

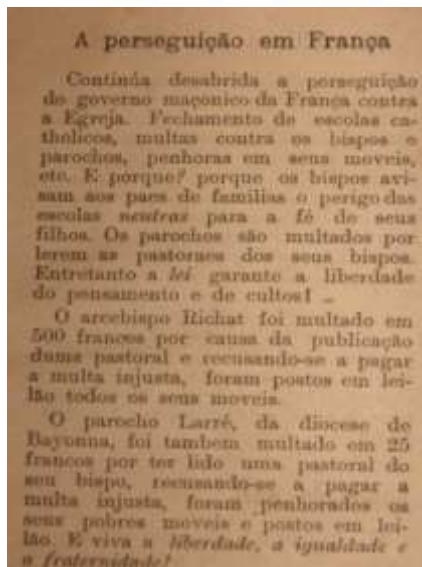
O artigo observava, ainda, que os jovens estudantes estavam sendo enganados pela maçonaria ao lerem livros modificados, pensando tratar-se dos antigos livros. Através do presente artigo, os integrantes da Tribuna ressaltavam a astúcia e sutileza da Maçonaria, incorporada de uma atitude de má fé, ao influenciar o governo francês a distribuir livros que poderiam, por não conterem palavras sagradas, atentar contra a “boa” formação da infância e juventude da França.

⁸⁴ Tribuna Religiosa. Recife, 15 de abr. 1907, pg.4.

⁸⁵ Tribuna Religiosa. Recife, 31 de ago. 1907, pg.2.

⁸⁶ Tribuna Religiosa. Recife, 01 de dez. 1907, pg.3.

Foto 5
Reprodução de um artigo da Tribuna Religiosa



As denúncias que tentavam ressaltar o caráter conspirador da Maçonaria não se davam somente, quando se tratava de forjar planos contra a Igreja Católica, mas em muitos momentos a folha católica denunciou o envolvimento dos maçons com elementos do exército. Este é o caso de que trata o artigo *Maçonaria e Exercito*, nele são relatadas as declarações de um almirante italiano chamado Mirabello que havia declarado a existência de relações entre a maçonaria italiana e um movimento dos inferiores da corporação. Ele defendia a ideia de que militares não participassem de sociedades secretas, pois poderiam ajudar na organização de insurreições⁸⁷. Acusações de envolvimento da Maçonaria nas articulações de campanhas contra o trono português e apoiando as ações de grupos anticlericais e republicanos fazem parte do noticiário da Tribuna Religiosa, quando esta fala sobre a maçonaria e seus envoltimentos conspiratórios em movimentos políticos⁸⁸.

⁸⁷ Tribuna Religiosa. Recife, 15 de jun. 1907, pg.4.

⁸⁸ Tribuna Religiosa. Recife, 17 de jan. 1909, pg.4.

A preocupação em denunciar e desmascarar a Maçonaria fazia parte dos intuitos dos grupos católicos para mostrarem a verdadeira face da maçonaria, explicando os motivos pelos quais as relações entre Maçonaria-Igreja construíam-se dentro de tensões. Todos os artigos que denunciavam as perseguições, as relações e envolvimento com as forças armadas e a política objetivavam demonstrar o “mal” causado pelos maçons à sociedade. Mr. Capin Abracelli num livro denominado *A mentira maçônica*, teria desmascarado os tenebrosos planos, que segundo o autor do artigo, baseavam-se na hipocrisia.

O autor do livro apresentava vários documentos mostrando a participação direta da maçonaria na administração de ministérios, blocos e formulação de leis. Além disso, observava que apesar de a maçonaria se declarar a favor de todas as religiões, desde o início, ela empreendia uma batalha cerrada contra o papado, o clero e as ordens religiosas. Neste ponto, o autor do livro questiona se tais atos não seriam intrometer-se em questões religiosas. O conselho final do autor do artigo é o de tomar cuidado com o que os integrantes da Maçonaria diziam, pois a mentira e a hipocrisia eram parte integrante do caráter dos maçons. Ele ainda orienta as pessoas a lerem o livro para terem a dimensão dos destinos da maçonaria⁸⁹.

A preocupação em alertar a sociedade em relação aos perigos apresentados pela Maçonaria estava sempre presente nos artigos da Tribuna religiosa. Comungando com esta perspectiva, os bispos de Minas Gerais e de Goiás, com o auxílio de mais quatro bispos: Silvério, Arcebispo de Mariana, Eduardo, Bispo de Uberaba, Joaquim, Bispo de Diamantina; Antônio, Bispo de Pouso Alegre; divulgaram uma carta circular mostrando o malefício da Maçonaria para o Brasil. O texto da carta foi escrito dentro de um espírito de combate, como se a Igreja e o Brasil estivessem correndo sérios perigos, devido ao desenvolvimento da Maçonaria, sendo necessário colocar um limite aos seus intuitos. Por conta disso, o espírito do texto privilegia um discurso forte, com várias passagens onde o tom do conflito é

⁸⁹ Tribuna Religiosa. Recife, 1 de nov. 1908, pg.2-3.

ressaltado. Numa delas ressaltava que a fé católica encontrava-se ameaçada, devido uma guerra infrene promovida pelos inimigos de Deus, no caso os maçons⁹⁰.

Segundo os bispos, as mudanças propostas pela filosofia maçônica contrariava a forma de ser dos brasileiros. Estas mudanças eram implementadas no campo da educação, a partir da implantação do ensino leigo, qualificado pelos religiosos, como um sistema de ensino ateu, pois, atacava sistematicamente as ordens religiosas e a Igreja como um todo. Sendo a Igreja, na visão destes bispos, uma instituição importante na formação da civilização brasileira e do caráter do seu povo, não poderia ser admitida a ação de uma instituição preocupada em desorganizar a sociedade brasileira. O sentimento de preocupação é expressivo, neste texto, ao propagar a ideia de que o Brasil vivia tempos de desordem. Os bispos finalizam sua circular enviando bênçãos e rogando a Deus para que todos os apoiadores desta causa conservem a sua fé e protejam-se do pecado.

No trabalho de barrar e divulgar os males trazidos pela expansão do ideal maçônico usava-se os mais variados meios, desde a divulgação de cartas e orientações dos clérigos católicos em relação à Maçonaria, até a organização de congressos que discutissem a instituição. Nesta perspectiva, é que no mês de setembro de 1909, é reproduzida na Tribuna religiosa, a informação de organização do Congresso Internacional antimaçônico pela sociedade antimaçônica francesa. O autor do texto via, como necessária, a organização deste encontro pelo fato de a maçonaria, na sua visão, ser uma sociedade perigosa. Seria então a partir de tais eventos, segundo o redator do artigo, que a Maçonaria poderia ser desmascarada, pois vários indivíduos juntos nestes encontros discutiriam formas para atingirem tal objetivo⁹¹.

A notícia estampada no número dezenove de maio de 1909 relata a conversão do maçom João José Smith, indivíduo graduado nos

⁹⁰ Tribuna Religiosa. Recife, 30 de jan. 1910, pg.4.

⁹¹ Tribuna Religiosa. Recife, 05 de set. 1909, pg.2.

círculos maçônicos, que chegando ao posto de venerável, abjurava a maçonaria no domingo de páscoa. O autor do texto vê a atitude do maçom como um bom exemplo para os que ainda persistem em serem maçons, continuando em estado de erro⁹².

Estes casos de conversão estavam sempre presentes nas páginas do periódico católico, simbolizando exemplos de regeneração dos indivíduos que durante anos estiveram a serviço das forças maçônicas e, que depois de reflexões, teriam sido reconduzidos novamente ao seio da Igreja, mostrando que as avaliações negativas da Igreja em relação à Maçonaria tinham fundamentos, pois se não tivessem, pessoas não sairiam dos seus quadros e voltariam a dedicar-se às coisas da fé. Além deste fator, outro estava impresso, o da possibilidade de reconhecimento do erro, quando pessoas que haviam chegado aos mais altos graus da corporação maçônica a abandonavam, muitas vezes, proferindo discursos condenando as ações da Maçonaria.

Com o título *mais um convertido* a Tribuna religiosa narra o caso do Dr. Belisario Pernambuco, indivíduo com ativa participação na maçonaria brasileira, e que se convertia ao catolicismo, por não aceitar a tese proposta no congresso maçônico nacional que atingia frontalmente as suas concepções religiosas. Este é um dos vários casos que encontramos nas páginas da Tribuna, de maçons arrependidos que voltam atrás nas suas posições e retornam ao caminho da religião, renegando os princípios maçônicos, principalmente, os que atingiam a religiosidade⁹³.

Em outro artigo, mais uma daquelas histórias de fundo moralizante divulgadas pela imprensa católica, mostrando pessoas que se arrependiam de terem sido maçons e, no momento final, abjuravam a maçonaria. Neste caso específico, a história é de um indivíduo que residia em Madri e que recolhido a um hospital, sofrendo de tuberculose não aceitava a extrema-unção, posicionamento devido

⁹² Tribuna Religiosa. Recife, 16 de mai.1909, pg.4.

⁹³ Tribuna Religiosa. Recife, 30 de mai. 1909, pg.4.

segundo o autor do artigo, aos juramentos feitos por ele nos rituais maçônicos. O artigo finaliza mostrando que após o pedido do religioso ao sagrado coração de Jesus, o sujeito beijou a imagem do coração eucarístico, aceitou a extrema-unção pedindo um padre, confessou-se e arrependeu-se.⁹⁴ Já o senhor Eufrásio de Oliveira, não necessitou recolher-se ao hospital e chegar ao fim da vida para abandonar os princípios maçônicos, segundo o que informava a Tribuna Religiosa reproduzindo o artigo do jornal o Regenerador de Minas, Eufrásio havia deixado a tempo da “Casa da Viúva”, arrependendo-se das suas posições anteriores⁹⁵.

Para melhor entendermos como se dava a composição por parte da Igreja de todo um conjunto de discursos que tinha como alvo a maçonaria, selecionamos um conjunto de artigos da Tribuna Religiosa, com o intuito de fornecer uma amostragem e observar quais os principais aspectos integrantes dos textos, veiculados pelo órgão ligado à Igreja. As temáticas e reflexões são múltiplas, porém, existem aspectos sempre reincidentes nos artigos selecionados. Dentre as várias narrativas observadas nos números analisados, os temas apresentados no conjunto de artigos são os seguintes: A ideia do complô maçônico e da dominação, expressos a partir de uma variedade de artigos que trazem informações como a infiltração de maçons nos vários espaços do estado, onde se esforçavam pela discussão e aprovação de leis contrárias à fé católica. Tais leis procuravam direcionar-se na construção de uma sociedade leiga, que deveria ser alcançada através da organização de um ensino desvinculado da influência religiosa católica, a defesa de uma tolerância religiosa, do casamento civil e do divórcio.

Todas estas questões eram vistas pela intelectualidade católica como estratégias utilizadas pela maçonaria na tentativa de ampliar seu domínio, junto às sociedades através da construção do império maçônico, muitas vezes, tendo como representante e principal difusor,

⁹⁴ Tribuna Religiosa. Recife, 05 de dez. 1909, pg.2.

⁹⁵ Tribuna Religiosa. Recife, 02 de jan.1910, pg.2.

a França. O projeto principal, segundo as denúncias da folha católica, era o estabelecimento da ordem maçônica universal como única direção possível e desejável para o mundo. Segundo a Tribuna, tal modelo perseguido pela maçonaria e seus adeptos, não se furtariam a qualquer procedimento, fossem ele legal ou não, para atingir a meta prioritária da conquista do mundo e construção de uma sociedade onde a espiritualidade, a moral e os bons costumes, ligados à concepção católica, não teriam mais espaço.

A Igreja colocava-se como vítima de toda essa ordem, associando muitas vezes a Maçonaria ao poder maligno e demoníaco. A divulgação dessas imagens, trabalhadas pela intelectualidade católica e propagada através de textos na imprensa, livros e discursos dos religiosos católicos nos púlpitos de suas Igrejas, ajudavam a criar uma imagem da maçonaria que deveria ser temida, justificando, então, a congregação de todos os esforços possíveis, unindo clero e leigos no combate a essa sociedade.

O espectro da maçonaria como instituição pronta a confabular e comandar os destinos do mundo pode ser observado como uma das “constelações mitológicas” (DURAND, 1987, p.19), integrantes do imaginário Ocidental desde a Revolução Francesa. A comprovação para o argumento acima pode ser vislumbrada, com base na existência de uma imensa literatura, suscitadora de denúncias, perseguições, intolerância e violência que despertava nas populações ligadas ao catolicismo um medo, construindo o ideário de que os fiéis estavam em estado permanente de insegurança. Para afastar tal estado, eram justificáveis as ações de intolerância e perseguição efetuadas aos maçons, a maçonaria e tudo o que eles representavam e defendiam através da imprensa católica. A Tribuna apontava que os pontos almeçados pela maçonaria, no seu trabalho pela edificação de um mundo amparado na imoralidade e desestruturação social como sendo: a república, o ensino leigo, o casamento civil, o divórcio e a livre expressão para denominações religiosas que não fossem católicas (protestantes, espíritas e outros).

O embate entre o periódico católico e o maçônico era constante, muitas vezes, como vimos anteriormente edições inteiras do *Archivo Maçonico* estavam voltadas a realizar algum tipo de crítica às posturas da *Tribuna Religiosa*, como também vários artigos se ocupavam em dar conta do que o *Archivo* produzia enquanto órgão jornalístico. No número 23 do mês de junho de 1909, a *Tribuna* através de um artigo veiculado pelo jornal *Cruzeiro do Norte* do estado do Ceará, reclamava a ofensa que teria sido vítima por conta de um texto do *Archivo Maçonico*.

As análises iniciam-se considerando a seguinte questão, a de que na verdade quem está sendo perseguida não é a maçonaria, como frisavam os redatores do *Archivo*, mas a Igreja. O redator do *Cruzeiro do Norte* ressalta a existência, por parte dos maçons, de uma campanha contra a Igreja, construída dentro de um conjunto de injúrias, ao mesmo tempo em que eles planejavam tal campanha, muitos maçons queriam gozar o estatuto de ser católico sem seguir as suas orientações. O redator do artigo concluía observando que os adeptos da maçonaria não passavam de cínicos, fazendo-se de perseguidos enquanto quem empreendia a perseguição eram eles próprios⁹⁶.

Denominado *um erro de lógica*, a *Tribuna Religiosa* analisava um texto escrito por Manoel Arão, onde o autor colocava Deus como sendo um só, logo a verdade só poderia ser uma e esta se encontraria na Igreja Católica. Para Manoel Arão tal argumento constituía-se num erro de lógica, um verdadeiro despautério. Com o intuito de desconsiderar as avaliações filosóficas de Arão que batiam frontalmente na Igreja, o autor do texto da *Tribuna* dizia ser isso não um silogismo, como afirmava Manoel Arão, mas um entinema. Com esta consideração, o redator da *Tribuna* considerava Arão um principiante no terreno da lógica que não devia ser levado em consideração. O autor depois de toda a argumentação concluía o seu artigo observando que sendo Deus uno e a doutrina da igreja una, a

⁹⁶ *Tribuna Religiosa*. Recife, 13 de jun. 1909, s/p.

Igreja católica congregava a verdade, legitimando o pressuposto rebatido por Arão, de ser o catolicismo o sustentáculo da verdadeira fé⁹⁷.

Observamos neste artigo as discussões que fariam parte do conflito entre a Igreja e um dos maçons mais críticos das reflexões do catolicismo pernambucano, Manoel Arão. Através do recurso de desmerecer as análises de Arão, a Tribuna abria perspectiva para criticar e nivelar por baixo as considerações da intelectualidade maçônica, apontando as principais falhas das análises destes segmentos, construindo a ideia de que os maçons eram pouco preparados, pois incorriam em erros primários de filosofia e de lógica.

Preocupando-se ainda em responder as críticas do *Archivo Maçonico*, o autor da seção no canhenho, de outubro de 1909, utilizando-se da ironia comentava a resposta dada pela Tribuna a um artigo de Olívio Câmara, *liçãozinha gratuita*, encontrado na revista maçônica. Outro personagem que fazia parte deste periódico e que havia sido criticado era Lucullo, qualificado pelo autor do texto, como malcriado e presunçoso. Este artigo mostrava que a resposta de Lucullo e o artigo de Olívio Câmara contra a Tribuna, teria sido escrito dentro de uma perspectiva de raiva, atitude desaprovada pelos redatores da Tribuna Religiosa, que se valendo disto, tentavam demonstrar a verdadeira face da Maçonaria, a de uma instituição com discurso violento e intransigente em relação às práticas da Tribuna⁹⁸.

No número de janeiro de 1910, a Tribuna religiosa trazia dois artigos preocupados em rebater as críticas do *Archivo* ao jornal católico, no primeiro artigo os redatores da Tribuna estavam preocupados em responder a um artigo assinado por Olívio Câmara, intitulado *liçãozinha gratuita*, onde este autor realizava uma avaliação gramatical dos artigos da Tribuna, mostrando vários erros gramaticais, e defendendo, de certa forma, que a Tribuna era inferior ao *Archivo*, pelo fato de os textos não serem muito bem escritos. Preocupados em

⁹⁷Tribuna Religiosa. Recife, 25 de abr. 1909, s/p.

⁹⁸Tribuna Religiosa. Recife, 10 de out. 1909, pg.2

dar uma resposta, o autor observava várias imprecisões cometidas por Olívio Câmara, utilizando em várias passagens um tom de ironia e sarcasmo, como se na verdade Olívio Câmara, nas suas análises sobre o conteúdo da Tribuna, tivesse dito somente besteiras, e não feito grandes conclusões como os redatores do Archivo, em especial, Olívio Câmara⁹⁹.

No segundo artigo, a Tribuna continuava a rebater algumas críticas por eles sofridas. Os jornalistas da folha católica aproveitavam para chamar a atenção do corpo editorial do Archivo e das posições por eles veiculadas; em primeiro lugar, o redator da Tribuna chamava atenção dos maçons que vangloriavam a memória de Ferrer, visto pelos religiosos da Tribuna não como um líder libertário, mas um assassino de pessoas, segundo o autor do artigo, o Archivo tentava com todo o esforço transformá-lo em herói e mártir. A segunda resposta foi dada ao redator da seção, troco miúdo, que parecia ter corrigido a Tribuna. Autores da seção pertencentes à revista maçônica são tratados com ironia pelas suas colocações como se eles não soubessem de nada. Nesse sentido, as colocações gramaticais criticadas pelo pessoal do Archivo não foram vistas dentro da sua integridade. Manoel Arão não deixou de ser alvo de crítica na seção balinhas, as suas colocações sobre a Igreja foram desconsideradas, a posição do redator das balinhas é a de aconselhar Arão a moderar-se quando tratar de assuntos relacionados à Igreja Católica e a fé. Finalizando o seu texto, o autor das balinhas, observa as considerações, feitas por Olívio Câmara, no seu artigo, liçãozinha gratuita, que tinha como alvo a Tribuna e os seus erros gramaticais e de estilo, não passavam de infelizes despautérios, implorando para que Olívio não repetisse tais considerações, pois ele não seria a pessoa mais indicada a realizar reflexões gramaticais mais profundas. A ironia permeia todo o texto, constituindo-se numa forma de diminuir a importância das análises do grupo de intelectuais maçons¹⁰⁰.

⁹⁹ Tribuna Religiosa. Recife, 09 de jan. 1910, pg.2

¹⁰⁰ Tribuna Religiosa. Recife, 09 de jan. 1910, pg.3.

Nas *Balinhas* de fevereiro de 1910, o grupo de intelectuais do *Archivo* é novamente alvo de considerações. Neste caso específico, Manoel Arão e o autor da coluna troco miúdo. Criticando os argumentos de Arão sobre as escolas equiparadas, sob a responsabilidade dos filhos de D. Bosco, o autor das balinhas se contrapõe à visão de Arão quando fala das escolas ligadas à filosofia de D. Bosco. Estes educandários são vistos, pelo redator do artigo, como um ambiente muito agradável, com jovens amáveis e obsequiosos, finalizando esta primeira alfinetada às análises de Arão, afirmando que as considerações deste autor estavam assentadas numa pieguice e num sectarismo desnecessário, encontrando neste estabelecimento o filho de um irmão maçom seu, que ao contrário dele, entendia que o filho faria muito bem os seus estudos neste colégio, ao invés de colocá-lo numa escola pública que não daria uma boa formação intelectual, moral e religiosa¹⁰¹.

Na segunda parte do artigo, o autor volta o seu alvo ao redator do artigo *Trocos miúdos*, o considerado: “um caixeiro de taverna, sem educação nem linguagem”. Esta qualificação baseava-se no fato de o autor da seção *trocos miúdos* ter escrito um artigo não muito agradável sobre um dos colaboradores da *Tribuna*, o senhor Guedes. A polêmica entre estes dois periódicos estava novamente em evidência, o alvo principal das críticas do *Archivo Maçonico* em relação à *Tribuna*, foi a forma como este jornal era escrito, qualificado pelos integrantes da revista maçônica como mal redigido. Além desse aspecto, um dos colaboradores mais importantes o Sr. Guedes era atacado frontalmente, isso provocou a reação, do autor das balinhas, que se preocupou em rebater as críticas do *Archivo*, mostrando as suas virtudes.

Dentro do conjunto de artigos da *Tribuna religiosa* voltados para criticar as atitudes da Maçonaria, encontramos um versando sobre o empenho da referida instituição, na difusão de informações, classificadas como torpes, pois veiculavam fatos considerados

¹⁰¹*Tribuna Religiosa*. Recife, 06 de fevereiro de 1910, pg.4.

escandalosos que haviam sido cometidos nos colégios religiosos. Os casos expostos eram os mais diversos como os de maus tratos a alunos e alunas e denúncia de morte de uma aluna, num desses estabelecimentos de ensino. O autor do artigo considera que tais informações só podiam ser fruto da imaginação de mentes, beirando a perversão e influenciadas pelo anticlericalismo maçônico.

Com base nos exemplos trabalhados, podemos perceber que as relações entre a Maçonaria e a Igreja, na primeira década do século XX, estavam carregadas de fortes debates entre os dois espaços. As imagens que conseguimos construir acerca dessas relações, podem ser bem representadas como a de um grande campo aberto de conflito, onde tudo era válido para sair vitorioso, passando a ideia de que estes dois polos estavam em luta, e o objetivo final era ver qual o conjunto de argumento cairia primeiro. A áurea da intolerância é outro elemento discursivo bastante vivo nesse espaço de conflito.

A intolerância, o medo e a perseguição eram aspectos sempre presentes nos discursos organizados pela Igreja em Relação à Maçonaria. Tentar entender como se dava a sua composição, quais os canais de difusão, e os elementos de interesse que estavam por trás dessas construções, ajuda-nos a entender como, nos dias atuais, toda essa leva de medo e de intolerância tinha sido despertada pelas ações de conflitos e incompreensão religiosa que o mundo vivenciava. A tarefa de conviver e de tolerar o outro foi, para a humanidade, uma tarefa difícil. Os cenários, atores e questões históricas mudam, porém nossa tolerância para com o diferente permanece limitada, apesar de todas as transformações.

Estudar as composições e conflitos entre Igreja e Maçonaria, observando, em muitos momentos, fortes cenas de não aceitação de uma para com a outra, através das notícias veiculadas pelos seus periódicos, ajuda-nos a compreender melhor como se fundamenta o discurso intolerante, do complô e da confabulação. A partir do momento que tais questões se elevam como pontos centrais de preocupação dos pesquisadores em desvendar a composição de tais discursos, acreditamos, que estaremos ajudando na elucidação das

causas e dos motivos da formação dos sentimentos de intolerância e dos conflitos que se estabeleceram entre a Igreja e a Maçonaria na primeira década do século XX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final do livro, com algumas questões que se apresentam ao longo de qualquer pesquisa acadêmica, comprovando algumas suposições lançadas, durante o desenrolar do processo de construção da nossa pesquisa. O tema que nos propomos a analisar as relações entre Igreja Católica e Maçonaria no começo do século XX, mais especificamente, entre os anos de 1900-1912, procurou contribuir no sentido de ampliar um pouco mais as reflexões sobre estas duas instituições, dando ênfase ao aspecto de conflito e de atitudes de não aceitação e de intolerância, assumidas pela Igreja em relação à Maçonaria e desta em relação à Igreja.

A definição em estudar este período como já frisamos na introdução, justificou-se por nós, ao iniciarmos nossas pesquisas sobre a Maçonaria, percebermos, por parte da historiografia, um quase total, ou completo silêncio quando se falava da mesma e, principalmente, se tentássemos observar como esta instituição encontrava-se, no pós-república. A historiografia ressaltava, principalmente, a ligada aos setores maçônicos que a Maçonaria, através de figuras destacadas, como Deodoro da Fonseca, Benjamim Constant, Campos Sales e outros indivíduos republicanos históricos, ou de ultima hora, teriam agido dentro do processo de instauração do regime republicano, no sentido de implementar o novo sistema.

Pelo que pudemos observar, tendo como campo de análise o estado de Pernambuco, a participação dos grupos maçônicos, foi inexistente no desenvolvimento do movimento que instaurou a República. Até mesmo, porque no estado, a República, chegou meio de surpresa, segundo historiadores do período, como Costa Porto.

Mais especificamente, no caso da participação dos maçons apoiando este processo.

Nós trabalhamos com a ideia baseada na documentação que foi possível localizar, que esta fase de 1889-1895 foi um período de desagregação da Maçonaria pernambucana enquanto instituição, não sendo possível nenhuma participação mais efetiva no desenrolar do movimento que culminou com a implantação da República em Pernambuco.

Outra dificuldade por nós encontrada no sentido de construir uma conclusão mais categórica em relação ao envolvimento de maçons pernambucanos, foi não ter sido possível rastrear intelectuais e propagandistas maçons que tivessem envolvidos, mais efetivamente, com a campanha republicana, o único que foi possível observar enquanto maçom e republicano histórico, foi Martins Júnior, que mesmo após a proclamação da república não teve um papel de destaque neste governo. Outras figuras como José Mariano, Sigismundo Gonçalves que eram maçons, no período, ainda não tinham se posicionado como difusores do ideal republicano.

Mesmo não tendo conseguido mostrar a ação de setores maçônicos na construção do novo regime, no calor da hora, do dia 15 de novembro de 1889, é possível observar como apresentamos que esta instituição não permaneceu alheia aos grandes debates que aconteceram, após a proclamação e se desenrolaram durante as duas primeiras décadas do século XX. Os ideais progressistas que desde o século XIX vinham se impondo como: a escola laica, secularização da sociedade, liberdade de culto, tolerância política e religiosa continuaram a ser sustentáculos importantes e espaços de defesa da propaganda maçônica da primeira década do século XX. Dentro deste ponto, a Maçonaria pernambucana encontrava-se aliada à nacional na defesa de princípios republicanos e discussões importantes na sua efetivação.

Foi possível observar a ação da maçonaria na construção e manutenção de escolas, no patrocínio de imprensa que pautava sua lida na livre defesa das ideias políticas e religiosas, destacando em

muitos dos seus artigos denúncias e avaliações dos caminhos trilhados pela República no processo de implementação. Além de observar quais as táticas utilizadas pela instituição maçônica a partir da proclamação e na primeira década do século XX, para difundir as suas posições e estar presentes em vários espaços do país.

Como podemos observar, não foi só a maçonaria que se readequou a uma nova realidade, a partir da implantação da República, na primeira década do século XX, mas a Igreja Católica também se reorganizou para enfrentar estes “novos tempos”, realizando o que Sérgio Miceli chamou de organização institucional, do final do século XIX. Com a implantação da República e sob as influências da romanização, a igreja modificou-se do ponto de vista da sua estrutura, ampliando-se e criando novos espaços de difusão, como a intensificação num catolicismo mais militante, de viés mais ortodoxo, que combatia as antigas devoções, estando mais preocupado em atuar junto à imprensa, à educação e ao operariado. Além deste ponto, que chamamos de espaços da romanização a Igreja da primeira década do século XX, operou um alargamento da forma como se encontrava, no fim do século XIX, com as instalações em Pernambuco de novas paróquias e bispados, tentando fazer-se presente em espaços mais distantes da capital.

Outra questão que é importante no nosso estudo e que foi por nós discutido, refere-se à gênese dos conflitos entre a Igreja e a Maçonaria, remontando ao cerne das primeiras discussões entre as duas até as últimas proibições, na década de oitenta, para que fosse possível perceber as formas como se estabeleceram os pontos de não aceitação e de intolerância, proveniente dos conflitos entre estes dois espaços, como forma importante para podermos entender as motivações que geraram e, de como dentro de uma trajetória histórica, desenvolveu-se o conflito entre Maçonaria e Igreja.

Trazendo, mais especificamente, o conflito entre Maçonaria e Igreja para a realidade pernambucana na primeira década do século XX, empreendemos uma análise de como se dava este relacionamento, quais os motivos e principais temas geradores dos

conflitos entre os setores maçônicos e católicos, como eles eram divulgados pelas respectivas imprensas. Chegando à conclusão de que eles refletiam os embates entre estas duas instituições a nível nacional e internacional, dizendo-nos muito de toda a “nova” configuração, tanto da Igreja quanto da Maçonaria brasileira e pernambucana, no início do século XX.

Acreditamos que o nosso trabalho tenha contribuído para lançar novas questões sobre esta temática, que ainda engatinha na produção historiográfica tanto local quanto nacional, seguros de que ela é somente mais uma nova possibilidade de analisar a maçonaria, e principalmente, a suas relações com a Igreja na primeira década do século XX, não pretendendo de forma alguma colocar-se enquanto uma versão definitiva, mas uma contribuição a mais no sentido de incentivar e promover o estudo da Maçonaria no Brasil e em Pernambuco, da Igreja e das suas relações na primeira década do século XX.

REFERÊNCIAS

ADHIKARI, Ratnabali. **A campanha Salvacionista em Pernambuco: as articulações políticas nos primórdios da República**. Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFPE, 1988.

AGULHON, Maurice. **Pénitents et Francs-maçons de l'ancienne Provence: essair sur la sociabilité meridionale**. 3.ed. Paris: fayard, 1984.

AGULHON, M. As Sociedades de Pensamento. IN: VOLVELLE, Michel. **França Revolucionária (1789-1799)**. São Paulo: brasiliense, 1989.

ALBUQUERQUE, A. Tenório d'. **O que é Maçonaria?**. 6.ed. Rio de Janeiro: aurora, sd.

ANDRADE, Alex Moreira de. **A Maçonaria no quadro ideológico republicano**. 2002. Monografia (licenciatura em História).
Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ARÃO, Manoel. **O Claustro**. 2.ed. Recife: Ed. Organizador, 2005.
AROUET, François Marie.(Voltaire). **Tratado sobre a Tolerância**:
por ocasião da morte de Jean Calas. Trad. Antônio Geraldo da Silva.
São Paulo: Escala Educacional, 2006.

ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o riacho**: a formação do espaço
público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP,
2004.

ASLAN, Nicola. **História Geral da Maçonaria**: Fastos da Maçonaria
Brasileira. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1980.

AZEVEDO, Célia M. Marinho. Maçonaria: História e
historiografia. IN: **Revista da USP** – Dossiê sociedade de massa e
identidade. São Paulo: Num. 32, Dez/Fev, 1996-1997.

_____. Maçonaria, antirracismo e cidadania: uma história de lutas e
debates transnacionais. São Paulo: Annablume, 2010.

AZZI, Riolando. **A Sé Primacial de Salvador**: A Igreja Católica na
Bahia 1551-2001(Período Imperial e Republicano).
Petrópolis/Salvador: Vozes/Ucsal. 2001.

BARATA, Alexandre Mansur. **Luzes e sombras**: A ação da
Maçonaria brasileira (1870-1910). Campinas: Editora da Unicamp,
1999.

_____. Discutindo a sociabilidade moderna: o caso da Maçonaria.
IN: RAGO, Margareth; GIMENES, R.A.O. **Narrar o passado**,

repensar a história. Capinas: Unicamp, Instituto de Filosofia Ciências e Letras, 2000.

BARATA, Alexandre Mansur. **Maçonaria, sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822).** Juiz de Fora: Ed. UFJF/ São Paulo: Annablume, 2006.

BARET-DUQCROQ, Françoise(org). **A Intolerância.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BASTOS, Octavio; CARAJURÚ, Opfato; DIAS, Everardo. **Livro Maçônico do centenário.** Rio de Janeiro, 1922.

BENIMELI, J.A.F; CAPRILE, G; ALBERTON, V. **Maçonaria e Igreja Católica: ontem, hoje e amanhã.** Trad. Valério Alberton. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1983.

BURKE, Peter (org). **A escrita da História.** 4. ed. São Paulo: Unesp, 1992.

CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. **Obras políticas e literárias.** Colecionadas pelo comendador Antonio de Melo, edição fac-símile, Recife: ed. da Universidade Federal de Pernambuco, 1972.

CARVALHO, José Murilo. **Os bializados.** 6.ed. Companhia das letras, 1987.

_____. **A Formação das almas: o imaginário da República no Brasil.** 4.ed. Companhia das letras, 1990.

CASALI, Alípio. **Elite intelectual e restauração da Igreja.** Petrópolis: Vozes, 1995.

CAVALCANTI, Carlos André. **A reconstrução da Intolerância: O Regimento de 1774 e a Reforma do Santo Ofício da Inquisição.** Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFPE, 1990.

COGGIOLA, Osvaldo Luis Angel. **A Revolução Francesa e o seu impacto na América Latina.** São Paulo: Nova Stella, Edusp, 1990.

COLUSSI, Eliane Lucia. **A maçonaria gaúcha no século XIX.** Passo Fundo: Ediupf, 1998.

_____. **Aspectos da maçonaria em Passo Fundo (1876-1925).** Passo Fundo: Ediupf, 1998.

_____. **A maçonaria brasileira no Século XIX.** São Paulo: Editora Saraiva, 2002, p.47.

COSTA, Hipólito José. **Narrativa da Perseguição de Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça:** Natural da Colônia de Sacramento, no Rio-da-Prata. Preso, e processado em Lisboa pelo pretense crime de Framaçom ou Pedreiro Livre. 2.v. Londres: impresso por W. Lewis, 2, Paternoster-Row. 1811.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente:** 1300 a 1800. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

FERREIRA, Antônio do Carmo. **José Mariano.** Recife: artegrafi,s/d.

GOMES, Valdir. **Igreja Católica & Maçonaria:** verdadeiras razões da divergência. 3.ed. Porto Alegre: Literalis, 2004.

GIRARDET, R. **Mitos e mitologias políticas.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GRANDE ENCICLOPEDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA. Rio de Janeiro/Lisboa: Editorial Enciclopédia limitada. VLXV, 1978.

GRAINHA, Manuel. **História da Franco- maçonaria em Portugal (1733-1912)**. Lisboa: Vega, 1980.

HOFFNAGEL, Mar Jay. Rumos de Republicanismo em Pernambuco.*in*: SILVA, Leonardo Dantas.(org). **A República em Pernambuco**. Recife: Fundaj/Massangana. 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Da Maçonaria ao Positivismo. IN:Holanda, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira-** do Império a República.V.5. São Paulo: difusão européia do livro, 1972.

LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

LUSTOSA, Oscar de figueiredo. **A Igreja Católica no Brasil – República:** cem anos de compromisso (1889-1989). São Paulo: Edições Paulinas, 1991.

MOREL, Marco; OLIVEIRA, Françoise Jean. **O poder da maçonaria:** a história de uma sociedade secreta no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

MEDEIROS, Maria da Glória Dias. **O Social no Governo de Sigismundo Gonçalves**. Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFPE, 1989.

MENEZES, Carlos Alberto. **Ação Social Católica no Brasil – Corporativismo e Sindicalismo**. São Paulo: Loyola, sd.

MICELI, Sergio. **A Elite Eclesiástica Brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MIRANDA, Carlos Alberto da Cunha. **Igreja Católica do Brasil: uma trajetória reformista (1872-1945)**. Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFPE, 1988.

NASCIMENTO, Luiz. **História da Imprensa em Pernambuco (1821-1954)**. Periódicos do Recife:1901-1915. Recife: Universitária, 1975.

NOGUEIRA, Carlos Roberto F. **Diabo no imaginário cristão**.2.ed.Bauru,SP:EDUSC, 2002.

OLIVEIRA, Carmem Lopes de; SILVA, Giselda Brito. A Maçonaria em Pernambuco: questões, abordagens, fontes e as novas condições de escrita de sua história. **Paralellus**, Recife, v. 8, n. 18, mai./ago. 2017, p. 291-305.

_____. **Entre Deus e o Grande Arquiteto do Universo: Relações conflituosas entre a Igreja Católica e a Maçonaria em Pernambuco (final do século XIX e início do XX)**. Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFRPE .2018.

PEREIRA, Nilo. **Conflitos entre a Igreja e o Estado no Brasil**.2.ed.Recife:Editora Massangana, 1982.

_____. **Dom Vital e a Questão Religiosa**. 2. ed. Recife: Tempo Brasileiro, 1986.

PORTO, Costa. **Os tempos da República Velha em Pernambuco**. Recife, Fundarpe.1986.

RODRIGUES, R. Sobre os primórdios da maçonaria. In: **Cadernos de Pesquisas**, n. 19. Londrina: Ed. Trolha, 2001.

SANTOS, Sebastião Dodel. **Maçonaria (ritos, graus e palavras conexas)**. Rio de Janeiro: Editora Aurora, sd.

SÁ, Vera Borges. **Religião e poder**: introdução à história do espiritismo em Pernambuco. Tese (Doutorado em História). Recife: UFPE, 2001.

SILVA, Augusto César Acioly Paz. **Pedreiros-livres em Pernambuco**: história, iniciação, ritualística e imprensa (1870-1912). Recife: monografia (especialização em História), 2004, p. 70. Centro de Teologia e Ciências Humanas, Universidade Católica de Pernambuco.

_____. **Maçonaria em Pernambuco (1900-1930)**: lições para nossos dias. [recurso digital] / Augusto Cesar Acioly Paz Silva – Maceió, AL: Editora Olyver, 2020.

_____. SILVA, Augusto César Acioly Paz. **Maçonaria e República**: confrontos, tensões e atuação sociopolítica de maçons em Pernambuco nas décadas de 1930 e 1940. Recife: UFPE, 2013 (Tese de Doutorado em História).

SILVA, Michel. (org.). **Maçonaria no Brasil**: História, Política e Sociabilidade. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2015.

SILVA, Severino Vicente. **A Primeira Guerra na Tribuna Religiosa** – o nascimento da neo-cristandade. Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFPE, 1985.

_____. **Entre o Tibre e o Capibaribe**: os limites do progressismo Católico na Arquidiocese de Olinda e Recife. Tese (Doutorado em História). Recife: UFPE, 2003.

_____. Igreja Católica no Brasil no final do século XIX e início do século XX: uma adaptação aos novos tempos. *IN*: ANDRADE, Manuel Correia; FERNANDES, Eliane Moury; CAVALCANTI, Sandra

Melo. **Além do apenas Moderno:** Brasil séculos XIX e XX. Brasília: CNPQ; Recife: Editora Massangana, 2001.

SCHIAVON, Gessilda Carmen. Considerações acerca da participação maçônica na libertação dos escravos. **Biblios - Revista do departamento de biblioteconomia e história**, Porto Alegre: Editora Fundação Universidade Federal do Rio Grande, V. 11, 1999.

VÉSCIO, Luis Eugênio. **O crime do padre Sório** – Maçonaria e Igreja católica no Rio Grande do Sul 1893 a 1928. Santa Maria: Editora da UFSM, Porto Alegre: Editora da Universidade do Rio Grande do Sul, 2001.

VIDAL, César. **Os Maçons:** a sociedade secreta mais influente da história. Trad. Maria Alzira Brum Lemos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

VIEIRA, David Gueiros. **O Protestantismo e Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil.** 2.ed. Brasília: Editora da UNB, 1980.

WEBER, Max. **Ciência e Política duas vocações.** São Paulo: Martin Claret, 2006.

KOFES, Suely. **Dilemas da Maçonaria Contemporânea:** um experimento antropológico. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2015.

KLOPPENBURG, Boaventura. **Igreja & Maçonaria** – orientação para católicos. 2.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1956.

_____. **Igreja & Maçonaria** – Conciliação possível?. Petrópolis: Editora Vozes, 1993.

ENCICLICAS E CARTAS PASTORAIS

BENTO XIV. Constituição Provida. IN: Documentos Pontifícios sobre a Maçonaria. KLOPPENBURG, Boaventura. **A Maçonaria no Brasil**: orientação para católicos. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1956.

LEÃO XIII. Encíclica Humanum Genus. IN: Documentos Pontifícios sobre a Maçonaria. KLOPPENBURG, Boaventura. **A Maçonaria no Brasil**: orientação para católicos. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1956.

OLIVEIRA, Fr. Vital Maria Gonçalves de. **Carta Pastoral do bispo de Olinda Premunindo os Seos Diocesanos Contra as Ciladas e Machinações da Maçonaria**. Recife: Tipografia Clássica F.S. dos Santos, 1873.

PIO IX. Carta Quamquam Dolores, a Dom Frei Vital, de Pio IX. *IN*: Documentos Pontifícios sobre a Maçonaria. KLOPPENBURG, Boaventura. **A Maçonaria no Brasil**: orientação para católicos. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1956.

DOCUMENTOS OFICIAIS DA MAÇONARIA

Processo de iniciação de Antônio Francisco de Jesus na Loja Capitular Conciliação na cidade do Recife em três de dezembro de 1912.

Fontes impressas

Archivo Maçonico. Recife, dezembro de 1912.p.17-27.

COSTA, F. A. P. A maçonaria em Pernambuco. In: **Arquivo Maçônico**. Recife, dez. 1910. p.20.

ARÃO, Manoel. Notas a Margem. **Archivo Maçonico**. Recife, n.21, Mai. 1908, p.5-6.

ARÃO, Manoel. Notas a Margem. **Arquivo Maçonico**. Recife, n.24, ago.1908, p.26-28,

ARÃO, Manoel. Notas a Margem. **Arquivo Maçonico**. Recife, n.28, dez.1908, p.5-8.

ARÃO, Manoel. Notas a Margem. **Arquivo Maçonico**. Recife, n.27, nov. 1908, p.5-7.

ARÃO, Manoel. Notas a Margem. **Arquivo Maçonico**. Recife, n.30, fev.1909, p.6-9.

ARÃO, Manoel. Notas a Margem. **Arquivo Maçonico**. Recife, n.34, jun. 1909, p.8-12.

ARÃO, Manoel. Notas a Margem. **Arquivo Maçonico**. Recife, n.41, jan.1910, p.10-12.

CÂMARA, Olívio. Industriais da Mentira. **Arquivo Maçonico**. Recife, n.31, mar.1909, pp.8-11.

HORA, José da. Cartas de Prego. **Arquivo Maçonico**. Recife, n.41, jan. 1910, p.21-23.

HORA, José da. Cartas de Prego. **Arquivo Maçonico**. Recife, n.43, mar. 1910, p.13-15.

HORA, José da. Cartas de Prego. **Arquivo Maçonico**. Recife, n.46, jun. 1910, pp.4-7.

HORA, José da. Cartas de Prego. **Arquivo Maçonico**. Recife, n.53, jan. 1911, p.9-12.

LUCULLO. A' Toa. **Arquivo Maçonico**. Recife, n.37, set. 1909, p.22.

MILTON. Exploração Soez. **Arquivo Maçonico**. Recife, n.41, jan. 1909, p.13-14.

NICKEL & DOBRÃO. Trocos miúdos. **Arquivo Maçonico**. Recife, n.48, ago. 1910, pp.26-27.

Sem autor. Quem é a besta? **Arquivo Maçonico**. Recife, n.43, abr. 1910, p.24-25.

Sem autor. O caso de São Bento. **Arquivo Maçonico**. Recife, n.46, jun. 1910 p.2-4.

Sem autor. A Confissão. **Arquivo Maçonico**. Recife, n.60. Jan. 1912, p.11-12.

Sem autor. Monologo de um Sacristã. **Arquivo Maçonico**. Recife, n.76, dez. 1912, p.5-6.

Sem autor. A religião no Japão. **Tribuna religiosa**, 01 de jul. 1907, pg.2.

Sem autor. Oh! Verdade das armas. **Tribuna Religiosa**, 15 de abr.1907, pg.4.

Sem autor. A Maçonaria. **Tribuna Religiosa**, 31 de ago.1907, pg.2

Sem autor. Ardil Maçônico. **Tribuna Religiosa**, 01 de dez. 1907, pg.3.

Sem autor. Maçonaria e Exercito. **Tribuna Religiosa**, 15 de jun.1907, pg.4

Sem autor. A maçonaria em Portugal. **Tribuna Religiosa**, 17 de jan. 1909, pg.4.

Sem autor. A mentira maçônica. **Tribuna Religiosa**, 1 de nov. 1908, pg.2-3.

PRUDÊNCIO; JOÃO. Circular dos exmo. srs. Bispos de Minas e Goiás contra os manejos da Maçonaria. **Tribuna Religiosa**, 30 de jan. 1910, pg.4.

Sem autor. Congresso anti-maçônico. **Tribuna Religiosa**, 05 de set. 1909, pg.2.

Sem autor. Mais um convertido. **Tribuna Religiosa**, 16 de mai. 1909, pg.4.

Sem autor. Que barulho é este? **Tribuna Religiosa**, 30 de mai. 1909, pg.4.

Sem autor. Conversão de um maçom. **Tribuna Religiosa**, 05 de dez. 1909, pg.2.

Sem autor. Maçom arrependido. **Tribuna Religiosa**, 02 de jan. 1910, pg.2.

Sem autor. Archivo Maçônico. **Tribuna Religiosa**, 13 de jun. 1909, s/p.

Sem autor. Um erro de Lógica. **Tribuna Religiosa**, 25 de abr. 1909, s/p.

Sem autor. No canhenho. **Tribuna Religiosa**, 10 de out. 1909, pg.2.

Sem autor. Liçãozinha gratuita. **Tribuna Religiosa**, 09 de jan. 1910, pg.2.

Sem autor. Balinhas. **Tribuna Religiosa**, 09 de jan. 1910, pg.3.

Sem autor. Balinhas. **Tribuna Religiosa**, 06 de fev.1910, pg.4.

Revista Fronteiras. Ano I, Recife, s/d dezembro de 1933.s/p.

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

ARCHIVO MAÇONICO. Recife (1906-1912).

FRONTEIRAS. Recife (1933).

O ORIENTE. Recife (1898-1900).

TRIBUNA RELIGIOSA. Recife (1906-1912).

QUER SABER MAIS SOBRE A EDITORA OLYVER?

Em www.editoraolyver.org você tem acesso a novidades e conteúdos exclusivos. Visite o site e faça seu cadastro!

A Olyver também está presente em:



facebook.com/editoraolyver



[@editoraolyver](https://twitter.com/editoraolyver)



Instagram.com/editoraolyver



www.editoraolyver.org
editoraolyver@gmail.com

“PEDREIROS DO MAL”: MAÇONARIA, IMPRENSA E RELACIONAMENTOS CONFLITUOSOS ENTRE MAÇONARIA E IGREJA CATÓLICA EM PERNAMBUCO (1900-1912)

O presente trabalho tem como objeto de estudo os relacionamentos entre a Igreja Católica e a Maçonaria na primeira década do século XX (1900-1912). A escolha da presente temática deve-se, inicialmente, a termos observados na historiografia brasileira e pernambucana uma espécie de “silêncio” a respeito da Maçonaria e de suas práticas, nos anos iniciais da República, no Brasil e em Pernambuco, passando uma idéia de que a citada instituição encontrava-se “adormecida”.



ISBN 978-65-81450-81-6



OLYVER
www.editoraolyver.org

